

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Allianz Portugal

Companhia de Seguros
Allianz Portugal, S.A.

Allianz Group
Annual Report 2017

Allianz 

A Allianz Portugal apresenta-se no mercado nacional como uma Companhia inovadora e centrada nas reais necessidades dos seus Clientes.

Está presente através de uma aposta não só no desenvolvimento de produtos cada vez mais digitais e de fácil subscrição, mas também na constante melhoria da prestação de Serviços de excelência, com verdadeiro enfoque no Cliente.

Com a abertura de novos escritórios comerciais, a Companhia dispõe de uma rede de Mediação presente em todo o país, o que nos torna cada vez mais próximos dos cerca de 6.000 agentes com que trabalhamos diariamente.

Apresentamos soluções e serviços diferenciadores, com o nosso portfólio de soluções Vida e Não Vida, reforçados pelo *know-how* de um grupo sólido e sustentável, com mais de 125 de experiência, como o Grupo Allianz.

Apoiamos o desporto e a cultura, com a nossa associação ao Running, Surf, Futebol, Cinema, Música, Golfe, entre outros. Também apoiamos Lenine Cunha, o atleta paralímpico mais medalhado do mundo. Desempenhamos um papel relevante na economia e na sociedade portuguesa e procuramos retribuir através do nosso apoio às Aldeias SOS, EPIS, EntreAjuda, ReFood, Unicef, Ajuda de Mãe, entre outros.

Em 2016 fomos reconhecidos pela revista World Finance como a “Melhor Seguradora Generalista” em Portugal, pelo segundo ano consecutivo. E, já em 2017, fomos distinguidos como empresa com maior índice reputacional, na área de seguros, pela OnStrategy.

PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS

735,7 M€

RESULTADO LÍQUIDO

6.432 M€

AGENTES ATIVOS

6.181

ESCRITÓRIOS

47

N.º DE CLIENTES

972.098

QUOTA DE MERCADO

6,5%

(inclui Vida, Não Vida e contractos de investimento)

COLABORADORES

644

ÍNDICE

Órgãos Sociais	4
-----------------------	----------

Assembleia Geral Anual	5
-------------------------------	----------

Relatório de Gestão	6-13
----------------------------	-------------

1. Enquadramento Macroeconómico
 2. Mercado Português – Seguros e Fundos de Pensões
 3. Enquadramento Institucional
 4. Análise das Empresas Consolidadas
 5. Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização
 6. Resultados Consolidados
 7. Perspetivas para 2018
 8. Conclusão
-

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2017 e 2016	14-20
---	--------------

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	21-75
--	--------------

1. Informações gerais
 2. Informação por segmentos
 3. Bases de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e das políticas contabilísticas
 4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro
 5. Passivos por contratos de investimento
 6. Instrumentos Financeiros
 - 6.6 Maturidades
 7. Interesses que não controlam
 8. Caixa e equivalentes e Depósitos à ordem
 9. Terrenos e Edifícios
 10. Outros ativos fixos tangíveis
 11. Afetação dos investimentos e outros ativos
 12. Ativos intangíveis
 13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo
 14. Prémios de contratos de seguro
 15. Comissões e outros proveitos
 16. Rendimentos / Rédito de investimentos
 17. Ganhos e perdas realizados em investimentos
 18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos
 19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio
 21. Gastos diversos por função e natureza
 22. Gastos com pessoal
 23. Obrigações com benefícios dos empregados e outros benefícios pós-emprego
 24. Imposto sobre rendimento
 25. Capital
 26. Reservas
 27. Resultados por ação
 28. Dividendos
 29. Transações entre partes relacionadas
 31. Compromissos Financeiros
 34. Elementos Extrapatrimoniais
 36. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores
 37. Outras informações
 38. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas
 39. Gestão de Riscos na Allianz Portugal
-

Inventário dos Títulos e Participações Financeiras	76-83
---	--------------

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	84-85
---	--------------

- I – A COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL
 - II – OS RECURSOS HUMANOS
 - III – SUSTENTABILIDADE
 - IV – DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS DE INTEGRIDADE
-

Relatório de Informação não Financeira	88-93
---	--------------

Certificado legal das contas	94-103
-------------------------------------	---------------

ÓRGÃOS SOCIAIS

CORPOS SOCIAIS

DA ALLIANZ PORTUGAL

NO EXERCÍCIO DE 2017

Conselho de Administração

Vicente Tardio Barutel

Presidente do Conselho de Administração

Teresa Paula Lan Brantuas Silva

Administradora-Delegada

Helga Elisabeth Jung

Administradora

Ivan José de la Sota Dunabeitia

Administrador

José Alberto Ferreira Pena do Amaral

Administrador

Tomás Muniesa Arantegui

Administrador

António Couto Leitão

Administrador

Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS:

Dr. José Vaz Serra de Moura

Presidente

Dr. Diogo Inácio Castelino e Alvim

Vogal

Dr. Isaque Lameiras Ramos

Vogal

Dr. Miguel Moura Elias

Membro Suplente

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

EFETIVO

KPMG & Associados – Sociedade de revisores Oficiais de Contas S.A., representada por Fernando Gustavo Duarte Antunes

SUPLENTE

Ana Cristina Soares Valente Dourado

Mesa da Assembleia Geral

João José de Brito

Presidente

Luis Carlos Melo Antunes Ferreira

Secretário

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

Convocatória

São convocados os Acionistas da **Companhia de Seguros ALLIANZ PORTUGAL, S.A.**, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de 39.545.400 €, titular do cartão de pessoa coletiva n.º 500.069.514, para reunir em Assembleia Geral Anual, na Rua Andrade Corvo, n.º 32, no próximo dia 22 de março de 2018, pelas 11:30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e as Contas da Sociedade, tudo relativo ao Exercício de 2017, bem como sobre o respetivo relatório e parecer dos Órgãos de Fiscalização. Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e os demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2017, bem como sobre o respetivo relatório e parecer dos Órgãos de Fiscalização. Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados. Ratificar a nomeação, por cooptação, de um Membro do Conselho de Administração. Eleição dos Corpos Sociais, do Secretário da Sociedade e da Comissão a que se refere o artigo 20º dos estatutos, para o triénio 2018/2020. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Ficam à disposição dos Senhores Acionistas, a partir do 15º dia anterior à data da Assembleia, os elementos de informação previstos no artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais.

Podem participar na Assembleia todos os Acionistas possuidores de pelo menos 100 ações, que até dez dias antes da data designada para a Assembleia as tenham registadas em seu nome ou depositadas, quer na sede da Companhia, quer em instituição de crédito. Cada 100 ações dão direito a um voto.

Os Acionistas podem fazer-se representar por outro Acionista ou pelo cônjuge, ascendente ou descendente, ou por um membro do Conselho de Administração.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2018

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. João José de Brito)

RELATÓRIO DE GESTÃO

COMPANHIA DE SEGUROS
ALLIANZ PORTUGAL

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Companhia de Seguros ALLIANZ PORTUGAL, S.A.

Ano 2017

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório e as Demonstrações Financeiras consolidadas, relativos ao exercício de 2017.

O perímetro de integração abrange as seguintes empresas:

- > Empresa-mãe: Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.
- > Empresa incluída: Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A inclusão é feita pelo método de integração global.

1. Enquadramento Macroeconómico

A economia global teve uma evolução positiva ao longo do ano de 2017, superando os principais riscos de ordem política que se colocavam no início do mesmo, principalmente na Europa, sobretudo os resultados nas eleições francesas, o início do processo do *Brexit* e as eleições alemãs.

Em 2017, a atividade económica desenvolveu-se acima das expectativas, levando a que as previsões de crescimento tenham sido revistas em alta por diversas vezes durante o ano. Para a aceleração que se verificou ao nível da economia mundial, contribuíram diversos fatores, dos quais se salientam a prática de políticas monetárias acomodáticas, a melhoria das políticas orçamentais na Europa, preços do petróleo mais favoráveis aos países exportadores e a evolução positiva da economia da China, cujo impacto é cada vez mais importante na economia global.

Dentro das economias mais desenvolvidas, a exceção foi o Reino Unido, face às incertezas provocadas pelo processo de saída da União Europeia.

Na Zona Euro, a economia cresceu a um ritmo mais forte que no ano anterior, alavancada por fatores favoráveis, nomeadamente os baixos preços do petróleo, a melhoria do mercado de trabalho, acesso ao crédito bancário mais favorável e maior confiança por parte dos agentes económicos.

Nos EUA, o crescimento da economia teve uma evolução muito positiva, impulsionada pela forte recuperação do mercado de trabalho e do investimento, principalmente nos sectores energético e manufactureiro. No final do ano, foi aprovado um plano fiscal que terá um impacto significativo na economia americana, e que tem como objetivo estabelecer diversos cortes de impostos para as empresas e pessoas individuais.

As principais economias dos mercados emergentes tiveram evoluções positivas, beneficiando da recuperação dos preços das matérias-primas e de um comportamento mais favorável da inflação, que proporcionou um maior rendimento disponível das famílias e consequentemente um maior crescimento do consumo interno.

Em Portugal, a economia cresceu a um ritmo superior aos países da zona euro, o que já não se verificava desde o final dos anos 90. A aceleração do crescimento face ao ano anterior resultou da boa evolução da procura interna, do investimento e do bom comportamento das exportações, ligados à boa evolução das economias dos nossos principais parceiros de negócio.

O crescimento da economia portuguesa em 2017 foi de 2,7%, mais 1.2p.p que o verificado em 2016. Este foi o ritmo de crescimento mais elevado desde o ano 2000, sendo que nesse ano a economia tinha subido 3,8% e, desde então, quando cresceu, foi sempre a ritmos inferiores a 2,7%.

Em termos homólogos, o PIB aumentou 2,4% no último trimestre do ano, comparativamente a igual período de 2016, e mais 0,7p.p face ao terceiro trimestre de 2017.

A economia da Zona Euro cresceu 2,7% no quarto trimestre de 2017, face ao período homólogo, e 0,6% comparativamente com o trimestre anterior.

Nos EUA, verificou-se uma evolução positiva da economia no último trimestre do ano, de 0,6%, comparativamente ao trimestre anterior, e de 2,6% relativamente a igual período de 2016.

No final de 2017, a taxa de desemprego baixou face ao ano anterior, tendo-se situado nos 8,1% (10,2% em 2016), 0,6p.p abaixo da taxa da Zona Euro, que foi de 8,7% (9,7% em 2016). As taxas de desemprego na Zona Euro foram as mais baixas desde janeiro de 2009. Portugal acompanhou a tendência europeia e foi um dos países onde a taxa mais diminuiu no final do ano.

A taxa de inflação anual situou-se nos 1,6%, mais 0,7p.p que no ano anterior, e ligeiramente acima da taxa da zona Euro, de 1,4%.

2. Mercado Português – Seguros e Fundos de Pensões

O volume de prémios do sector segurador teve um aumento de 6,5% face ao ano anterior. Trata-se de uma evolução muito positiva, depois de nos dois últimos anos se terem verificado quebras de -14,1% em 2016 e de -11,4% no ano de 2015.

A produção total do sector foi de 11,6 mil milhões de EUR, representando cerca de 6,2% do PIB português. Face ao ano anterior, verificou-se um aumento de 0,7 mil milhões de EUR no total da produção, e o peso desta no total do PIB cresceu 0,3p.p.

O principal impulsionador do crescimento do mercado foi o ramo Vida, que teve um crescimento de 6,2% face ao período homólogo. O aumento da produção do ramo Vida ficou a dever-se principalmente aos Planos Poupança Reforma (PPR) que cresceram 30,3% e aos seguros ligados a fundos de investimentos que aumentaram 29,7%, face ao ano anterior. Em sentido inverso, os seguros não ligados a fundos de investimentos sofreram uma quebra de -1,8%, sendo o terceiro ano consecutivo em que a produção deste tipo de seguros diminuiu, apesar de em 2017 a descida não ter sido tão significativa, comparativamente aos dois anos anteriores.

O crescimento dos produtos de Vida ligados a fundos de investimentos, em detrimento dos produtos com garantias financeiras, decorre de uma alteração estratégica das Companhias face ao novo regime de Solvência II.

Nos ramos Não Vida, registou-se um crescimento de 6,9%, sendo o terceiro ano consecutivo de crescimento e o maior desde 2004. Nos dois últimos anos, o mercado tinha crescido 5% e 3,8% respetivamente em 2016 e 2015.

No caso do negócio Não Vida, verificou-se uma evolução muito favorável do volume de prémios na quase totalidade dos ramos. As linhas de negócio com crescimentos mais significativos foram os Acidentes de Trabalho com 13,0%, Responsabilidade Civil com 8,9%, Diversos com 8,5%, Saúde com 8,3%, Automóvel com 5,4%, Multiriscos Comercial com 3,7% e Multiriscos Habitação com 3,6%. Os ramos de Transportes (Marítimo, Aéreo e Mercadorias Transportadas) também tiveram um crescimento de 2,9% face ao período homólogo, embora o peso destes ramos seja pouco significativo no total da produção do mercado.

O ramo de Acidentes de Trabalho, após diversos anos de quebra no volume de prémios, foi o ramo que cresceu mais em 2017, mantendo uma tendência de crescimento pelo quarto ano consecutivo. O aumento da produção deste ramo decorre do crescimento da atividade económica, com impacto ao nível da massa salarial e das indispensáveis correções tarifárias que as Companhias têm vindo a efetuar nos últimos anos para fazer face à crescente evolução da sinistralidade laboral.

No ramo Saúde, não se verificou uma evolução do crescimento tão acentuada como no ano anterior, mantendo-se contudo uma trajetória de crescimento sustentada no alargamento do número de pessoas e no aumento do prémio médio.

O ramo Automóvel manteve um crescimento significativo, tal como no ano anterior, explicado fundamentalmente pelo aumento do prémio médio. O acréscimo do volume de prémios foi principalmente incrementado pela cobertura de danos próprios 9,7%, mas também em responsabilidade civil se verificou um aumento de 3,4%, confirmando a evolução já verificada em 2016.

No ramo Incêndio, a evolução foi mais moderada do que nos ramos referidos anteriormente. No entanto, no segundo semestre, verificou-se um crescimento mais acentuado dos ramos Multiriscos, o que pode indicar uma maior procura deste tipo de produtos por parte das pessoas após os eventos extraordinários que ocorreram em 2017.

Os ramos de Responsabilidade Civil (alavancado pelos segmentos de Exploração 7,5% e Outros 26,4%) e de Diversos (impulsionados pelos segmentos de Caução 33,2% e Assistência 27,2%), cresceram também a bom ritmo face a 2016.

Quanto ao mercado dos Fundos de Pensões, em 31 de dezembro de 2017, o valor sob gestão ascendia a 19,7 mil milhões de EUR, segundo dados provisórios da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, representando um acréscimo de 6,6% em relação ao final de 2016.

O mercado dos Fundos de Pensões continua a ser dominado por cinco entidades que, em conjunto, representam 81% do total dos valores geridos.

3. Enquadramento Institucional

Durante o ano de 2017, foram introduzidas algumas iniciativas legislativas mais relevantes, nomeadamente:

Lei 15/2017 de 3 de Maio, que proibiu a emissão de valores mobiliários ao portador;

Lei 28/2017 de 30 de Maio, que reviu o regime jurídico dos valores mobiliários;

Leis 73/2017 de 16 de Agosto, que alterou o Código do Trabalho;

Lei 83/2017 de 18 de Agosto, que aprovou o novo regime legal de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo;

Lei 89/2017 de 21 de Agosto, que aprovou o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo;

Lei 93/2017 de 22 de Agosto, que veio regular os meios de pagamento para montantes superiores a três mil EUR;

Lei 104/2017 de 30 de Agosto, que alterou o Código dos Valores Mobiliários;

Lei 114/2017 de 29 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2018;

Decreto-Lei 77/2017 de 30 de Junho, que alterou o Código dos Valores Mobiliários e o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo;

Decretos-Lei 79/2017 de 30 Junho e 89/2017 de 21 de Agosto, que alteraram o Código das Sociedades Comerciais;

Decreto-Lei 123/2017 de 25 de Setembro, que estabeleceu o regime de conversão de Valores Mobiliários ao portador;

Decreto-Lei 127/2017 de 9 de Outubro, que reviu o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora, bem como a constituição e o funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, flexibilizando as condições de pagamento das pensões.

Citam-se também alguns dos documentos normativos mais importantes, emitidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões:

Norma nº 2/2017 - R de 24 de Março, que regula o Relatório sobre Solvência e Situação Financeira das empresas de seguros;

Norma 3/2017 - R de 18 de Maio, que veio estabelecer os procedimentos de registo junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave;

Circular 1/2017 de 15 de fevereiro, referente à prestação de informação sobre o sistema de governação das empresas de seguros;

Cartas-circulares nº 2/2017 de 127 de Julho, que divulgou novas informações referentes à prevenção do Branqueamento de Capitais.

4. Análise das Empresas Consolidadas

4.1. COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.

O resultado líquido do exercício de 2017 é de 6.374.540 EUR, inferior em 36,8% ao atingido em 2016, consequência do agravamento da sinistralidade ocorrida no negócio Não Vida devido a eventos extraordinários como o reforço das reservas de sinistros do ramo de Acidentes de Trabalho de anos anteriores, os incêndios de outubro e a tempestade Ana no último trimestre.

O crescimento do volume dos prémios da Companhia, de 5,4%, foi inferior aos valores do mercado, que teve um aumento de 6,5%.

O acréscimo do volume de prémios da Companhia distribuiu-se pelos segmentos de negócio da seguinte forma: um aumento de 1,1% em Vida e de 9% em Não Vida. O crescimento nos ramos Não Vida superou o mercado, que cresceu 6,9%, e em Vida ficou abaixo do mercado, que registou uma subida de 6,2%.

Relativamente aos canais de distribuição, a Companhia teve uma evolução superior ao mercado no canal de mediadores e abaixo do mercado no canal bancário.

No que diz respeito ao volume de prémios distribuídos através do nosso parceiro estratégico BPI, verificou-se um aumento de 3,7% no total. No segmento Não Vida, obteve-se um crescimento de 4,2%, abaixo do mercado, cuja evolução foi de 6,8%. No segmento Vida (risco), verificou-se um acréscimo de 3,2%, superior ao mercado que teve uma evolução marginal de 0,1%.

No canal de mediadores, verificou-se um crescimento total de 5,8% superior ao mercado, que teve uma quebra de -0,8%. Nos ramos Não Vida, a Companhia obteve um crescimento de 10,3% contra uma evolução do mercado de 7,1%. Em Vida, o crescimento neste canal foi marginal 0,4%, mas acima do mercado que sofreu uma quebra de -16,5%.

No que se refere ao stock de apólices, a Companhia teve um crescimento de 2,7% em comparação com 2016. Assim, no final do ano, o número de apólices chegou a 1.789.746. O acréscimo em Não Vida foi de 2,1% e em Vida de 4,5%.

O número de clientes registou um aumento de 3,5% face ao ano anterior, atingindo os 972.098 no final de 2017.

A evolução do número de agentes ativos foi igualmente muito positiva, em linha com o verificado sucessivamente nos últimos anos, tendo-se verificado um crescimento de 7,9%, chegando aos 6181 no final do ano.

Os resultados financeiros diminuíram -22,0% em comparação com o ano anterior, como consequência do decréscimo verificado ao nível dos rendimentos financeiros (-11,7%) que foram afetados pela redução das taxas de juro.

A cobertura das provisões técnicas manteve-se praticamente estável, comparativamente ao ano anterior, tendo-se verificado apenas uma ligeira variação positiva de 0,2p.p.

Os Capitais Próprios totalizam o montante de 178.961.258 EUR, apresentando uma redução de 5.547.884 EUR face ao ano passado, decorrente de diminuição dos Resultados Líquidos e dos Resultados Transitados devido ao pagamento de dividendos realizado durante o ano.

Ao nível do rácio de cobertura do SCR (*Solvency Capital Requirement*), o rácio atingiu no final do ano o valor de 127,86%, considerando já a distribuição de dividendos relativa ao exercício de 2017, reafirmando assim a sua solidez e foco na proteção do capital.

Em 2016, este rácio apresentava um valor de 126,62%. Este aumento de 1,2% no rácio é resultado do aumento dos fundos próprios, parcialmente compensado pelo aumento do requisito de capital de solvência.

4.2. ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

Apurou-se neste exercício um resultado líquido de 57.022 EUR contra 25.496 EUR no ano anterior, o que representa um acréscimo face ao ano homólogo de 31.526 EUR. Este resultado representa uma rentabilidade do Capital Próprio de 5,25%.

Este acréscimo do resultado deve-se fundamentalmente à diminuição de gastos com pessoal, devido à cedência de um colaborador à acionista maioritária da Sociedade, bem como à redução da provisão para outros riscos e encargos constituída em 2015.

Relativamente à prestação de serviços, registou-se um decréscimo de -8,32%, resultante das comissões cobradas aos Fundos de Pensões, passando de 183.539 EUR para 168.274 EUR.

O Resultado Operacional passou de 14.584 EUR para 50.307 EUR, o que traduz um acréscimo de 35.723 EUR.

O Capital Próprio ascende a 1.086.497 EUR, respeitando as disposições legais e normas regulamentares em vigor. Em 31 de dezembro de 2017, a Margem de Solvência da Sociedade Gestora apresenta um nível de cobertura de 135,81%, quando em 2016 era de 128,68%.

Quanto à atividade da Allianz, SGFP, S.A. em 2017, no valor dos fundos geridos verificou-se um decréscimo relativamente ao ano anterior, passando de 23.705.427 EUR para 21.608.127 EUR. O número de fundos sob gestão mantém-se igual, 4 fundos fechados e 1 fundo aberto com várias adesões coletivas e individuais.

A rentabilidade média dos fundos foi positiva, sendo de 2,47%, naturalmente variável de fundo para fundo em função da estrutura da carteira e da respetiva liquidez.

5. Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

Esta declaração expressa os princípios gerais que regem a estrutura de remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas.

Relativamente ao Conselho de Administração, apenas é remunerado o Administrador-Delegado, sendo essa remuneração definida pela Comissão de Remunerações da Sociedade.

A remuneração é fixada tendo em conta a necessidade da mesma ser competitiva face à atividade da Sociedade e ao mercado onde esta se encontra inserida, sempre com o objetivo de atrair os melhores valores e de permitir que a Sociedade possa beneficiar dos serviços de profissionais da mais elevada qualidade.

A remuneração é composta de uma remuneração fixa e uma remuneração variável. A remuneração variável é definida tendo em conta um conjunto de objetivos que são previamente fixados no início do período em avaliação. Esses objetivos dividem-se em objetivos financeiros da própria Sociedade e objetivos individuais do administrador, que se encontram naturalmente alinhados uns com os outros. No final do período anual, é avaliada qual a percentagem de cumprimento dos objetivos fixados e, com base no resultado dessa avaliação, é determinada a remuneração variável a pagar. Para 2017, o valor máximo a pagar poderia atingir os 150% da remuneração fixa.

O pagamento de parte da remuneração variável é diferido no tempo por um período de 3 anos, com objetivos definidos para esses 3 anos, e só após a avaliação do cumprimento desses objetivos, no final do período, é que se processa o respetivo pagamento.

Os mecanismos existentes relativamente à ligação da remuneração variável ao desempenho da empresa estão refletidos no próprio sistema de remuneração variável que, conforme foi referido acima, está sempre dependente do cumprimento de objetivos económicos e financeiros da Sociedade, pelo que, caso o desempenho da Sociedade não seja adequado, a remuneração variável sofrerá a respetiva redução ou mesmo anulação.

Para além disso, o sistema de remuneração variável prevê que qualquer violação do Código de Conduta da empresa ou de qualquer regra de *Compliance* da mesma é motivo de redução ou anulação daquela remuneração.

O Conselho Fiscal da Sociedade é composto por três membros que recebem uma remuneração fixa anual, definida tendo em conta as obrigações inerentes às funções desempenhadas e à responsabilidade das mesmas.

O ano de 2017 foi singular, uma vez que existiu alteração de Administradora-Delegada em 1 de fevereiro, pelo que se registam valores pagos à anterior Administradora-Delegada relativamente ao mês de janeiro de 2017 e à sua remuneração variável referente a 2016, e valores pagos à nova Administradora-Delegada a partir de fevereiro. Desta forma, os valores pagos no ano de 2017 aos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, no âmbito das respetivas funções, foram os seguintes:

Conselho de Administração

	2017
Teresa Margarida Tudela Mira Godinho	104.843,34 €
Teresa Paula Lan Brantuas Silva	206.205,00 €
Ivan José de la Sota Duñabeitia	0,00 €
Vicente Tardío Barutel	0,00 €
Helga Jung	0,00 €
Tomás Muniesa	0,00 €
José Pena do Amaral	0,00 €
António Alberto Retto F. Couto Leitão	0,00 €

Conselho Fiscal

	2017
José Vaz Serra de Moura	7.380,00 €
Diogo Inácio Vadre Castelino Alvim	6.150,00 €
Isaque Marcos Lameiras Ramos	6.150,00 €

Revisor Oficial de Contas

	2017
KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	157.440,00 €

Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

	2017
Conselho de Administração	0,00 €
Conselho Fiscal	1.695,80 €
Revisor Oficial de Contas	14.022,00 €

6. Resultados Consolidados

O resultado líquido consolidado do exercício de 2017 atribuível aos acionistas é de 6.425.058 EUR, inferior em cerca de -36,4% ao registado em 2016, 10.106.283 EUR. Esta evolução negativa deve-se ao agravamento da sinistralidade ocorrida no negócio devido a eventos extraordinários como o reforço das reservas de sinistros do ramo de acidentes de trabalho de anos anteriores, os incêndios de outubro e a tempestade Ana no último trimestre.

7. Perspetivas para 2018

Depois de diversos anos de crise e incerteza económica e política, as previsões para o crescimento da economia mundial em 2018 são positivas, no seguimento da evolução que se verificou em 2017 – de acordo com as estimativas avançadas pelos principais organismos internacionais.

Estas perspetivas pressupõem a manutenção da atual situação, principalmente no que se refere às condições financeiras globais que se estima continuem favoráveis, face à retirada lenta dos estímulos monetários por parte dos bancos centrais das economias mais desenvolvidas, a continuação da evolução positiva dos mercados de trabalho e a subida controlada dos preços do petróleo.

Existem contudo alguns riscos que poderão condicionar a evolução da economia global, dos quais se destacam fatores de ordem geopolítica como por exemplo o aumento das tensões na Coreia do Norte, as negociações do Brexit, a possibilidade de eleições na Itália, as tensões comerciais entre a China e os EUA, as alterações do acordo da NAFTA, as tensões em Espanha devido à questão catalã e a crise política na Alemanha.

As estimativas de crescimento na Zona Euro são positivas, mantendo-se os mesmos fatores que suportaram o crescimento destas economias em 2017: a política monetária e a solidez da procura externa. Prevê-se, contudo, uma desaceleração do crescimento do PIB, reflexo da aproximação da economia a uma situação de pleno emprego.

Nos EUA, as previsões apontam para que o crescimento da economia supere os resultados atingidos em 2017, sendo que grande parte desta aceleração resultará do impacto da reforma fiscal, que prevê a redução dos impostos para as pessoas individuais e para as empresas.

As perspetivas para as economias dos mercados emergentes são otimistas, principalmente para aquelas que são exportadoras de *commodities*, caso se mantenha a tendência de subida gradual dos preços destes ativos, especialmente do petróleo. O comportamento mais moderado da inflação nalguns destes países terá também um impacto positivo no rendimento disponível das famílias, favorecendo o consumo.

No que se refere ao crescimento da economia portuguesa, as estimativas são igualmente muito favoráveis, sendo os principais motores de crescimento as exportações, o consumo das famílias e o investimento. As previsões apontam para que em 2018 e anos seguintes se atinjam crescimentos ligeiramente acima dos 2%. Esta evolução pressupõe que se mantenham condições favoráveis ao nível da procura externa, manutenção de taxas de juro baixas, conjuntura financeira internacional favorável e evolução moderada dos preços do petróleo.

8. Conclusão

Em 2017, a Allianz Portugal atingiu um volume de vendas de 735,7 milhões de EUR, mantendo o bom ritmo de crescimento dos últimos anos.

No ano de 2017, a evolução dos prémios foi principalmente suportada pelo negócio Não Vida, onde se obteve um acréscimo de 9%, superando o mercado que cresceu 6,9%.

A evolução do volume de prémios em Vida foi menor que em anos anteriores, explicada pela alteração da nossa estratégia de transformação nesta linha de negócio de aposta em produtos de menor consumo de capital, nomeadamente no nosso produto híbrido (vendemos 23 milhões de EUR, 6 dos quais em Unit Linked), e de recuperação da venda de produtos de risco através do canal de agentes.

A Companhia manteve a sua quota de mercado em 6,4%, tendo aumentado 0,2p.p a sua posição em Não Vida (8,9% para 9,1%) e, em sentido contrário, diminuiu 0,2p.p o seu peso em Vida (4,8% para 4,6%).

Em 2017, a Allianz Portugal manteve confortavelmente a quarta posição no ranking Não Vida, e desceu para a sexta posição no negócio Vida.

De salientar que, mais uma vez, aumentámos o nosso stock de apólices, o número de clientes, e alargamos a nossa rede comercial com um aumento significativo do número de agentes, atingindo no final do ano os 6181.

Os resultados da Companhia foram inferiores ao previsto, consequência do agravamento da sinistralidade ocorrida no negócio Não Vida, explicada por eventos extraordinários como o reforço das reservas de sinistros do ramo de Acidentes de Trabalho de anos anteriores, os incêndios de outubro e a tempestade Ana no último trimestre.

Apesar do contexto económico-financeiro de taxas de juro muito baixas e até negativas, a Allianz Portugal mantém um rácio de solvência estável, reforçando a sua posição de solidez no mercado nacional.

Em 2017, lançámos os nossos quatro primeiros produtos digitais, Vida Individual Risco, Allianz Casa, Allianz Auto e AT Particulares.

A Sociedade Gestora de Fundos de Pensões teve em 2017 uma evolução favorável, apresentando resultados líquidos positivos, melhorou o seu rácio de solvência e a rentabilidade média dos fundos sob a sua gestão foi positiva.

Relativamente ao envolvimento dos trabalhadores, gostaríamos de salientar que foi realizado um Inquérito Global de Clima Organizacional, comum a todo o Grupo Allianz, sendo que a Allianz Portugal conseguiu atingir um excelente nível de participação 94%, uma descida de apenas 1 ponto relativamente ao resultado obtido em 2015, e 9p.p acima do Grupo Allianz que registou uma taxa de 85%.

Ao nível do Índice de Empenho, a Allianz Portugal obteve uma classificação de 81% (de novo apenas 1 ponto abaixo dos 82% de 2015), um resultado muito positivo acima do Grupo Allianz, que registou neste índice uma classificação de 72%, tendo caído 3% em relação ao ano anterior.

No índice de Meritocracia Inclusiva, novo índice no questionário deste ano, a Allianz Portugal atingiu 76%, também aqui acima da média do Grupo Allianz, que registou 70%.

No índice Work Well, outro novo índice do questionário de 2016, a Allianz Portugal obteve 65%, ligeiramente acima da média do Grupo Allianz, que registou 64%.

Os nossos agradecimentos a todos os Colaboradores pelos resultados obtidos nas suas áreas de responsabilidade.

É igualmente relevante o apoio que recebemos dos dois acionistas, o Grupo Allianz e o Grupo BPI, para que os programas de longo prazo sejam implementados e contribuam para o aumento do valor da Allianz Portugal.

O nosso agradecimento, ainda, ao Conselho Fiscal, à KPMG – nosso auditor e Revisor Oficial de Contas –, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pela colaboração e capacidade de resposta demonstradas.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Teresa Paula Brantuas Silva

Administradora-Delegada

Vicente Tardio Barutel

Presidente

Helga Jung

Ivan José de la Sota Duñabeitia

José Pena do Amaral

Tomás Muniesa

António Alberto Retto Frias Couto Leitão

**BALANÇO
CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2017 E 2016**

**COMPANHIA DE SEGUROS
ALLIANZ PORTUGAL**

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Valores em euros

BALANÇO	Notas	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	61.895.397	-	61.895.397	6.920.855
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	6.1	519.461	-	519.461	787.232
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6.1	5.894.831	-	5.894.831	1.081.725
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.1	1.075.271.057	-	1.075.271.057	1.069.653.476
Empréstimos concedidos e contas a receber	6.2	1.266.363	-	1.266.363	1.404.031
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	-
Empréstimos concedidos		1.266.363	-	1.266.363	1.404.031
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	6.3	-	-	-	-
Terrenos e edifícios	9	48.505.461	4.072.590	44.432.871	44.761.725
Terrenos e edifícios de uso próprio		24.522.861	4.072.590	20.450.271	20.349.725
Terrenos e edifícios de rendimento		23.982.600	-	23.982.600	24.412.000
Outros ativos tangíveis	10	30.241.845	19.691.094	10.550.751	10.846.906
Inventários		-	-	-	-
<i>Goodwill</i>		-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	12	12.305.011	9.307.213	2.997.798	2.418.323
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.1	54.902.248	-	54.902.248	44.798.791
Provisão para prémios não adquiridos		15.029.863	-	15.029.863	14.696.513
Provisão matemática do ramo Vida		-	-	-	-
Provisão para sinistros		39.872.385	-	39.872.385	30.102.278
Provisão para participação nos resultados		-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	37.2; 13	52.230.950	6.817.384	45.413.566	55.500.707
Contas a receber por operações de seguro direto		39.466.977	991.845	38.475.132	32.439.335
Contas a receber por operações de resseguro		1.049.737	-	1.049.737	891.137
Contas a receber por outras operações		11.714.236	5.825.539	5.888.697	22.170.235
Ativos por impostos e taxas	24	1.238	-	1.238	2.592.340
Ativos por impostos (e taxas) correntes		1.238	-	1,238	2.592.340
Ativos por impostos diferidos		-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos		74.880	-	74.880	83.926
Outros elementos do ativo		-	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
TOTAL ATIVO		1.343.108.742	39.888.281	1.303.220.461	1.240.850.037

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Valores em euros

BALANÇO	Notas	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO			
Provisões técnicas	4.1	710.602.057	604.971.962
Provisão para prémios não adquiridos		87.117.342	82.397.627
Provisão matemática do ramo Vida		241.874.335	196.945.990
Provisão para sinistros			
De Vida		18.566.197	16.378.835
De acidentes de trabalho		174.358.297	144.259.219
De outros ramos		147.634.192	130.415.513
Provisão para participação nos resultados		19.156.382	17.591.854
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		505.990	486.528
Provisão para desvios de sinistralidade		15.006.620	13.664.958
Provisão para riscos em curso		6.382.702	2.831.438
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	313.321.566	363.879.221
Outros passivos financeiros	6.4	374.597	366.960
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		374.597	366.960
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	875.736	1.057.408
Outros credores por operações de seguros e outras operações	37.3	41.800.136	35.585.214
Contas a pagar por operações de seguro direto		4.536.175	5.214.229
Contas a pagar por operações de resseguro		6.178.127	2.603.667
Contas a pagar por outras operações		31.085.834	27.767.318
Passivos por impostos e taxas	24	33.767.594	28.835.491
Passivos por impostos e taxas correntes		17.051.527	16.357.689
Passivos por impostos diferidos		16.716.067	12.477.802
Acréscimos e diferimentos	37.1	21.418.029	20.064.626
Outras provisões	13	1.928.449	1.476.678
Outros elementos do passivo		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
TOTAL PASSIVO		1.124.088.164	1.056.237.560
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	25	39.545.400	39.545.400
(Ações Próprias)		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação	26	64.778.234	55.541.208
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		64.680.229	55.541.208
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		98.005	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos e correntes	26	(20.356.993)	(16.416.737)
Outras reservas	26	85.770.388	84.729.954
Resultados transitados		2.844.590	10.988.471
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia		6.425.058	10.106.283
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA		179.006.677	184.494.579
Interesses que não controlam	7	125.620	117.898
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		179.132.297	184.612.477
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		1.303.220.461	1.240.850.037

Demonstração dos Resultados Consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Valores em euros

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR	
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		230.786.826	359.239.769	-	590.026.595	498.988.601
Prémios brutos emitidos	14	232.510.772	408.583.487	-	641.094.259	545.961.515
Prémios de resseguro cedido	14	(1.088.188)	(42.623.313)	-	(43.711.501)	(37.978.364)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	14	(579.549)	(7.109.964)	-	(7.689.513)	(4.624.733)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(56.209)	389.559	-	333.350	(4.369.817)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	130.322	-	-	130.322	104.221
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(129.281.305)	(293.212.325)	-	(422.493.630)	(364.182.221)
Montantes pagos		(127.313.965)	(255.483.765)	-	(382.797.730)	(332.043.930)
Montantes brutos	14, 4.1	(127.446.175)	(268.776.809)	-	(396.222.984)	(344.224.809)
Parte dos resseguradores	4.1	132.210	13.293.044	-	13.425.254	12.180.879
Provisão para sinistros (variação)		(1.967.340)	(37.728.560)	-	(39.695.900)	(32.138.291)
Montante bruto	14, 4.1	(2.187.362)	(47.278.645)	-	(49.466.007)	(52.433.118)
Parte dos resseguradores	4.1	220.022	9.550.085	-	9.770.107	20.294.827
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	4.1	(19.462)	(4.892.927)	-	(4.912.389)	(2.351.233)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	4.1	(44.893.884)	-	-	(44.893.884)	(20.836.945)
Montante bruto		(44.893.884)	-	-	(44.893.884)	(20.836.945)
Parte dos resseguradores		-	-	-	-	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4.1	(1.505.685)	(63.279)	-	(1.568.964)	(1.687.033)
Custos e gastos de exploração líquidos	21	(45.031.969)	(86.202.438)	-	(131.234.407)	(126.411.938)
Custos de aquisição		(39.175.500)	(82.311.024)	-	(121.486.524)	(113.719.624)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(34.462)	2.969.799	-	2.935.337	428.855
Gastos administrativos		(6.187.734)	(13.075.589)	-	(19.263.323)	(19.011.202)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		365.727	6.214.376	-	6.580.103	5.890.033
Rendimentos	16	13.260.732	11.244.209	17.147	24.522.088	26.993.752
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		14.564.847	10.043.939	11.743	24.620.529	27.883.749
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	5,16	(1.304.115)	-	-	(1.304.115)	(2.248.701)
Outros		-	1.200.270	5.404	1.205.674	1.358.704
Gastos financeiros	21	(1.987.009)	(853.481)	-	(2.840.490)	(2.564.561)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-	-
Outros		(1.987.009)	(853.481)	-	(2.840.490)	(2.564.561)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	17	357.803	136.347	-	494.150	14.087.844
De ativos disponíveis para venda		357.803	136.347	-	494.150	14.087.844
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-	-
De outros		-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	17, 18	-	-	114.593	114.593	14.305
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	114.593	114.593	14.305
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio		-	-	(1.624)	(1.624)	4.425
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	(1.000)	671	(329)	(872.598)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		(34.740)	-	(78.313)	(113.053)	(9.704.258)
De ativos disponíveis para venda	6.1	(34.740)	-	-	(34.740)	(10.590.823)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	13	-	-	(78.313)	(78.313)	1.111.022
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-
De outros	9	-	-	-	-	(224.457)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		-	563.340	-	563.340	484.144
Outras provisões (variação)	13	-	-	(374.386)	(374.386)	358.013
Outros rendimentos/gastos		-	-	1.825.807	1.825.807	1.281.162
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		21.781.629	(14.041.785)	1.503.895	9.243.739	13.705.680
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	24	-	-	(2.969.053)	(2.969.053)	(3.372.831)
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	24	-	-	156.875	156.875	(223.658)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		21.781.629	(14.041.785)	(1.308.283)	6.431.561	10.109.191
Atribuível aos acionistas da Companhia					6.425.058	10.106.283
Atribuível aos interesses que não controlam					6.503	2.908
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					6.431.561	10.109.191
Resultado por ação					0,81	1,28

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Valores em euros

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	6.431.561	10.109.191
Atribuível aos acionistas da Companhia	6.425.058	10.106.283
Atribuível aos interesses que não controlam	6.503	2.908
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados	5.297.989	(10.733.053)
Alterações da reserva de justo valor	9.603.144	(16.632.030)
Alterações por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	98.005	-
Provisão para participação nos resultados a atribuir ("shadow")	(462.409)	1.409.027
Impostos diferidos e correntes	(3.940.751)	4.489.950
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados	32.064	(243.624)
Reconhecimento dos desvios atuariais	12.959	(345.566)
Imposto sobre desvios atuariais	19.105	101.942
Total de outro rendimento integral	5.330.053	(10.976.677)
Total rendimento integral do exercício	11.761.614	(867.486)
Atribuível aos acionistas da Companhia	11.753.892	(869.476)
Atribuível aos interesses que não controlam	7.722	1.990
Total rendimento integral do exercício	11.761.614	(867.486)

Demonstração das variações do Capital Próprio Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Valores em euros

Demonstração de Variações do Capital Próprio	Reserva de reavaliação			Reserva por impostos diferidos e correntes	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub total	Interesses que não controlam	TOTAL
	Capital	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas					
Balança a 01 de janeiro de 2016	39.545.400	70.763.293	-	(20.906.687)	34.830.116	31.004.878	16.585.018	16.206.814	25.491.933	213.520.765	125.948	213.646.713
Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	-	(243.624)	-	-	(243.624)	-	(243.624)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (líquidos de shadow)	-	(15.222.085)	-	-	-	-	-	-	-	(15.222.085)	(918)	(15.223.003)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	4.489.950	-	-	-	-	-	4.489.950	-	4.489.950
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	2.553.566	-	-	22.938.367	(25.491.933)	-	-	-
Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(28.156.325)	-	(28.156.325)	-	(28.156.325)
Transações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	(385)	-	(385)	(10.040)	(10.425)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	10.106.283	10.106.283	2.908	10.109.191
Balança a 31 de dezembro de 2016	39.545.400	55.541.208	-	(16.416.737)	37.383.682	31.004.878	16.341.394	10.988.471	10.106.283	184.494.579	117.898	184.612.477
Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	-	32.064	-	-	32.064	-	32.064
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (líquidos de shadow)	-	9.139.021	98.005	-	-	-	-	-	-	9.237.026	1.714	9.238.740
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(3.940.256)	-	-	-	-	-	(3.940.256)	(495)	(3.940.751)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	1.008.370	-	-	9.097.913	(10.106.283)	-	-	-
Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(17.241.794)	-	(17.241.794)	-	(17.241.794)
Transações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	6.425.058	6.425.058	6.503	6.431.561
Balança a 31 de dezembro de 2017	39.545.400	64.680.229	98.005	(20.356.993)	38.392.052	31.004.878	16.373.458	2.844.590	6.425.058	179.006.677	125.620	179.132.297

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Valores em euros

	2017	2016
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	6.425.058	10.106.283
Depreciações e amortizações do exercício	2.782.541	2.233.996
Varição das provisões técnicas de seguro direto	105.630.095	80.333.562
Varição das provisões técnicas de resseguro cedido	(10.103.457)	(15.925.010)
Varição de passivos por contratos de investimento	(50.557.655)	(18.464.573)
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	113.053	9.479.801
Varição de justo valor dos imóveis de rendimento e imparidade uso próprio	1.000	1.187.000
Varição de outras provisões	451.771	(358.013)
Varição de ativos de negociação	267.771	12.758
Varição de empréstimos e contas a receber	137.668	195.813
Varição de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	10.008.828	9.413.004
Varição de outros ativos e passivos por impostos	3.602.053	(2.327.428)
Varição de outros ativos e passivos	1.201.373	2.051.122
Varição de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	6.214.922	(556.190)
	76.175.021	77.382.125
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Varição nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(4.813.106)	(153.777)
Varição nos ativos financeiros disponíveis para venda	3.486.700	(73.640.294)
Varição nos investimentos a deter até à maturidade		
Varição em outros depósitos		5.996.979
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(2.640.001)	(5.560.550)
Aquisições/Alienações de terrenos e edifícios		5.264.000
	(3.966.407)	(68.093.642)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(17.241.794)	(28.156.325)
Transações com interesses que não controlam	1.219	(11.343)
Interesses que não controlam	6.503	2.908
	(17.234.072)	(28.164.760)
Varição líquida em caixa e equivalentes	54.974.542	(18.876.277)
Caixa e equivalentes no início do período	6.920.855	25.797.132
Caixa e equivalentes no fim do período	61.895.397	6.920.855

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

**COMPANHIA DE SEGUROS
ALLIANZ PORTUGAL**

EXERCÍCIO DE 2017

1. Informações gerais

A Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. (“Allianz Portugal” ou “Companhia” ou “Grupo”), com sede na Rua Andrade Corvo, nº32, 1069-014 Lisboa, é uma companhia de seguros resultante da fusão por incorporação na Portugal Previdente – Companhia de Seguros, S.A., da Sociedade Portuguesa de Seguros, S.A., constituída por escritura pública em 27 de setembro de 1999. Esta fusão teve, em termos contabilísticos, efeitos retroativos a 1 de janeiro de 1999.

A Companhia de Seguros Allianz Portugal é detida em 35% pelo BPI e em 65% pela Allianz Europe, B.V., sendo a Allianz SE o *ultimate parent* da Companhia.

A Companhia tem por objeto principal e exclusivo o exercício das atividades de seguro e resseguro dos ramos Vida e Não Vida.

De seguida, apresenta-se uma breve análise das principais subsidiárias e associadas do Grupo em 31 de dezembro de 2017:

	Sede	Atividade	% interesse económico	Método de Consolidação
Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	Gestão de Fundos Pensões	88.60%	Integral

Em 31 de dezembro de 2016, a situação era a seguinte:

	Sede	Atividade	% interesse económico	Método de Consolidação
Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	Gestão de Fundos Pensões	88.60%	Integral

Durante o exercício de 2016, a Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. adquiriu 200 ações da Allianz SGFP, S.A. pelo preço de 52,69 EUR por ação.

2. Informação por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional é uma componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios diferenciáveis de outros que operem em ambientes económicos diferentes.

A Allianz Portugal controla a sua atividade através dos seguintes segmentos operacionais: Vida, Acidentes de Trabalho, Automóvel e Restantes Ramos Não Vida.

O relato por segmentos operacionais de Não Vida para os exercícios de 2017 e 2016 é analisado como segue:

Rubricas de Ganhos e Perdas – Conta Técnica Não Vida	2017				
	TOTAL Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	359.239.769	88.707.634	127.656.848	64.593.144	78.282.143
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(293.212.325)	(95.457.487)	(107.982.940)	(39.216.527)	(50.555.371)
Provisão para riscos em curso (variação)	(3.551.264)	(520.822)	(3.023.366)	-	(7.076)
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	(1.341.663)	-	-	(1.260.656)	(81.007)
Provisão para estabilização de carteira (variação)	-	-	-	-	-
Participação nos resultados atribuída	(63.279)	-	-	-	(63.279)
Custos e gastos de exploração líquidos	(86.202.438)	(17.280.807)	(32.726.998)	(17.459.270)	(18.735.363)
Rendimentos	11.244.209	7.993.874	1.809.191	1.002.347	438.797
Gastos de investimentos	(853.481)	(356.499)	(293.341)	(150.469)	(53.172)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	136.347	108.446	15.530	8.604	3.767
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	(1.000)	(412)	(328)	(181)	(79)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	563.340	27.089	517.824	12.816	5.611
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-
Resultado Técnico	(14.041.785)	(16.778.984)	(14.027.580)	7.529.808	9.234.971
Rubricas do Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	516.283.588	206.291.040	203.043.094	64.761.689	42.187.765
Provisões técnicas	427.211.537	183.448.963	130.407.171	82.782.962	30.572.441

Rubricas de Ganhos e Perdas – Conta Técnica Não Vida	2016				
	TOTAL Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	329.389.158	73.855.594	120.655.300	59.817.868	75.060.396
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(272.098.300)	(81.398.775)	(106.114.291)	(33.306.667)	(51.278.567)
Provisão para riscos em curso (variação)	(1.227.449)	296.381	(1.523.830)	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	(1.105.072)	-	-	(1.049.214)	(55.858)
Provisão para estabilização de carteira (variação)	-	-	-	-	-
Participação nos resultados atribuída	(57.890)	-	-	-	(57.890)
Custos e gastos de exploração líquidos	(81.260.239)	(14.749.621)	(31.051.534)	(16.926.542)	(18.532.542)
Rendimentos	12.870.626	9.301.276	2.150.704	850.431	568.215
Gastos de investimentos	(768.129)	(325.994)	(265.696)	(126.588)	(49.851)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	13.293.999	13.005.800	173.654	68.666	45.879
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	(872.598)	(364.246)	(306.306)	(121.120)	(80.926)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(4.368.614)	(2.903.675)	(882.696)	(349.035)	(233.208)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	484.144	17.905	452.058	9.462	4.719
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-
Resultado Técnico	(5.720.364)	(3.265.355)	(16.712.637)	8.867.261	5.390.367
Rubricas do Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	460.011.889	167.202.973	191.526.094	60.926.452	40.356.370
Provisões técnicas	370.828.391	152.355.984	121.198.852	67.878.193	29.395.362

O relato por segmentos operacionais de Vida para os exercícios de 2017 e 2016 é analisado como segue:

Conta Técnica Vida	2017	2016
Prêmios adquiridos, líquidos de resseguro	230.786.826	169.599.443
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	130.322	104.221
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(129.281.305)	(92.083.921)
Provisão matemática (variação)	(44.893.884)	(20.836.945)
Participação nos resultados atribuída	(1.505.685)	(1.629.143)
Provisão para compromissos de taxa (variação)	-	-
Provisão para compromissos de taxa, parte dos resseguradores (variação)	-	-
Provisão para estabilização de carteira (variação)	(19.462)	(18.712)
Custos e gastos de exploração líquidos	(45.031.969)	(45.151.699)
Rendimentos	13.260.732	14.098.929
Gastos de investimentos	(1.987.009)	(1.796.432)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	357.803	793.845
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(34.740)	(6.446.666)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-
Resultado Técnico	21.781.629	16.632.920
Rubricas do Balanço		
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	663.217.038	654.564.565
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	596.712.086	598.022.792

3. Bases de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras da Companhia, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros em vigor que acolhe o regime dos IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2017, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

Em 2017, a Allianz adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2017. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 38. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2017 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas.

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o PCES requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas seguidamente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2018.

As notas que se seguem respeitam a ordem definida no Plano de Contas, sendo de referir que os números não incluídos neste Anexo não têm aplicação, por irrelevância dos valores ou por inexistência de situações a reportar.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos da Allianz e das suas subsidiárias (Grupo).

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2010, a Allianz passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospetivamente.

SUBSIDIÁRIAS

Subsidiárias são entidades controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por partes adicionais (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

SALDOS E TRANSAÇÕES ELIMINADOS NA CONSOLIDAÇÃO

Saldos e transações entre empresas da Allianz, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizados resultantes de operações intra-grupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

ATIVOS FINANCEIROS

Classificação

A Allianz Portugal classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação, considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos Financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas.

Esta categoria inclui:

- os ativos financeiros de negociação, que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda.

Esta categoria inclui:

- ativos financeiros não derivados, em que existe intenção de os manter por tempo indeterminado;
- ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Nesta categoria, são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, que a Allianz tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria, que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Allianz a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Allianz ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO INICIAL E DESRECONHECIMENTO

As aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade, são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante, retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor, sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizadas de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento; e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

TRANSFERÊNCIAS ENTRE CATEGORIAS

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (“Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures”). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes – Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo;
- quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

A Allianz adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na nota 6.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes – Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias. São proibidas as transferências de e para outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

IMPARIDADE

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (1) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação; e (2) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Os critérios utilizados pela Allianz Portugal são apresentados no ponto dedicado aos julgamentos e estimativas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

DERIVADOS EMBUTIDOS

Os derivados que estão embutidos noutros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo de aquisição líquido das amortizações e deduzido de perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são capitalizados se for provável que fluirão para a empresa benefícios económicos futuros que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente.

Os custos de assistência não são capitalizados, visto terem por objetivo a reparação e manutenção do ativo existente com vista ao seu normal funcionamento, e não o aumento dos benefícios económicos futuros. Este tipo de custos é registado em gastos quando incorrido.

As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes para que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada:

	Nº de anos
Imóveis de uso próprio	25 a 54
Equipamento administrativo	8
Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 10
Material de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	3 a 8

A Companhia avalia, a cada data de reporte, se existem indícios de imparidade. É considerada a existência de imparidade se o valor contabilístico do ativo for superior ao maior valor entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda (valor recuperável). A imparidade é reconhecida na demonstração de resultados.

A estimativa do período de vida útil do ativo segue critérios económicos (estimativa dos fluxos dos benefícios económicos futuros). O período de vida útil é estimado na compra do ativo e revisto no final de cada data de reporte.

São considerados imóveis para uso próprio aqueles que se destinam a ser usados pela Companhia no exercício da sua atividade.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (4 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos, são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

LOCAÇÕES

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal.

São locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

RESSEGURO

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro.

No decurso da sua atividade, a Allianz Portugal aceita e/ou cede negócio. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT – Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Em 29 de janeiro de 2016, o novo Contrato Coletivo de Trabalho foi substituído por um Acordo Coletivo de Trabalho que manteve o mesmo Plano de Pensões para os trabalhadores.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida; (ii) compensação de 55% do salário base mensal a pagar em 2012 por perda de benefícios; e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca do seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia, multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais, e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Companhia reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares, consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente de a reforma ocorrer antes de o empregado atingir a idade de reforma.

O plano dos benefícios a cargo da Companhia é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

Em cada data de reporte, a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Com a alteração do Contrato Coletivo de Trabalho em 23 de dezembro de 2011, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma (PIR).

O novo Contrato Coletivo de Trabalho refere igualmente que o referido plano individual de reforma deve prever a garantia de capital, tanto no que diz respeito aos valores transferidos do plano anterior, como das entregas subsequentes efetuadas pela Companhia.

O contrato constitutivo do Fundo de Pensões AZP III, onde se encontram os planos individuais de reforma dos colaboradores, refere que “para a garantia de capital, responde em primeiro lugar a conta reserva com a titularidade da associada e, se nesta conta se verificar insuficiência, a associada efetuará as contribuições extraordinárias necessárias”.

Como a responsabilidade com a garantia de capital recai sobre a Companhia enquanto entidade empregadora, continua a existir uma obrigação legal e construtiva, o que, de acordo com o definido na IAS 19, faz com que o PIR deva ser classificado como um plano de benefício definido.

PRÉMIO DE PERMANÊNCIA

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

BENEFÍCIOS DE SAÚDE

A Companhia concede um benefício de assistência médica discricionária a reformados entre os 65 e os 70 anos, a pré-reformados desde a data da pré-reforma e a reformados por invalidez desde a data da invalidez até aos 70 anos.

O cálculo e registo destas obrigações são efetuados de forma semelhante aos das responsabilidades com pensões.

BÓNUS

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que é feito o desconto, as provisões correspondem ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva, são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

DIVIDENDOS

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisados como se segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A Allianz Portugal utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

- Títulos de rendimento variável (ações e fundos):
 - > decréscimo prolongado do justo valor – um ativo cujo justo valor esteja abaixo do seu valor de custo durante 9 meses consecutivos;
 - > decréscimo significativo do justo valor – um ativo cujo justo valor, na data do reporte, esteja pelo menos 20% abaixo do seu valor de custo.
- Títulos de rendimento fixo (obrigações) – quando há uma deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, terá de ser analisada a ocorrência de alguns fatores:
 - > dificuldades financeiras significativas do emitente;
 - > *default* no pagamento dos juros ou do principal;
 - > grande probabilidade de falência;
 - > desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

Critérios adicionais:

Se um ou mais dos fatores mencionados se verificarem, existem alguns fatores adicionais que terão de ser analisados:

- > queda do justo valor devido à falta de liquidez (desaparecimento de um mercado ativo) ou alargamento de *spreads* (deterioração da qualidade do crédito);
- > permanência do justo valor 20% abaixo do valor amortizado por 6 meses consecutivos;
- > *downgrades* significativos por parte de uma ou mais Agências de *rating*;
- > recomendações de compra/venda dos analistas.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro a doze anos (cinco anos para prejuízos apurados em 2012 e 2013, doze anos para os prejuízos apurados em 2014, 2015 e 2016, e cinco anos para os prejuízos apurados em 2017), no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Allianz Portugal que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

PROVISÕES TÉCNICAS E RESPONSABILIDADES RELATIVAS A CONTRATOS DE INVESTIMENTO

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos Vida foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado.

Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática de contratos Vida, a provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, a provisão para estabilização de carteira, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

4.1. CONTRATOS DE SEGURO

A Allianz Portugal emite contratos que incluem risco seguro e risco financeiro.

Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

Um contrato emitido em que o risco é essencialmente financeiro e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

RECONHECIMENTO DE CUSTOS E PROVEITOS

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

PRÉMIOS

Os prémios brutos emitidos (direto e aceite) e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método *Pro-rata temporis*, por cada contrato em vigor. De acordo com a norma nº 19/94 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, o método *Pro-rata temporis* é aplicado sobre os prémios brutos emitidos, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor.

A Provisão matemática do ramo Vida tem como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia, conforme os pressupostos previstos nas respetivas apólices, como segue:

Modalidade	Tabela de Mortalidade	Taxa técnica
Carteira antiga (anterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte	AF e PM 60/64	3,25% / 4%
2. Seguros em caso de vida	RF	3,25%
Carteira nova (posterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte		
Individuais	PM 60/64 e GKM 80	4%
Grupo	PM 60/64 e GKM 80	4%
2. Seguros em caso de vida		
Individuais	PF 60/64: TV 73/77	4%/3%
Grupo	PF 60/64: TV 73/77	4%
3. Complemento Opcional de Reforma	PF 60/64: TV73/77; GRM 80	6%/4%/3,5%/5%/3%

PROVISÃO PARA ESTABILIZAÇÃO DA CARTEIRA

A provisão de estabilização de carteira deve ser constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

A provisão referida no número anterior é igualmente constituída relativamente aos riscos complementares em idênticas circunstâncias.

Nessa base, foi constituída provisão para a carteira de seguros do Crédito à Habitação – Taxa fixa.

PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DO RAMO VIDA

A provisão para participação de resultados corresponde aos montantes destinados aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação de resultados, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos, nomeadamente mediante a inclusão nas provisões matemáticas.

A provisão para participação nos resultados é dotada, anualmente, com base nas contas de resultados das modalidades que preveem a sua constituição. O seu cálculo é efetuado de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é afetada uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor. A distribuição desta participação é efetuada em 1 de janeiro ou na data aniversária seguinte (a 1 de janeiro ou 1 de julho, consoante as modalidades).

A Provisão matemática e a Provisão para participação nos resultados da Companhia desagregam-se por produto como se segue:

Valores em euros

Modalidades	Provisão Matemática		Participação nos Resultados	
	2017		2017	
	No Início do Exercício	No final do Exercício	Atribuída no Exercício	Distribuída no Exercício
1. Vida Individual - Cor Longo Prazo	884.601	688.842	86.827	-
2. Vida Individual - Cor PPR	3.815.781	3.414.191	260.778	-
3. Vida Grupo - PLUS	2.494.148	2.559.045	30.720	-
4. Vida - Seguros Não Temporários	17.616.957	14.248.890	-	-
5. Vida - Seguros Temporários	71.300	66.802	60.744	-
7. Vida - Plano Poupança AS	259.637	243.788	-	-
8. Vida - PPR AS	812.575	797.514	-	-
9. Vida - Grupo Temporários Anuais Renováveis	-	-	398.393	435.863
10. Allianz PPR 3%	9.059.001	8.543.913	-	-
11. Allianz Plano Poupança 3%	4.567.972	4.626.573	-	-
12. Rendas Vitalícias + Capitais Diferidos SPS	-	-	-	-
13. Plano 2000	487.363	361.753	-	-
14. Capital Diferido a Prémios Únicos Sucessivos SPS 4%	4.030.477	3.493.795	-	-
15. Plano Poupança SPS - PPR	5.365.459	4.954.037	-	-
16. Rendas Vitalícias em Fundo Autónomo SPS	77.702	67.883	-	-
17. UniversAll Plano Poupança (2%)	1.435.811	1.233.604	-	-
18. UniversAll PPR (2%)	5.560.510	5.326.698	27.226	-
19. UniversAll Total (2%)	2.630.965	2.566.060	-	-
20. Plano Poupança Grupo - 2%	12.373.358	13.168.346	-	-
21. Crédito Habitação - Taxa Fixa	-	-	640.997	-
25. Financeiros Taxa Renovável sem participação	5.980.654	5.373.920	-	-
26. Outros sem participação	119.421.719	170.138.681	-	-
TOTAL	196.945.990	241.874.335	1.505.685	435.863

PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR - SHADOW ACCOUNTING

Os ganhos e perdas não realizados de ativos financeiros que se encontrem afetos a contratos de seguros e de investimento com participação nos resultados são atribuídos aos tomadores de seguro no pressuposto de que efetivamente lhes serão distribuídos aquando da sua realização.

À data de 31 de dezembro de 2017, esta provisão apresenta o montante de 1.486.705 EUR. Em 2016, esta provisão apresentava saldo de 1.024.297 EUR.

TESTE À ADEQUAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES (LAT)

A Allianz Portugal testa a adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Esta avaliação é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato. O desconto dos *cash flows* é feito com base na curva de rendimentos financeiros gerada pela carteira de ativos afeta a cada portefólio. Esta avaliação é efetuada por produto ou de forma agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

PROVISÃO PARA SINISTROS

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de Trabalho são analisados como segue:

	2016	
	Pensões não remíveis	Pensões remíveis
Tábua de mortalidade	35%GMF95+65%GKM95	TD 88/90
Taxa de desconto	3%, ocorridos antes de 01/01/2015 2%, ocorridos após de 01/01/2015 (inclusive)	5,25%
Encargos de gestão	2%	-

	2017	
	Pensões não remíveis	Pensões remíveis
Tábua de mortalidade	35%GMF95+65%GKM95	TD 88/90
Taxa de desconto	3%, ocorridos antes de 01/01/2015 2%, ocorridos após de 01/01/2015 (inclusive)	5,25%
Encargos de gestão	2%	-

A Companhia suporta ainda 0,85% sobre o capital de remição das pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de cada ano relativo a contratos de seguro de Acidentes de Trabalho, bem como sobre o valor da provisão matemática das prestações suplementares por assistência de terceira pessoa, em pagamento a 31 de dezembro de cada ano. Este valor é assim entregue ao Estado para que faça a gestão do Fundo Acidentes de Trabalho (FAT). É ainda constituída uma Provisão FAT, para fazer face às contribuições futuras até à extinção das responsabilidades das pensões em pagamento a 31 de dezembro de cada ano.

O valor atual desta responsabilidade é registado nas demonstrações financeiras no momento da determinação das pensões.

O desenvolvimento da provisão para sinistros é analisado como se segue:

Ocorrência	Milhares de euros									
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
2008	172.791	186.162	173.356	171.756	168.451	166.133	165.631	165.969	167.545	168.561
2009		171.151	185.924	182.302	179.919	178.384	177.779	178.280	178.932	179.313
2010			186.013	193.017	191.932	190.278	190.379	191.438	193.376	194.777
2011				189.241	193.589	195.312	195.971	197.053	199.130	200.462
2012					200.664	205.465	207.056	209.581	213.068	215.419
2013						215.944	219.967	223.180	227.778	231.143
2014							216.254	212.768	218.099	223.049
2015								220.327	225.423	231.468
2016									271.215	264.152
2017										300.519
Montantes Pagos	164.366	174.443	188.306	192.169	206.179	221.180	209.897	208.629	213.112	168.743
Provisões para sinistros*	4.196	4.870	6.471	8.293	9.241	9.963	13.152	22.839	51.040	131.777

* A provisão para sinistros não inclui os anos de ocorrência anteriores a 2007.

REAJUSTAMENTOS A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os reajustamentos efetuados a sinistros ocorridos em exercícios anteriores decorrem da dinâmica da gestão corrente dos processos de sinistro.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

RAMOS	2017			
	Provisão para sinistros em 31/12/N-1*	Custos com sinistros montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros em 31/12/N	Reajustamentos
VIDA	16.378.835	9.598.118	7.971.961	1.191.244
ACIDENTES E DOENÇA	151.984.753	41.570.190	129.013.806	18.599.243
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	35.212.099	11.848.519	20.574.806	(2.788.774)
AUTOMÓVEL	80.119.588	43.413.817	36.342.392	(363.379)
- RESPONSABILIDADE CIVIL	73.243.443	37.415.168	35.159.387	(668.888)
- OUTRAS COBERTURAS	6.876.145	5.998.649	1.183.005	305.509
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	1.991.050	1.183.687	714.216	(93.147)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5.191.852	1.914.620	3.521.950	244.718
CRÉDITO E CAUÇÃO	23.605	(5.600)	24.367	(4.838)
DIVERSOS	151.785	108.746	16.058	(26.981)
NÃO VIDA	274.674.732	100.033.979	190.207.595	15.566.842
TOTAL GERAL	291.053.567	109.632.097	198.179.556	16.758.086

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 18.501.894 EUR (2016: 17.127.605 EUR) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2017 e ainda não reportados (IBNR).

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho, está incluído o montante de 122.681.323 EUR (2016: 106.196.405 EUR) referente à provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

Adicionalmente, a Provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de 4.989.829 EUR (2016: 4.777.222 EUR), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	2017			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
SEGURO DIRETO				
ACIDENTES E DOENÇA	106.054.049	5.948.196	29.603.006	141.605.251
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	42.653.517	2.565.905	13.847.222	59.066.644
AUTOMÓVEL	-	-	-	-
- RESPONSABILIDADE CIVIL	63.823.084	4.415.791	323.299	68.562.174
- OUTRAS COBERTURAS	33.572.567	3.181.912	2.975.175	39.729.654
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2.297.354	60.732	970.826	3.328.912
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3.329.689	216.527	286.627	3.832.843
CRÉDITO E CAUÇÃO	(6.032)	431	1.267	(4.334)
DIVERSOS	108.896	-	(123.080)	(14.184)
Total	251.833.124	16.389.494	47.884.342	316.106.960
RESSEGURO ACEITE	554.191	-	(605.697)	(51.506)
TOTAL GERAL	252.387.315	16.389.494	47.278.645	316.055.454

2016

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
SEGURO DIRETO				
ACIDENTES E DOENÇA	102.181.276	5.013.942	21.224.726	128.419.944
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	35.869.822	2.581.731	22.090.554	60.542.107
AUTOMÓVEL	-	-	-	-
- RESPONSABILIDADE CIVIL	59.815.563	3.919.275	9.231.412	72.966.250
- OUTRAS COBERTURAS	32.562.089	2.904.536	(1.525.376)	33.941.249
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3.179.011	66.527	(167.502)	3.078.036
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3.082.427	204.851	600.591	3.887.869
CRÉDITO E CAUÇÃO	250.064	2.710	(123.679)	129.095
DIVERSOS	247.861	-	(18.478)	229.383
Total	237.188.113	14.693.572	51.312.248	303.193.933
RESSEGURO ACEITE	252.023	-	463.170	715.193
TOTAL GERAL	237.440.136	14.693.572	51.775.418	303.909.126

PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

PROVISÃO PARA DESVIO DE SINISTRALIDADE

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

A provisão para prémios não adquiridos e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro direto.

As provisões técnicas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são analisadas como segue:

	2017			2016		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Seguro Direto						
Provisão para prémios não adquiridos	3.361.651	83.755.691	87.117.342	2.782.101	79.615.526	82.397.627
Provisão matemática	241.874.335	-	241.874.335	196.945.990	-	196.945.990
Provisão para sinistros	18.566.197	321.992.489	340.558.686	16.378.835	274.674.732	291.053.567
Provisão para desvios de sinistralidade	-	15.006.620	15.006.620	-	13.664.958	13.664.958
Provisão para riscos em curso	-	6.382.702	6.382.702	-	2.831.438	2.831.438
Provisão para estabilização de carteira	505.990	-	505.990	486.528	-	486.528
Provisão para participação nos resultados	19.082.347	74.035	19.156.382	17.550.117	41.737	17.591.854
Total	283.390.520	427.211.537	710.602.057	234.143.571	370.828.391	604.971.962
Resseguro Cedido						
Provisão para prémios não adquiridos	144.305	14.885.558	15.029.863	200.514	14.495.999	14.696.513
Provisão para sinistros	872.743	38.999.642	39.872.385	652.720	29.449.558	30.102.278
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Total	1.017.048	53.885.200	54.902.248	853.234	43.945.557	44.798.791

A provisão para prémios não adquiridos de Não Vida encontra-se líquida de custos de aquisição diferidos no montante de 26.664.298 EUR (2016: 23.694.499 EUR).

As provisões técnicas do segmento Não Vida por ramo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são analisadas como segue:

	2017						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos
Seguro Direto							
Provisão para prémios não adquiridos	83.755.691	18.241.623	19.670.605	41.561.284	1.117.966	2.967.079	197.134
Provisão para sinistros	321.992.489	181.587.682	48.450.793	83.390.187	2.958.876	5.551.274	53.677
Provisão para desvios de sinistralidade	15.006.620	-	14.661.564	-	-	-	345.056
Provisão para riscos em curso	6.382.702	919.926	-	5.455.700	7.076	-	-
Provisão para participação nos resultados	74.035	56.035	-	-	10.000	8.000	-
Total	427.211.537	200.805.266	82.782.962	130.407.171	4.093.918	8.526.353	595.867
Resseguro Cedido							
Provisão para prémios não adquiridos	14.885.558	4.189.127	4.304.198	5.476.603	568.385	222.744	124.501
Provisão para sinistros	38.999.642	2.124.640	33.598.936	1.377.676	1.414.291	459.107	24.992
Total	53.885.200	6.313.767	37.903.134	6.854.279	1.982.676	681.851	149.493

	2016						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos
Seguro Direto							
Provisão para prémios não adquiridos	79.615.526	17.280.007	19.265.185	38.646.930	1.200.739	3.048.625	174.040
Provisão para sinistros	274.674.732	151.984.753	35.212.099	80.119.588	1.991.050	5.191.852	175.390
Provisão para desvios de sinistralidade	13.664.958	-	13.400.909	-	-	-	264.049
Provisão para riscos em curso	2.831.438	399.104	-	2.432.334	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	41.737	41.737	-	-	-	-	-
Total	370.828.391	169.705.601	67.878.193	121.198.852	3.191.789	8.240.477	613.479
Resseguro Cedido							
Provisão para prémios não adquiridos	14.495.999	4.524.084	4.292.197	5.095.278	236.082	263.213	85.145
Provisão para sinistros	29.449.558	2.506.772	24.385.269	1.198.950	706.408	610.077	42.082
Total	43.945.557	7.030.856	28.677.466	6.294.228	942.490	873.290	127.227

Os custos com sinistros e variação de outras provisões são analisados como segue:

	2017			2016		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Seguro Direto						
Sinistros pagos	(127.446.175)	(268.776.809)	(396.222.984)	(92.091.101)	(252.133.708)	(344.224.809)
Variação da provisão para sinistros	(2.187.362)	(47.278.645)	(49.466.007)	(657.700)	(51.775.418)	(52.433.118)
Provisão Matemática	(44.893.884)	-	(44.893.884)	(20.836.945)	-	(20.836.945)
Provisão para participação nos resultados	(1.505.685)	(63.279)	(1.568.964)	(1.629.143)	(57.890)	(1.687.033)
Outras provisões técnicas	(19.462)	(4.892.927)	(4.912.389)	(18.712)	(2.332.521)	(2.351.233)
Total	(176.052.568)	(321.011.660)	(497.064.228)	(115.233.601)	(306.299.537)	(421.533.138)
Resseguro cedido						
Sinistros pagos	132.210	13.293.044	13.425.254	432.105	11.748.774	12.180.879
Variação da provisão para sinistros	220.022	9.550.085	9.770.107	232.775	20.062.052	20.294.827
Total	352.232	22.843.129	23.195.361	664.880	31.810.826	32.475.706
Total líquido de resseguro	(175.700.336)	(298.168.531)	(473.868.867)	(114.568.721)	(274.488.711)	(389.057.432)

4.2. APRESENTAÇÃO DOS RÁCIOS DECORRENTES DA ATIVIDADE DA ALLIANZ PORTUGAL

	Não Vida	
	2017	2016
Rácio Sinistralidade	78,7%	82,0%
Custos Aquisição	19,8%	20,0%
Custos Administrativos	3,2%	3,4%
Rácio de Custos de Exploração	23,0%	23,4%
Rácio Combinado	101,7%	105,4%

Rácios apurados sobre os prémios adquiridos do seguro direto dos ramos Não Vida.

4.3. MONTANTES RECUPERÁVEIS RELATIVOS A SINISTROS

Os montantes recuperáveis relativamente à ocorrência de sinistros totalizam em 2017 2.624.029 EUR (2016: 2.584.917 EUR).

4.4. ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

De acordo com a política de preços da Allianz Portugal, verificou-se que os prémios adquiridos são suficientes para fazer face às responsabilidades e despesas ocorridas no exercício.

Adicionalmente, os preços praticados são diferenciados de acordo com os vários segmentos de mercado, permitindo um crescimento sustentável e rentável.

A política de Provisionamento da Allianz Portugal é regida pelo princípio da “melhor estimativa”.

Na Allianz Portugal, existe um comité de reservas que tem como finalidade estabelecer procedimentos de controlo e entendimento de reservas comuns a todo o Grupo. O comité de reservas reúne-se trimestralmente, sendo discutida a suficiência das reservas da Companhia.

A análise das reservas anual assenta em métodos atuariais, com um histórico de 12 anos, com base nos triângulos de montantes pagos e custos agregados (analisando o seu desenvolvimento com base ano de ocorrência vs. ano de participação).

Mensalmente são elaborados um conjunto de indicadores de gestão (prémios e sinistros) que tem por fim a monitorização dos vários produtos da Allianz Portugal e das provisões técnicas respetivas.

O atuário responsável, em conjunto com o comité de reservas, concluíram pela suficiência das provisões técnicas.

Como teste de adequabilidade de reservas do ramo Vida, a Companhia efetuou o cálculo da reserva utilizando as “melhores estimativas” para os pressupostos atuariais em vez dos pressupostos utilizados no cálculo do prémio e não observamos indícios de insuficiência de reserva (LAT).

5. Passivos por contratos de investimento

A rubrica relativa aos passivos por contratos de investimento é analisada como se segue:

	Valores em euros	
	2017	2016
Contratos de Investimento ao justo valor através de resultados	7.057.625	1.206.599
Contratos de Investimentos ao custo amortizado	306.263.941	362.672.622
Total Passivos por Contratos de Investimentos	313.321.566	363.879.221

A movimentação dos passivos por contratos de investimento é analisada como se segue:

Contratos ao justo valor através de resultados	Valores em euros	
	2017	2016
Saldo a 1 de janeiro	1.206.599	1.062.969
Depósitos	6.568.273	478.603
Benefícios	(746.359)	(329.108)
Valorizações / Desvalorizações	29.112	(5.865)
Saldo a 31 de dezembro	7.057.625	1.206.599

Contratos ao custo amortizado	2017	2016
Saldo a 1 de janeiro	362.672.622	381.280.825
Depósitos	87.988.098	151.786.875
Benefícios	(145.700.894)	(172.643.779)
Juro Técnico	1.304.115	2.248.701
Saldo a 31 de dezembro	306.263.941	362.672.622

6. Instrumentos Financeiros

6.1. O INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES ESTÁ EVIDENCIADO NO ANEXO 1.

A carteira de Ativos financeiros detidos para negociação é apresentada como segue:

	2017		2016	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Opções	519.461	519.461	787.232	787.232
TOTAL	519.461	519.461	787.232	787.232
Dos quais:				
Nível 1	-	-	-	-
Nível 2	519.461	-	787.232	-
Nível 3	-	-	-	-
	519.461		787.232	

O detalhe da carteira de Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas por tipo de ativo é apresentado como segue:

	2017			
	Custo aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor de balanço
Dívida pública	438.865	(6.979)	4.413	436.299
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.451.062	7.470	-	5.458.532
TOTAL	5.889.927	491	4.413	5.894.831

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dívida pública	436.299	-	-	436.299
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.458.532	-	-	5.458.532
TOTAL	5.894.831	-	-	5.894.831

	2016			
	Custo aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor de balanço
Dívida pública	288.252	(2.991)	4.144	289.405
Obrigações de outros emissores	200.860	(494)	554	200.920
Instrumentos de capital e unidades de participação	622.115	(30.715)	-	591.400
TOTAL	1.111.227	(34.200)	4.698	1.081.725

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dívida pública	289.405	-	-	289.405
Obrigações de outros emissores	200.920	-	-	200.920
Instrumentos de capital e unidades de participação	591.400	-	-	591.400
TOTAL	1.081.725	-	-	1.081.725

O detalhe da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda é apresentado como segue:

	2017					
	Custo Aquisição Ajustado	Reserva Justo valor		Imparidade	Juro	Valor Balanço
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	431.239.745	41.142.268	(1.874.961)	-	8.606.041	479.113.093
De outros emissores	531.727.626	24.836.022	(141.918)	-	9.669.095	566.090.825
	962.967.371	65.978.290	(2.016.879)	-	18.275.136	1.045.203.918
Ações	1.783.591	2.194.913	-	-	-	3.978.504
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	25.311.048	845.196	(32.869)	(34.740)	-	26.088.635
Total	990.062.010	69.018.399	(2.049.748)	(34.740)	18.275.136	1.075.271.057

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de dívida				
De dívida pública	477.800.907	1.312.186	-	479.113.093
De outros emissores	563.980.496	2.110.329	-	566.090.825
	1.041.781.403	3.422.515	-	1.045.203.918
Ações	2.584.653	-	1.393.851	3.978.504
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	19.092.109	-	6.996.526	26.088.635
Total	1.063.458.165	3.422.515	8.390.377	1.075.271.057

Relativamente ao ano anterior:

	2016					
	Custo Aquisição Ajustado	Reserva Justo valor		Imparidade	Juro	Valor Balanço
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	437.473.835	30.883.195	(5.698.624)	-	8.676.312	471.334.718
De outros emissores	516.753.306	29.907.727	(305.440)	-	10.828.146	557.183.739
	954.227.141	60.790.922	(6.004.064)	-	19.504.458	1.028.518.457
Ações	1.792.610	1.972.530	-	(9.019)	-	3.756.121
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	36.504.390	1.149.790	(36.182)	(239.100)	-	37.378.898
Total	992.524.141	63.913.242	(6.040.246)	(248.119)	19.504.458	1.069.653.476

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de dívida				
De dívida pública	471.334.718	-	-	471.334.718
De outros emissores	557.183.739	-	-	557.183.739
	1.028.518.457	-	-	1.028.518.457
Ações	2.475.134	1.280.987	-	3.756.121
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	36.439.744	939.154	-	37.378.898
Total	1.067.433.335	2.220.141	-	1.069.653.476

No ano de 2016, foram reconhecidas imparidades no valor de 10.342.705 EUR respeitantes aos títulos da Portugal Telecom, que entretanto foram vendidos.

De acordo com os requisitos da IFRS 13, estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização, considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização, considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

6.2. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica é analisado como se segue:

	Euros	
	2017	2016
Empréstimos concedidos	1.266.363	1.404.031
Outros	-	-
TOTAL	1.266.363	1.404.031

6.3. INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Não existem investimentos nesta categoria de ativos.

6.4. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

6.5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

Os métodos e pressupostos principais, utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Allianz Portugal, são os seguintes:

CAIXA E DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Tendo em conta que se trata normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

DEVEDORES E CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRETO, DE RESSEGURO E OUTRAS OPERAÇÕES, EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Tendo em conta que se trata normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

O justo valor é estimado contrato a contrato, utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juro sem risco à data do balanço.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	Níveis	2017		2016	
		Justo valor	Valor balanço	Justo valor	Valor balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1	61.895.397	61.895.397	6.920.855	6.920.855
Empréstimos e contas a receber	1	1.266.363	1.266.363	1.404.031	1.404.031
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3	45.413.566	45.413.566	55.500.707	55.500.707
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		108.575.326	108.575.326	63.825.593	63.825.593
Passivos financeiros ao custo amortizado	3	305.506.092	306.263.941	369.265.065	362.672.622
Outros passivos financeiros	3	374.597	374.597	366.960	366.960
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3	41.800.136	41.800.136	35.585.214	35.585.214
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		347.680.825	348.438.674	405.217.239	398.624.796

O cálculo do justo valor dos passivos financeiros ao custo amortizado foi feito considerando como base a curva Euro Swap sem qualquer ajustamento de volatilidade, conforme a seguinte tabela:

Ano	Dez 2017	Dez 2016
0	0,00%	0,00%
1	-0,32%	0,14%
2	-0,10%	0,14%
3	0,27%	0,14%
4	0,58%	0,14%
5	0,81%	0,14%
6	1,08%	0,63%
7	1,24%	1,09%
8	1,44%	1,35%
9	1,62%	1,56%
10	1,81%	1,70%
11	1,89%	1,80%
12	1,96%	1,88%
13	2,03%	1,94%
14	2,03%	1,92%
15	1,96%	1,80%
16	1,85%	1,64%
17	1,81%	1,58%
18	1,86%	1,63%
19	1,99%	1,77%
20	2,20%	1,99%
21	2,45%	2,28%
22	2,68%	2,54%
23	2,87%	2,76%
24	3,05%	2,95%
25	3,19%	3,11%
26	3,32%	3,26%
27	3,43%	3,38%
28	3,53%	3,48%
29	3,61%	3,57%
30	3,68%	3,65%

6.6. MATURIDADES

A estrutura de maturidades é analisada como segue:

Risco de liquidez	até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Maturidade	Total
2017	Maturidade	Maturidade	Maturidade	Maturidade	Indeterminada	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	61.895.397	-	-	-	-	61.895.397
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	519.461	519.461
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	104.351	-	207.486	124.461	5.458.533	5.894.831
Dívida pública	104.351	-	207.486	124.461	-	436.298
Obrigações de outros emissores	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital	-	-	-	-	5.458.533	5.458.533
Investimentos disponíveis para venda	92.136.532	124.016.582	421.266.605	407.784.199	30.067.139	1.075.271.057
Dívida pública	23.995.039	69.232.301	147.997.562	237.888.191	-	479.113.093
Obrigações de outros emissores	68.141.493	54.784.281	273.269.043	169.896.008	-	566.090.825
Instrumentos de capital	-	-	-	-	30.067.139	30.067.139
Outros ativos financeiros	46.679.929	-	-	-	-	46.679.929
Total de ativos financeiros	200.816.209	124.016.582	421.474.091	407.908.660	36.045.133	1.190.260.675
Passivos financeiros	85.604.681	34.499.811	121.383.401	114.008.406	-	355.496.299
Total de passivos financeiros	85.604.681	34.499.811	121.383.401	114.008.406	-	355.496.299
Líquido	115.211.528	89.516.771	300.090.690	293.900.254	36.045.133	834.764.376

Risco de liquidez	até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Maturidade	Total
2016	Maturidade	Maturidade	Maturidade	Maturidade	Indeterminada	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.920.855	-	-	-	-	6.920.855
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	787.232	787.232
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	200.920	130.996	158.409	-	591.400	1.081.725
Dívida pública	-	130.996	158.409	-	-	289.405
Obrigações de outros emissores	200.920	-	-	-	-	200.920
Instrumentos de capital	-	-	-	-	591.400	591.400
Investimentos disponíveis para venda	83.812.933	95.782.480	364.041.951	484.881.092	41.135.020	1.069.653.476
Dívida pública	16.757.882	24.950.068	156.359.615	273.267.153	-	471.334.718
Obrigações de outros emissores	67.055.051	70.832.412	207.682.336	211.613.939	-	557.183.738
Instrumentos de capital	-	-	-	-	41.135.020	41.135.020
Outros ativos financeiros	56.904.738	-	-	-	-	56.904.738
Total de ativos financeiros	147.839.446	95.913.476	364.200.360	484.881.092	42.513.652	1.135.348.026
Passivos financeiros	73.972.869	38.317.625	125.865.619	161.675.282	-	399.831.395
Total de passivos financeiros	73.972.869	38.317.625	125.865.619	161.675.282	-	399.831.395
Líquido	73.866.577	57.595.851	238.334.741	323.205.810	42.513.652	735.516.631

7. Interesses que não controlam

O valor dos interesses que não controlam é analisado de acordo com os seguintes detalhes:

	Valores em euros	
	2017	2016
Saldo a 1 de janeiro	117.898	125.948
Resultado líquido do exercício	6.503	2.908
Reserva de justo valor	1.219	(918)
Transacções com interesses que não controlam	-	(10.040)
Saldo a 31 de dezembro	125.620	117.898

	Balço		Demonstração de Resultados	
	2017	2016	2017	2016
Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	125.620	117.898	6.503	2.908

8. Caixa e equivalentes e Depósitos à ordem

Nesta rubrica, estão englobados os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses. Em 31 de dezembro de 2017, as rubricas de caixa e depósitos à ordem totalizavam 61.895.397 EUR, como segue:

	2017	2016
Caixa	374	374
Depósitos à ordem	61.895.023	6.920.481
TOTAL	61.895.397	6.920.855

9. Terrenos e Edifícios

Os movimentos ocorridos no exercício de 2017, relativamente aos terrenos e edifícios, são analisados como segue:

Nas rubricas do balanço:

RUBRICAS	Saldo inicial	Aquisições	Amortizações	Regularizações	Alterações de justo valor	Alienações	Saldo final
De serviço próprio							
Terrenos e edifícios	24.776.926	-	-	(352.070)	98.005	-	24.522.861
Amortizações	(4.427.201)	-	(425.859)	780.470	-	-	(4.072.590)
	20.349.725	-	(425.859)	428.400	98.005	-	20.450.271
De rendimento	24.412.000	-	-	(428.400)	(1.000)	-	23.982.600
TOTAL	44.761.725	-	(425.859)	-	97.005	-	44.432.871

E nas rubricas de ganhos e perdas:

RUBRICAS	Rendimentos de rendas	Gastos	Amortizações	Regularizações	Alterações de justo valor
De serviço próprio	-	757.675	425.859	-	-
De rendimento	1.205.675	175.364	-	-	(1.000)
com rendimentos no ano	1.205.675	108.038	-	-	(1.000)
sem rendimentos no ano	-	67.326	-	-	-
TOTAL	1.205.675	933.039	425.859	-	(1.000)

A determinação do justo valor dos imóveis é efetuada com base em avaliações fornecidas por peritos independentes, cumprindo todos os requisitos definidos pela norma vigente.

10. Outros ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos no exercício de 2017, relativos a ativos tangíveis, são analisados como segue:

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos	Transferências	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	e abates		Reforço	Regularizações	(valor líquido)
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
Equipamento administrativo	4.573.072	3.879.406	78.100	120.815	-	152.307	-	740.274
Máquinas e ferramentas	4.909.349	3.941.791	46.243	-	-	188.868	-	824.933
Equipamento informático	4.582.230	3.961.281	170.107	-	2.003	265.744	1.171	524.480
Instalações interiores	10.964.556	3.611.624	-	740.801	-	900.873	-	7.192.860
Material de transporte	55.221	55.221	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	831	831	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	3.703.485	2.512.532	292.102	-	-	221.787	-	1.261.268
Imobilizações em curso	20.848	-	847.704	(861.616)	-	-	-	6.936
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	28.809.592	17.962.686	1.434.256	-	2.003	1.729.579	1.171	10.550.751

11. Afetação dos investimentos e outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes para as empresas de seguros, a Companhia é obrigada a afetar investimentos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Em 31 de dezembro de 2017, a afetação de investimentos é como segue:

RUBRICAS	2017					Total
	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação nos resultados	Seguros Não Vida	Não afetos		
Caixa e equivalentes	705.000	40.958.065	20.222.780	9.552		61.895.397
Terrenos e edifícios	-	-	37.009.926	7.422.945		44.432.871
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	519.461		519.461
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	5.894.831	-	-		5.894.831
Investimentos disponíveis para venda	68.858.658	545.534.121	459.050.882	1.827.396		1.075.271.057
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.266.363	-	-	-		1.266.363
Outros ativos tangíveis	-	-	-	10.550.751		10.550.751
Total	70.830.021	592.387.017	516.283.588	20.330.105		1.199.830.731
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	66.361.735	530.350.351	427.211.537	-		1.023.923.623
Excesso / insuficiência	4.468.286	62.036.666	89.072.051	20.330.105		175.907.108

Os outros ativos não se encontram afetados a provisões técnicas e passivos por contratos de investimento.

12. Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos no exercício de 2017, relativos a ativos intangíveis, são analisados como segue:

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aquisições	Transferências e Abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações				Reforço	Regularizações	(valor líquido)
Programas informáticos	10.928.874	8.678.939	437.406	557.828	-	628.273	-	2.616.896
Programas informáticos (Imobilizações em curso)	168.388	-	770.342	(557.828)	-	-	-	380.902
Total	11.097.262	8.678.939	1.207.748	-	-	628.273	-	2.997.798

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

13.1. DESDOBRAMENTO DA CONTA DE AJUSTAMENTOS E OUTRAS PROVISÕES

Os movimentos ocorridos no exercício, relativamente a ajustamentos e outras provisões, são analisados como segue:

	Ano de 2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Perdas por imparidade em ativos ao custo amortizado				
Devedores por operações de seguro direto	890.980	436.102	(335.237)	991.845
Devedores por operações de resseguro	-	-	-	-
Devedores por outras operações	5.848.091	633.972	(656.524)	5.825.539
	6.739.071	1.070.074	(991.761)	6.817.384
Outras Provisões				
Outras provisões	1.476.678	478.347	(26.576)	1.928.449
	1.476.678	478.347	(26.576)	1.928.449

Em 2017, foi constituída uma provisão respeitante a *Mid-Term Bónus* no valor de 77.385 EUR, cuja variação em ganhos e perdas está considerada em custos com pessoal.

13.2. AJUSTAMENTO DE CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA

O ajustamento para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, à exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização.

O valor dos ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é analisado como segue:

	2017	2016
Contas a receber por operações de seguro direto	17.152	21.101
Contas a receber por operações de resseguro	-	-
Contas a receber por outras operações	5.825.539	5.848.091
TOTAL	5.842.691	5.869.192

Estas rubricas não incluem os ajustamentos de recibos por cobrar (referenciados na Nota 13.3).

13.3. AJUSTAMENTOS DE RECIBOS POR COBRAR

O cálculo dos ajustamentos de recibos por cobrar é efetuado com base na probabilidade de cobrança dos recibos de prémios por cobrar no final do ano e em conformidade com os critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Este ajustamento é apresentado no balanço como dedução aos Devedores por operações de seguro direto.

	2017	2016
Contas a receber por operações de seguro direto	974.693	869.879
TOTAL	974.693	869.879

Na rubrica Tomadores de Seguros, encontra-se registado o montante de 19.516.508 EUR (2016: 15.763.600 EUR) referente ao valor de recibos de prémios por cobrar.

14. Prémios de contratos de seguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2017	2016
Prémios Brutos Emitidos - Vida	232.510.772	171.137.416
Prémios Brutos Emitidos - Não Vida	408.583.487	374.824.099
Prémios Brutos Emitidos	641.094.259	545.961.515
Prémios de Resseguro Cedido - Vida	(1.088.188)	(1.229.853)
Prémios de Resseguro Cedido - Não Vida	(42.623.313)	(36.748.511)
Prémios de Resseguro Cedido	(43.711.501)	(37.978.364)
Varição de Prémios Brutos Não Adquiridos - Vida	(579.549)	(269.296)
Varição de Prémios Brutos Não Adquiridos - Não Vida	(7.109.964)	(4.355.437)
Varição de Prémios Brutos Não Adquiridos	(7.689.513)	(4.624.733)
Varição de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Vida	(56.209)	(38.824)
Varição de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Não Vida	389.559	(4.330.993)
Varição de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido	333.350	(4.369.817)
Varição de Prémios Não Adquiridos	(7.356.163)	(8.994.550)
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Vida	230.786.826	169.599.443
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Não Vida	359.239.769	329.389.158
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	590.026.595	498.988.601

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como segue:

	2017	2016
Relativos a contratos individuais	149.453.192	89.790.183
Relativos a contratos grupo	83.057.580	81.347.233
	232.510.772	171.137.416
Periódicos	88.409.162	85.471.160
Não Periódicos	144.101.610	85.666.256
	232.510.772	171.137.416
De contratos sem participação nos resultados	226.586.853	164.753.842
De contratos com participação nos resultados	5.923.919	6.383.574
Prémios brutos emitidos - Vida	232.510.772	171.137.416

O segmento Não Vida é analisado como segue:

	2017				
RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	162.142.593	161.102.934	141.605.250	35.143.666	(3.051.934)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	84.590.198	83.230.501	59.066.644	20.283.184	3.891.049
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	84.189.029	82.051.446	68.562.174	19.634.087	41.819
- OUTRAS COBERTURAS	60.715.458	58.279.377	39.729.654	13.107.700	(12.392.118)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4.543.136	4.644.070	3.328.911	939.165	1.406
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	11.566.545	11.374.679	3.832.843	3.215.216	(1.189.964)
CRÉDITO E CAUÇÃO	316.145	247.249	(4.333)	33.526	(162.182)
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-	-
DIVERSOS	315.537	356.497	(14.183)	48.577	(233.367)
Total	408.378.641	401.286.753	316.106.960	92.405.121	(13.095.291)
RESSEGURO ACEITE	204.846	186.770	(51.506)	11.692	(80.958)
TOTAL GERAL	408.583.487	401.473.523	316.055.454	92.416.813	(13.176.249)

	2016				
RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	143.105.749	142.686.487	128.419.944	31.811.123	(1.628.833)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	80.851.605	79.892.653	60.542.106	19.819.242	10.062.107
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	77.668.310	76.815.198	72.966.250	18.729.881	(34.161)
- OUTRAS COBERTURAS	57.011.011	55.319.558	33.941.249	12.331.051	(10.810.877)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4.626.951	4.392.304	3.078.036	883.815	(141.206)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	10.601.209	10.076.226	3.887.869	3.157.271	(1.037.704)
CRÉDITO E CAUÇÃO	213.484	237.458	129.095	28.487	(333.573)
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-	-
DIVERSOS	522.758	546.707	229.384	68.409	(148.431)
Total	374.601.077	369.966.591	303.193.933	86.829.279	(4.072.678)
RESSEGURO ACEITE	223.022	502.701	715.193	12.381	385.421
TOTAL GERAL	374.824.099	370.468.662	303.909.126	86.841.660	(3.687.257)

15. Comissões e outros proveitos

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos, como contratos de investimento no montante de 130.322 EUR (2016: 104.221 EUR), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

16. Rendimentos / Rédito de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	2017	2016
Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida	24.379.618	27.745.482
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	245.506	102.311
Ativos financeiros detidos até à maturidade		
Títulos de dívida	-	-
Depósitos bancários	(18.139)	22.101
Outros	13.544	13.855
	24.620.529	27.883.749
Juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
	(1.304.115)	(2.248.701)
Outros		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Títulos de dívida	-	-
Propriedades de investimento	1.205.674	1.358.704
	1.205.674	1.358.704
Total	24.522.088	26.993.752

17. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados em ativos financeiros detidos para venda são analisados como segue:

	2017		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	172.773	(356)	172.417
Instrumentos de capital e unidades de participação	321.733	-	321.733
TOTAL	494.506	(356)	494.150

	2016		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	16.284.706	(2.361.016)	13.923.690
Instrumentos de capital e unidades de participação	164.154	-	164.154
TOTAL	16.448.860	(2.361.016)	14.087.844

Os ganhos e perdas em ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2017		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	9.204	(64.748)	(55.544)
Instrumentos de capital e unidades de participação	86.429	-	86.429
Total de Ativos	95.633	(64.748)	30.885
Passivos por contratos de investimento	-	(29.112)	(29.112)
Total Passivo	-	(29.112)	(29.112)
Total	95.633	(93.860)	1.773

	2016		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	16.719	(22.616)	(5.897)
Instrumentos de capital e unidades de participação	36.992	-	36.992
Total de Ativos	53.711	(22.616)	31.095
Passivos por contratos de investimento	-	5.865	5.865
Total Passivo	-	5.865	5.865
Total	53.711	(16.751)	36.960

18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor são analisados como segue:

	2017	2016
Ativos detidos para negociação		
Derivados	114.593	14.305
	114.593	14.305
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Títulos de dívida	(6.979)	(3.485)
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.206	(33.475)
	(1.773)	(36.960)
TOTAL	112.820	(22.655)

19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Os valores de ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para euros, mediante utilização das taxas de câmbio de referência divulgadas pelo Banco Central Europeu. Todas as diferenças de câmbio, realizadas ou não realizadas, são consideradas nos resultados dos exercícios em que se verificam.

À data de balanço, não existiam posições cambiais no portefólio da Allianz Portugal.

21. Gastos diversos por função e natureza

Os custos administrativos são analisados como segue:

	2017	2016
Custos com pessoal	32.498.535	30.791.628
Fornecimentos e serviços externos	28.028.138	26.104.319
Impostos e taxas	2.991.363	2.714.722
Amortizações do exercício	2.783.712	2.009.539
Provisões	-	-
Juros suportados	4.233	3.336
Comissões	511.657	504.845
Total	66.817.638	62.128.389

Os custos administrativos foram imputados da seguinte forma:

	2017	2016
Custos com sinistros	19.069.957	17.066.101
Custos de exploração		
Custos de aquisição	25.504.400	23.304.054
Custos administrativos	19.263.324	19.011.202
Custos com investimentos	2.840.490	2.564.561
Outros custos não imputados	139.467	182.471
Total	66.817.638	62.128.389

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	2017	2016
Electricidade	282.646	282.937
Impressos	125.199	136.258
Material escritório	133.021	128.954
Livros e documentação técnica	1.553	1.163
Artigos para oferta	71.649	23.734
Conservação e reparação	912.730	679.994
Rendas e alugueres	1.179.608	1.056.637
Despesas de representação	2.339.453	2.168.663
Franquias postais/ transporte postal	1.699.917	1.582.923
Comunicações	1.236.888	1.418.788
Deslocações e estadas	1.401.698	1.313.801
Seguros	187.551	180.831
Publicidade e propaganda	3.141.386	2.892.232
Limpeza, higiene e conforto	440.022	399.401

Vigilância e segurança	224.938	220.277
Trabalhos Especializados	11.248.771	10.678.633
Auditoria	211.676	321.360
Outros	11.037.095	10.357.273
Outras Prestações de Serviço	1.629.218	1.573.683
Custos com Cobrança de Prémios	714.323	551.967
Outros	1.057.567	813.443
TOTAL	28.028.138	26.104.319

A rubrica de trabalhos especializados inclui o montante de 8.271.460 EUR (2016: 8.061.262 EUR) relativos a custos com trabalhos informáticos (infraestrutura – *mainframe*).

Detalhe dos honorários faturados, incluindo IVA, pelos Revisores Oficiais de Contas relativamente aos anos de 2017 e 2016:

	2017	2016
Revisão Legal das Contas Anuais	168.510	179.949
Consultoria Fiscal	40.214	71.340
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	2.952	72.693
TOTAL	211.676	323.982

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2017	2016
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	121.486.524	113.719.624
Custos de aquisição diferidos (variação)	(2.935.337)	(428.855)
Gastos administrativos	19.263.323	19.011.202
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(6.580.103)	(5.890.033)
TOTAL	131.234.407	126.411.938

A rubrica custos de aquisição inclui o montante de 95.982.124 EUR (2016: 90.415.569 EUR) relativo a comissões e outros incentivos atribuídos aos mediadores e corretores da Companhia.

22. Gastos com pessoal

22.1. NÚMERO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO POR CATEGORIA PROFISSIONAL

O número de pessoas ao serviço do Grupo no final dos exercícios de 2017 e 2016:

	2017	2016
Quadros superiores	33	35
Quadros médios	112	103
Profissionais altamente qualificados	153	144
Profissionais qualificados	332	317
Profissionais semi-qualificados	0	0
TOTAL	630	599

22.2. CUSTOS COM PESSOAL REFERENTES AO EXERCÍCIO

Os custos com pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são analisados como segue:

	2017	2016
Remunerações	24.318.656	23.383.916
Órgãos sociais	544.482	959.819
Pessoal	23.774.174	22.424.097
Encargos sobre remunerações	4.727.996	4.443.755
Benefícios pós-emprego	571.453	570.701
Planos de contribuição definida	292.564	283.583
Planos de benefícios definidos	278.889	287.118
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	348.977	372.673
Benefícios de cessação de emprego	458.351	154.125
Seguros obrigatórios	1.202.814	1.114.526
Gastos de ação social	61.629	52.960
Outros gastos com pessoal	808.659	698.972
TOTAL	32.498.535	30.791.628

22.3. INFORMAÇÕES ADICIONAIS RELATIVAMENTE A TRANSAÇÕES COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS

Para além das remunerações e outros benefícios concedidos, não existem quaisquer transações com membros dos órgãos sociais.

23. Obrigações com benefícios dos empregados e outros benefícios pós-emprego

Os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades relativas às obrigações com benefícios dos empregados são os seguintes:

	2017	2016
Taxa de desconto	1,80%	1,80%
Taxa de crescimento salarial	na	0,75%
Taxa de rendimento esperada do fundo	1,80%	1,80%
Taxa de crescimento das pensões	0,30%	0,30%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Método atuarial	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2017	2016
Ativos	0	0
Reformados	406	417
TOTAL	406	417

Os ativos / responsabilidades líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2017 e 2016 são como segue:

	2017			2016		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Ativos / responsabilidades líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de dezembro						
Pensionistas	(13.061.405)	(1.752.086)	(14.813.491)	(15.586.998)	(2.011.430)	(17.598.428)
Ativos	-	-	-	-	-	-
	(13.061.405)	(1.752.086)	(14.813.491)	(15.586.998)	(2.011.430)	(17.598.428)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	13.937.755	-	13.937.755	16.541.020	-	16.541.020
Ativos / responsabilidades líquidas em balanço em 31 de dezembro	876.350	(1.752.086)	(875.736)	954.022	(2.011.430)	(1.057.408)

As outras responsabilidades dizem respeito à responsabilidade associada à segurança social dos pré-reformados e a benefícios de saúde atribuídos e outros benefícios pós-emprego.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisado como segue:

	2017			2016		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	(15.586.998)	(2.011.430)	(17.598.428)	(18.043.529)	(2.211.904)	(20.255.433)
Custo dos juros	(254.027)	(31.799)	(285.826)	(370.216)	(44.768)	(414.984)
Ganhos e perdas atuariais nas responsabilidades	127.633	(111.258)	16.375	(33.064)	(104.280)	(137.344)
Benefícios pagos	2.948.741	489.624	3.438.365	3.179.012	444.436	3.623.448
Reformas antecipadas	(296.754)	(87.223)	(383.977)	(319.201)	(94.914)	(414.115)
Responsabilidades em 31 de dezembro	(13.061.405)	(1.752.086)	(14.813.491)	(15.586.998)	(2.011.430)	(17.598.428)

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia tinha até 31 de dezembro de 2011 assumido a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT – Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até 22 de junho de 1995.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estar abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2011, relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo seria convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia iria proceder à liquidação da responsabilidade (*settlement*) durante o ano de 2012.

Em junho de 2014, foi aprovada pelo ASF a constituição do Fundo de Pensões AZP III, um plano de contribuição definida de acordo com as regras constantes do novo contrato coletivo de trabalho.

Em 29 de janeiro de 2016, o novo Contrato Coletivo de Trabalho foi substituído por um Acordo Coletivo de Trabalho que manteve o mesmo Plano de Pensões para os trabalhadores.

De acordo com este novo CCT, a Companhia passou a garantir, como mínimo, apenas a poupança inicial que resulta da transferência das responsabilidades por serviços passados para as contas individuais, bem como as contribuições anuais.

À data de 31 de dezembro de 2017, a responsabilidade ascende a 4.767.147 EUR e o valor do Fundo de Pensões a cobrir esta responsabilidade ascende a 4.919.276 EUR.

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisada como segue:

	2017	2016
Saldo do fundo em 1 de janeiro	16.541.020	19.412.955
Rendimento esperado	271.893	402.299
Ganhos e perdas atuariais	(3.417)	(208.222)
Contribuições	77.000	113.000
Benefícios pagos	(2.948.741)	(3.179.012)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	13.937.755	16.541.020

Os ganhos e perdas atuariais registados nas reservas em 2017 e 2016 são analisadas como segue:

	2017			2016		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de janeiro	(1.965.355)	161.344	(1.804.011)	(2.206.641)	57.064	(2.149.577)
Ganhos e perdas atuariais						
- nas responsabilidades	(127.633)	111.258	(16.375)	33.064	104.280	137.344
- nos ativos do plano	3.417	-	3.417	208.222	-	208.222
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	(2.089.571)	272.602	(1.816.969)	(1.965.355)	161.344	(1.804.011)

O detalhe dos ganhos e perdas atuariais nas responsabilidades para o ano de 2017 e 2016 é o seguinte:

	2017	2016
Ganhos e perdas atuariais nas responsabilidades		
- por alteração de pressupostos financeiros	-	126.064
- por alteração de pressupostos demográficos	-	-
- por experiência	(127.633)	(93.000)
	(127.633)	33.064

Os ativos / passivos líquidos são analisados como segue:

	2017			2016		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Ativos / Passivos a receber ou entregar em 1 de janeiro	(954.022)	2.011.430	1.057.408	(1.369.426)	2.211.904	842.478
Ganhos e perdas atuarias das responsabilidades	(127.633)	111.258	(16.375)	33.064	104.280	137.344
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	3.417	-	3.417	208.222	-	208.222
Encargos do ano:						
- Custo dos juros	254.027	31.799	285.826	370.216	44.768	414.984
- Rendimento esperado do fundo	(271.893)	-	(271.893)	(402.299)	-	(402.299)
- Reformas antecipadas	296.754	87.223	383.977	319.201	94.914	414.115
Contribuições efetuadas no ano e benefícios pagos	(77.000)	(489.624)	(566.624)	(113.000)	(444.436)	(557.436)
Ativos / Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro	(876.350)	1.752.086	875.736	(954.022)	2.011.430	1.057.408

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são como segue:

	2017			2016		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(17.866)	31.799	13.933	(32.083)	44.768	12.685
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-
Reformas antecipadas	296.754	87.223	383.977	319.201	94.914	414.115
Custos do exercício	278.888	119.022	397.910	287.118	139.682	426.800

Os ativos do Fundo de Pensões são decompostos da seguinte forma:

	2017	2016
Ações e outros títulos de rendimento variável	109.734	157.844
Títulos de rendimento fixo	12.905.661	16.374.445
Depósitos em instituições de crédito	1.702.709	956.129
Valor a transferir	(780.349)	(947.398)
	13.937.755	16.541.020

Os títulos de rendimento fixo incluem juros decorridos.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2017, é a seguinte:

	2017		2016	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros		Impacto das alterações dos pressupostos financeiros	
	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+0,25%
Taxa de crescimento dos salários	na	na	(340.000)	344.000
Taxa de crescimento das pensões	(160.000)	164.000	(451.000)	215.000
	-0,5%	+0,5%	-0,5%	+0,5%
Taxa de desconto	346.000	(327.000)	466.000	(437.000)
	Impacto das alterações de pressupostos demográficos		Impacto das alterações de pressupostos demográficos	
	+1 ano		+1 ano	
Alteração da tábua de mortalidade	443.000		522.000	

Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro. O valor total da responsabilidade ascende a 1.709.058 EUR (2016: 1.854.565 EUR), o qual está incluído no valor das provisões matemáticas do ramo Vida.

24. Imposto sobre rendimento

O cálculo do imposto diferido no final do exercício de 2017 foi apurado pela Companhia com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 31,5% (IRC 21%), que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. O cálculo do imposto corrente relativo a 2017 foi apurado com base na taxa nominal de 27,5% (IRC 21%) aprovada à data de balanço.

As declarações de autoliquidação ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos, devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os impostos e taxas incluídos em várias rubricas do balanço são analisados como segue:

	2017	2016
IRC - Imposto a pagar	(36.359)	-
IRC - Imposto a recuperar	1.238	2.592.340
IVA	(768.959)	(1.082.578)
FAT	(8.383.578)	(7.762.314)
FGA	(575.127)	(546.065)
Selo Apólice	(3.434.397)	(3.231.704)
Prevenção Rodoviária	(86.592)	(80.682)
ASF	(571.601)	(523.986)
INEM	(1.054.158)	(999.045)
ANPC (SNB)	(648.807)	(608.085)
Segurança Social	(530.829)	(491.114)
Retenções IRS/IRC	(795.963)	(864.605)
Outros	(165.157)	(167.511)
Ativos por impostos correntes	1.238	2.592.340
Passivos por impostos correntes	(17.051.527)	(16.357.689)

A rubrica FAT inclui uma estimativa do valor atual das contribuições futuras para o Fundo de Acidentes de Trabalho de acordo com política contabilística definida na nota 4.1. no montante de 6.812.100 EUR (2016: 6.258.452 EUR).

Os ativos e passivos por impostos diferidos são como segue:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros	-	-	18.426.873	14.020.155	(18.426.873)	(14.020.155)
Provisões não técnicas	1.349.685	1.236.981	-	-	1.349.685	1.236.981
Responsabilidades com Pensões	361.121	305.372	-	-	361.121	305.372
Imposto diferido ativo/(passivo)	1.710.806	1.542.353	18.426.873	14.020.155	(16.716.067)	(12.477.802)

Os impostos diferidos foram reconhecidos como segue:

	2017			2016		
	Reservas	Resultados	Total	Reservas	Resultados	Total
Ativos financeiros	(3.205.790)	(31.243)	(3.237.033)	4.546.834	(19.449)	4.527.385
Impacto por alteração da taxa	(1.245.099)	75.414	(1.169.685)	-	-	-
Provisões não técnicas	-	27.010	27.010	-	(204.209)	(204.209)
Impacto por alteração da taxa	-	85.694	85.694	-	-	-
Responsabilidades com Pensões	32.821	-	32.821	30.763	-	30.763
Impacto por alteração da taxa	22.928	-	22.928	-	-	-
	(4.395.140)	156.875	(4.238.265)	4.577.597	(223.658)	4.353.939

Os impostos reconhecidos em reservas são analisados como segue:

	2017	2016
Impostos diferidos	(19.614.820)	(15.164.283)
Impostos correntes	(742.173)	(1.252.454)
Reserva de Reavaliação	(20.356.993)	(16.416.737)
Impostos diferidos	361.121	305.372
Impostos correntes	(558.520)	(521.877)
Outras Reservas	(197.399)	(216.505)
TOTAL	(20.554.392)	(16.633.242)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2017	2016
Resultados e outras variações patrimoniais antes impostos	9.243.739	13.705.680
Taxa(s) de imposto	27.5%	29.5%
Imposto do exercício	2.542.028	4.043.176
Tributações autónomas	446.146	426.081
Outras diferenças permanentes	(175.996)	(872.768)
Imposto reconhecido nos resultados	2.812.178	3.596.489
Taxa efetiva	30.4%	26.2%

25. Capital

O Capital da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., de 39.545.400 EUR, representado por 7.909.080 ações de valor nominal de 5 EUR cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Nos termos da legislação portuguesa, a Companhia deverá constituir uma reserva legal formada pela afetação de 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do capital social.

26. Reservas

RESERVAS DE REAVIAÇÃO

Reconhecem-se nesta rubrica os ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor aos ativos classificados como ativos disponíveis para venda e a revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio.

As reservas de reavaliação são analisadas como segue:

	2017	2016
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	990.062.010	992.524.141
Imparidade	(34.740)	(248.119)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	990.027.270	992.276.022
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	1.056.995.921	1.050.149.018
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	802.458	1.309.804
Reserva de justo valor	66.166.193	56.563.192
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(1.486.706)	(1.024.297)
Interesses que não controlam	742	2.313
Reserva de justo valor de ativos financeiros	64.680.229	55.541.208
Revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	98.005	-
Impostos diferidos e correntes	(20.356.993)	(16.416.737)
Reserva de reavaliação líquida de impostos	44.421.241	39.124.471

RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS E CORRENTES

Reconhece-se nesta rubrica o imposto sobre diferenças temporárias, registadas na situação líquida, entre o resultado contabilístico e o resultado fiscalmente aceite para efeitos de tributação em Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), na medida em que exista uma probabilidade razoável de que tal imposto venha a ser recuperado ou pago no futuro. Reconhece-se adicionalmente o imposto corrente, decorrente das variações patrimoniais dos instrumentos financeiros a cobrir responsabilidades do ramo Vida com participação nos resultados.

OUTRAS RESERVAS

Incluem a Reserva legal calculada de acordo com disposições legais em vigor e as Reservas livres.

27. Resultados por ação

Os resultados por ação são apresentados como segue:

	2017	2016
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	6.425.058	10.106.283
Número de ações	7.909.080	7.909.080
Resultados por ação	0.812	1.278

28. Dividendos

Os dividendos distribuídos em 2017, relativos ao exercício de 2016, representaram 17.241.794 EUR. O valor por ação foi de 2,18 EUR.

O valor de dividendos proposto, relativo ao exercício de 2017, é de 17.004.522 EUR, o que corresponde a 2,15 EUR por ação.

29. Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas, para o exercício de 2017 e 2016, encontram-se representadas no seguinte quadro:

	2017				2016				
	ALLIANZ GROUP	FUNDOS PENSÕES	BPI	TOTAL	ALLIANZ GROUP	FUNDOS PENSÕES	BPI	CEPRES	TOTAL
ATIVO	51.060.582	756.718	44.316.464	96.133.764	55.224.738	827.257	9.265.765	-	65.317.760
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	41.731.811	41.731.811	-	-	6.790.631	-	6.790.631
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	519.460	-	-	519.460	787.232	-	-	-	787.232
Ativos disponíveis para venda	-	-	2.584.653	2.584.653	-	-	2.475.134	-	2.475.134
Provisões técnicas de resseguro cedido	48.946.731	-	-	48.946.731	36.894.792	-	-	-	36.894.792
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1.594.391	756.718	-	2.351.109	17.542.714	827.257	-	-	18.369.971
PASSIVO	8.297.435	887.683	21.948.207	31.133.325	4.512.409	1.057.408	21.727.148	-	27.296.965
Provisões técnicas	33.167	-	-	33.167	15.090	-	-	-	15.090
Depósitos recebidos de resseguradores	209.346	-	-	209.346	206.300	-	-	-	206.300
Outros credores por operações de seguros e outras operações	8.054.922	887.683	21.948.207	30.890.812	4.291.019	1.057.408	21.727.148	-	27.075.575
GANHOS E PERDAS	(15.969.252)	91.713	(45.676.623)	(61.554.162)	(6.355.049)	17.637	(44.087.935)	108.355	(50.316.992)
Prêmios Brutos Emitidos	135.650	-	-	135.650	129.560	-	-	-	129.560
Prêmios de Resseguro Cedido	(38.250.614)	-	-	(38.250.614)	(33.587.052)	-	-	-	(33.587.052)
Comissões de contratos de seguro e operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	(18.077)	-	-	(18.077)	16.008	-	-	-	16.008
Provisão para prêmios não adquiridos parte dos Resseguradores (variação)	1.257.325	-	-	1.257.325	(3.763.144)	-	-	-	(3.763.144)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	22.518.096	-	-	22.518.096	31.837.106	-	-	108.355	31.945.461
Custos e gastos de exploração líquidos	(3.536.482)	(278.889)	(46.629.486)	(50.444.857)	(3.461.404)	(287.117)	(45.037.189)	-	(48.785.710)
Rendimentos	-	-	952.863	952.863	-	-	949.254	-	949.254
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	114.593	-	-	114.593	14.305	-	-	-	14.305
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	494.691	-	-	494.691	434.197	-	-	-	434.197
Outros rendimentos/gastos	1.315.566	370.602	-	1.686.168	2.025.375	304.754	-	-	2.330.129

As transações com a Allianz Group referem-se a investimentos, resseguro, companhias representadas, prestação de serviços, representação fiscal e fornecedores não residentes.

As transações com o BPI referem-se a investimentos, comissões bancárias, comissões de mediação e corretagem.

Durante a ano de 2016, a CEPRES – Central de Prestadores de Serviços, A.C.E – agrupamento complementar de empresas – encerrou a sua atividade.

A título de remunerações, prémios de incentivo e outros benefícios relativos ao conjunto de pessoas que têm autoridade e responsabilidade pela direção, planeamento e controlo, a Companhia reconheceu como custo do exercício os montantes de 311.048 EUR (2016: 951.580 EUR), 21.376 EUR (2016: 21.575 EUR) e 171.462 EUR (2016: 252.642 EUR).

31. Compromissos Financeiros

Os Compromissos financeiros assumidos pelo Grupo com contratos de locação operacional encontram-se distribuídos pelos seguintes exercícios futuros:

	até 3 meses	3-12 meses	1- 5 anos	Total
Rendas vincendas	2.347	3.103	681.909	687.359

Adicionalmente, a Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões. Os ativos sob gestão ascendem a 21.608.127 EUR (2016: 23.705.427 EUR).

34. Elementos Extrapatrimoniais

Relativamente aos elementos extrapatrimoniais à data de encerramento do exercício de 2017, temos de considerar os seguintes valores: 577.114 EUR relativos a penhoras (2016: 689.883 EUR) e 495.251 EUR relativos a garantias bancárias (2016: 305.769 EUR).

36. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Em resultado de diferentes iniciativas de transformação da Companhia, que integram a reorganização interna e a rentabilização de estruturas ibéricas, no presente ano de 2018 deu-se início ao Projeto de Reestruturação que a Allianz Portugal vai realizar ao longo dos próximos três anos. Como consequência dessas iniciativas, foi comunicado à representante sindical que se iria iniciar um processo de reestruturação.

37. Outras informações

37.1. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica de Acréscimos e diferimentos de passivo é analisada como segue:

	2017	2016
Férias e subsídios de férias	3.389.464	3.156.886
Distribuição de resultados	4.252.356	3.833.548
Outros acréscimos de custos	13.664.681	12.972.486
Proveitos diferidos	111.528	101.706
TOTAL	21.418.029	20.064.626

A rubrica distribuição de resultados inclui o montante de 50.000 EUR relativo ao prémio de permanência atribuído no âmbito do CCT, conforme referido nas políticas contabilísticas relativas a benefícios aos empregados.

37.2. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRETO E OUTRAS OPERAÇÕES

	2017	2016
Devedores por operações de seguro direto	39.466.977	33.330.315
Resseguradores	1.049.737	891.137
Outros devedores	11.714.236	28.018.326
	52.230.950	62.239.778
Imparidade	(6.817.384)	(6.739.071)
Total	45.413.566	55.500.707

37.3. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

	2017	2016
Credores por operações de seguro direto	4.536.175	5.214.229
Resseguradores	6.178.127	2.603.667
Outros credores	31.085.834	27.767.318
Total	41.800.136	35.585.214

Na rubrica Outros credores está incluído o montante de 21.948.207 EUR (2016: 21.727.148 EUR) relativo a comissões a pagar ao BPI, S.A.

38. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

Foram emitidas pelo IASB:

> em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1989/2017, de 6 de novembro);

> em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1990/2017, de 6 de novembro);

> os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016, introduzem alterações à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma), com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017.

Nenhuma destas modificações teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

A COMPANHIA DECIDIU OPTAR PELA NÃO APLICAÇÃO ANTECIPADA DAS SEGUINTE NORMAS E/OU INTERPRETAÇÕES, ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado, caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização de capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção tem por base o entendimento já transmitido pela ASF que irá adotar esta alteração do IFRS 4. Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise, por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- > no momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- > ao longo do período, na medida em que retrata a *performance* da entidade.

A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção desta norma, considerando que a maioria da sua atividade corresponde a contratos que se enquadram no âmbito do IFRS 4.

IFRS 16 - Locações

O IASB emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida, desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta norma.

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS MAS AINDA NÃO EFETIVAS PARA A COMPANHIA

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Companhia não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento nos termos da IAS 12, aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto, a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado. IFIRC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019, podendo ser adotada antecipadamente.

A Companhia não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

> em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações;

> em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);

> os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016, que introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma);

> os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017, que introduzem alterações com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimo geral de qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo, quando este se torna apto para utilização ou venda).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

39. Gestão de Riscos na Allianz Portugal

PERFIL DE RISCO E CONTEXTO DE MERCADO

O perfil de Risco da Allianz Portugal, quando avaliado de acordo com os princípios regulamentares do regime de Solvência II, é maioritariamente representado pelo risco específico de seguros, dadas as características inerentes do negócio e sendo esta a atividade primária do sector segurador. O segundo risco com maior relevância para a Allianz Portugal, de acordo com os requisitos de Solvência II, é o risco de Mercado explicado pela estratégia de investimento da empresa, consubstanciada na atividade seguradora proveniente dos segmentos de Vida e Acidentes de Trabalho.

O perfil de risco resulta da estratégia de apetite de risco da Allianz Portugal, cuja governação se baseia na gestão dos riscos e dos seus limites.

Durante o ano de 2017, ocorreram vários desenvolvimentos a nível de ambiente de mercado, ações de gestão e alterações ao modelo de cálculo, impulsionadas tanto a nível regulatório como através de *feedback* obtido no processo de certificação do regime de Solvência II, que tiveram impacto no perfil de risco da Allianz Portugal.

CAPITALIZAÇÃO COM BASE NOS REQUISITOS DE SOLVÊNCIA II

O regime Solvência II entrou em vigor a 01/01/2016. Como pedras basilares deste regime, destacam-se a avaliação de ativos e passivos baseados em princípios económicos, com vista a verificar uma melhor aferição dos riscos assumidos pelas seguradoras e tendo sempre como princípio a proteção dos tomadores de seguros, segurados, beneficiários e acionistas.

A avaliação tendo por base os princípios económicos traduz-se numa maior volatilidade dos fundos próprios e dos requisitos de capital. O objetivo da Allianz Portugal é o de se encontrar bem capitalizada, mesmo após movimentos adversos extremos, garantindo assim todos os compromissos com os seus segurados e acionistas.

A Allianz Portugal mantém-se bem capitalizada de acordo com os requisitos do regime de Solvência II. A Gestão da Allianz Portugal acredita que a estrutura de governação da empresa é eficiente e que o controlo dos riscos e planos de ação disponíveis são capazes de assegurar todos os riscos, incluindo os emergentes e os mais desafiantes.

A posição do capital é controlada de forma rigorosa, tendo em conta todos os fatores mencionados e são realizados regularmente testes de *stress* com base em cenários adversos padrão. Estes controlos permitem à empresa tomar medidas que assegurem tanto uma base de capital como uma solvência sólida, de forma continuada.

Os valores apresentados correspondem ao requisito de capital estimado calculado segundo a fórmula-padrão, com um nível de confiança de 99,50%, e contêm o efeito de diversificação entre riscos e o efeito da capacidade de absorção das provisões técnicas, ou seja, correspondem aos resultados líquidos diversificados. Para além disso, a partir do início de 2017, a Allianz Portugal aplica o ajustamento de volatilidade (AV) no cálculo do rácio de solvência estimado da companhia.

Rácio de Cobertura	Capitalização com base no regime de Solvência II		
	2017	2016	Δ17/16
Fundos Próprios	162.015.500	157.716.405	2,7%
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	126.715.000	124.560.591	1,7%
Rácio de Cobertura do SCR	128%	127%	1,2%

No final do ano de 2017, a capitalização estimada da Allianz Portugal com base nos princípios do regime de Solvência é de 128%. O aumento de 1% no valor do rácio de solvência estimado resulta de um aumento dos fundos próprios estimados disponíveis superior ao aumento do requisito de capital de solvência estimado. A variação do requisito de capital estimado foi influenciada tanto pelo aumento do risco específico de seguros como pelo aumento dos riscos de mercado, maioritariamente devido ao crescimento do negócio. Por outro lado, o aumento dos fundos próprios estimados disponíveis deve-se a um aumento do valor dos ativos superior ao crescimento do valor dos passivos, consequência do crescimento da companhia e do ambiente positivo nos mercados financeiros que permitiram a valorização dos ativos detidos em carteira.

A Allianz Portugal segue uma política de gestão das suas carteiras seguindo uma visão abrangente do risco e do retorno (ex. os resultados com base no modelo da fórmula-padrão e as análises de sensibilidade são ativamente utilizados no processo de decisão). Por um lado, os riscos económicos e de concentração são ativamente restringidos através de limites impostos, por outro lado, a Allianz Portugal utiliza a métrica de retorno do capital de risco (RoRC) na análise do segmento Não Vida e Vida. Esta métrica permite identificar as linhas de negócio e os produtos lucrativos de forma sustentável, isto é, que apresentam lucros favoráveis face ao capital de risco alocado. Portanto, este é um critério essencial na análise da alocação do capital de risco e no custo de capital.

Nas próximas secções, é apresentada a evolução do perfil de risco da Allianz Portugal por categoria de risco. Todos os riscos estão apresentados antes dos efeitos de diversificação entre categorias de risco, sendo que a concentração de cada risco é discutida de forma individual.

PERFIL DE RISCO

Os valores do requisito de capital estimado para cada risco apresentado neste relatório refletem o perfil de risco da Allianz Portugal, tendo por base os valores de requisito de capital de cada categoria de risco antes dos efeitos de diversificação e o montante referente aos efeitos de diversificação. Assim, os valores de requisito de capital estimado de cada categoria de risco refletem os efeitos de diversificação dentro da categoria de risco, mas não incluem os efeitos de diversificação entre as várias categorias de risco (riscos de mercado, contraparte, específico de seguros e operacional). Finalmente, a diversificação do risco inclui os efeitos de diversificação entre todas as categorias de risco.

No final do ano de 2017, o risco estimado total após efeitos de diversificação da Allianz Portugal é de 126,7 milhões de EUR (2016: 124,6 milhões de EUR) representando um benefício por via da diversificação de aproximadamente 57% (2016: 48%).

Requisito de Capital	Requisito de Capital de Solvência				
	2017	%	2016	%	Δ17/16
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	126.715.000	100,0%	124.560.591	100,0%	1,7%
• Risco de Mercado	60.657.313	47,9%	50.201.376	40,3%	20,8%
• Risco de Contraparte	19.939.568	15,7%	14.071.439	11,3%	41,7%
• Risco Específico de Seguros	118.092.546	93,2%	104.902.275	84,2%	12,6%
• Risco Operacional	24.848.315	19,6%	24.024.025	19,3%	3,4%
• LAC DT	-25.139.050	-19,8%	-8.488.400	-6,8%	196,2%
• Diversificação do Risco	-71.683.692	-56,6%	-60.150.124	-48,3%	19,2%

Durante o ano de 2017, foi feita uma análise aprofundada da alocação das perdas às suas origens, de forma a aperfeiçoar a aplicação do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos (LAC DT). Deste estudo, resultou um aumento significativo no valor do LAC DT, o que reduz o Requisito de Capital de Solvência estimado.

Na secção Riscos Quantificáveis, encontra-se uma explicação mais detalhada dos riscos referentes a cada uma das categorias apresentadas.

RISCOS QUANTIFICÁVEIS

RISCO DE MERCADO

A Allianz Portugal tem como característica inerente à sua operação seguradora o investimento dos prémios recebidos num leque variado de ativos. Dado o perfil da sua atividade seguradora, apesar de não estar limitada ao investimento em ativos de renda fixa, investe o seu capital maioritariamente nesta classe de ativos. Desta forma, as suas carteiras de investimento estão dependentes dos mercados financeiros e, assim, o seu valor pode variar ao longo do tempo, estando expostas ao risco de mercado.

O risco de mercado consiste no risco de movimentos adversos no valor dos ativos e passivos relacionados com variações do mercado de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário.

A política de investimentos pauta-se por níveis prudentes de aceitação e diversificação do risco através do estabelecimento de uma alocação estratégica anual dos ativos (*strategic asset allocation*), que pode ser revista durante o ano.

A aprovação da estratégia de investimento e a verificação do cumprimento da política de investimentos são efetuadas pelo Comité Financeiro.

A Gestão de Ativos e Passivos do ano 2017 foi efetuada utilizando uma metodologia designada por ALM (*Asset Liability Management*).

Esta metodologia permitiu-nos efetuar as seguintes análises:

> Análise *gap duration* de ativos e passivos. Análise de cobertura (verifica-se que existem ativos suficientes para cobrir as responsabilidades existentes). Análise de liquidez ao longo da vida do produto. Análise de risco de reinvestimento e risco de preço.

No caso do segmento Vida, são usadas técnicas como a replicação de portefólios de forma a integrar de modo mais eficiente os passivos deste segmento.

A alocação de ativos representa os valores de requisito de capital estimado da seguinte forma:

Requisito de Capital	Risco Mercado				
	2017	%	2016	%	Δ17/16
Risco de Mercado	60.657.313	100,0%	50.201.376	100,0%	20,8%
• Risco de Taxa de Juro	4.287.617	7,1%	5.424.881	10,8%	-21,0%
• Risco de Ações	7.123.134	11,7%	1.629.876	3,2%	337,0%
• Risco Imobiliário	14.062.514	23,2%	14.429.147	28,7%	-2,5%
• Risco de <i>Spread</i>	43.492.634	71,7%	39.169.050	78,0%	11,0%
• Risco de Concentração	4.114.900	6,8%	7.033.069	14,0%	-41,5%
• Diversificação do Risco	-12.423.486	-20,5%	-17.484.647	-34,8%	-28,9%

Valores em euros

O risco de mercado estimado da Allianz Portugal apresenta um aumento significativo, explicado pelo aumento dos riscos de ações e de *spread*, que são também os riscos com maior variação entre períodos.

RISCO DA TAXA DE JURO

O requisito de capital estimado do risco da taxa de juro diminuiu em aproximadamente 1,1 milhões de EUR para a Allianz Portugal. Este risco advém principalmente de obrigações com taxas de juro fixas e de empréstimos no lado dos ativos, tal como obrigações corporativas e resseguros adquiridos. O crescimento das provisões técnicas alinhado com a valorização dos ativos, principalmente das obrigações de governo português, traduziram-se numa diminuição do *mismatch* entre ativos e passivos, o que tem um efeito de descida do requisito de capital estimado do risco da taxa de juro.

RISCO DE AÇÕES

O risco referente a ações da Allianz Portugal compõe uma parte relativamente pequena do risco de mercado, dada a política de investimento da Companhia. Nos períodos em análise, houve um aumento significativo do requisito de capital estimado desta classe de risco, devido à inclusão do valor dos ativos tangíveis como exposição ao risco de ações tipo 2, de acordo com a normativa regulatória.

RISCO IMOBILIÁRIO

Em 2017, o requisito de capital estimado do risco imobiliário desceu aproximadamente 0,4 milhões de EUR, devido à venda de fundos de investimento imobiliário.

RISCO DE SPREAD

O cálculo do requisito de capital do risco de *spread* tem por base o risco de perdas nos fundos de base que resultem da diminuição da avaliação de crédito de um determinado título financeiro por parte de uma ECAI reconhecida.

Ao nível do risco de *spread* estimado, verifica-se um aumento de 11%, maioritariamente resultante da diminuição da capacidade de absorção das provisões técnicas. Adicionalmente, na carteira de Vida, houve um aumento da exposição a títulos com *rating* BBB+ e BBB- acompanhada de uma diminuição do valor de ativos detidos na categoria BBB e nas categorias de *rating* entre AA+ e A. Em contrapartida, a carteira de Não Vida, que tem um valor de ativos investidos menor, diminuiu a sua exposição a ativos com melhor *rating* devido ao aumento dos ativos. As informações referentes ao *rating* dos ativos detidos em carteira são apresentadas na secção do risco de contraparte.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

O requisito de capital estimado do risco de concentração entre 2016 e 2017 reduziu em aproximadamente 41,5%. O cálculo do requisito de capital referente a este risco é realizado com base nas exposições individuais, sendo que esta diminuição é explicada maioritariamente pela menor concentração em exposições individuais devido a uma estratégia de investimento mais diversificada face ao ano anterior.

RISCO DE CONTRAPARTE

O risco de contraparte consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia (*rating*) ou mesmo incumprimento de um parceiro de negócio.

De forma a cumprir da forma mais correta as especificações de Solvência II, a modelização deste risco tem sido aperfeiçoada, nomeadamente através da revisão dos *ratings* das entidades resseguradoras da Allianz Portugal e da apreciação do rácio de solvência com base no relatório sobre a solvência e a situação financeira (RSSF), cuja primeira publicação foi realizada em 2017.

A Allianz Portugal possui um conjunto de ferramentas que permitem gerir de forma ativa a exposição da carteira de ativos aos diversos emitentes e monitorizar a sua evolução.

Antecipadamente é definida qual a exposição por emitente que se quer aceitar e é realizada uma monitorização periódica da carteira, de forma a verificar se esta se encontra dentro dos níveis pré-estabelecidos. Assim, a gestão do nosso portefólio é feita de acordo com os limites estabelecidos e todas as medidas necessárias são tomadas para que estes limites não sejam ultrapassados. Para além disso, a estratégia de investimento com base no longo prazo permite não só manter os rendimentos da carteira estáveis mesmo sob condições de mercado adversas, mas também obter retornos durante todo o período de retenção dos investimentos.

Com esta ferramenta, a Allianz Portugal garante que não fica sobre-exposta, antecipando a possibilidade de essa situação ocorrer.

Valores em euros

Requisito de Capital	Risco de contraparte				
	2017	%	2016	%	Δ17/16
Risco de Contraparte	19.939.568	100,0%	14.071.439	100,0%	41,7%
• Risco de contraparte Tipo 1	15.698.539	78,7%	9.551.132	67,9%	64,4%
• Risco de contraparte Tipo 2	5.248.642	26,3%	5.410.228	38,4%	-3,0%
• Diversificação do Risco	-1.007.613	-5,1%	-889.921	-6,3%	13,2%

Durante o ano de 2017, verificou-se um crescimento no risco de contraparte, maioritariamente proveniente do aumento dos montantes em caixa e equivalentes de caixa.

O quadro seguinte apresenta a qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de todas as obrigações (com base em *ratings* externos):

Valores em euros

Ratings	2017				2016			
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%
AAA	23.098.290	3,9%	27.291.179	6,4%	21.852.121	3,6%	35.975.459	9,3%
AA+	2.162.041	0,4%	0	0,0%	3.141.263	0,5%	0	0,0%
AA	82.543.343	13,8%	61.557.583	14,4%	86.149.829	13,9%	61.794.973	15,9%
AA-	20.743.656	3,5%	8.850.964	2,1%	32.976.157	5,3%	18.775.097	4,8%
A+	30.658.822	5,1%	18.125.793	4,2%	32.716.548	5,3%	15.028.378	3,9%
A	18.887.414	3,2%	14.919.513	3,5%	29.506.746	4,8%	6.784.334	1,7%
A-	17.099.939	2,9%	9.741.727	2,3%	20.642.185	3,3%	7.179.714	1,8%
BBB+	191.666.925	32,0%	98.616.104	23,1%	0	0,0%	0	0,0%
BBB	71.524.656	11,9%	42.074.756	9,8%	299.701.018	48,4%	139.519.490	35,9%
BBB-	43.939.318	7,3%	12.005.380	2,8%	0	0,0%	0	0,0%
BB+	95.529.020	16,0%	115.598.928	27,0%	93.079.992	15,0%	103.774.427	26,7%
BB	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
BB-	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
B+	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
B	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
CCC	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
CC	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
C	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
NR	1.001.580	0,2%	18.596.674	4,4%	0	0,0%	0	0,0%
Total	598.855.003	100%	427.378.600	100%	619.765.859	100%	388.831.872	100%

Nota: Este quadro não inclui os juros a receber.

Relativamente à qualidade creditícia das entidades resseguradoras a que a Allianz Portugal está exposta, concentra-se essencialmente em entidades do Grupo Allianz, pelo que apresentam uma qualidade creditícia AA.

Um dos objetivos da política de investimentos e de resseguro da Allianz Portugal é mitigar o risco de contraparte subjacente através da diversificação da carteira, como é possível verificar nos quadros em baixo:

Valores em euros

Obrigações <i>corporate</i> e ações por tipo de Indústria	2017				2016			
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%
Instituições Financeiras	107.747.850	30,1%	83.645.539	35,9%	152.885.524	39,4%	83.116.252	41,6%
Matérias-Primas	542.375	0,2%	0	0,0%	10.878.084	2,8%	15.189.481	7,6%
Comunicações	65.207.904	18,2%	41.356.421	17,7%	68.356.178	17,6%	27.343.665	13,7%
Consumíveis Cíclicos	13.311.022	3,7%	5.108.359	2,2%	10.653.890	2,7%	939.780	0,5%
Consumíveis Não Cíclicos	30.597.712	8,6%	17.272.674	7,4%	18.057.017	4,7%	11.224.047	5,6%
Energia	120.697.886	33,7%	68.367.082	29,3%	58.658.795	15,1%	21.346.331	10,7%
Indústria	4.185.813	1,2%	9.748.797	4,2%	874.350	0,2%	0	0,0%
Diversos	15.382.283	4,3%	7.649.359	3,3%	67.913.056	17,5%	40.845.928	20,3%
Total	357.672.846	100%	233.148.230	100%	388.276.894	100%	200.005.484	100%

Nota: Este quadro não inclui os juros a receber e obrigações com garantias estatais que são excluídas para o efeito desta análise.

Apesar da ampla exposição a entidades financeiras, é possível verificar uma diminuição da concentração neste tipo de emittentes em ambos os segmentos Vida e Não Vida. Por outro lado, em 2017 a exposição à indústria energética tornou-se a mais relevante no segmento Vida e a segunda mais relevante em Não Vida, devendo-se esta variação à diminuição registada nos sectores de Matérias-Primas e Diversos em ambos os segmentos.

Valores em euros

Ativos por Zona Geográfica	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Zona Euro	934.010.772	87,9%	942.355.849	89,6%
Portugal	249.336.134	23,5%	194.817.522	18,5%
França	142.640.316	13,4%	121.372.908	11,5%
Espanha	258.769.461	24,3%	324.419.147	30,9%
Alemanha	10.268.830	1,0%	12.174.803	1,2%
Holanda	122.512.534	11,5%	111.069.209	10,6%
Bélgica	19.571.780	1,8%	34.942.993	3,3%
Itália	97.135.409	9,1%	103.363.889	9,8%
Áustria	9.448.704	0,9%	8.149.799	0,8%
Irlanda	16.407.713	1,5%	8.631.889	0,8%
Outros	7.919.890	0,7%	23.413.690	2,2%
Fora da Zona Euro	94.395.526	8,9%	86.126.882	8,2%
EUA	32.268.633	3,0%	22.475.273	2,1%
Reino Unido	51.322.096	4,8%	53.155.578	5,1%
Outros	10.804.797	1,0%	10.496.031	1,0%
Supranacionais	34.480.042	3,2%	22.743.314	2,2%
Total	1.062.886.339	100%	1.051.226.045	100%

Nota: Este quadro não inclui os juros a receber.

RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

O Risco Específico de Seguros representa o risco de perdas provocadas pela comercialização de contratos de seguro, desenvolvimento de produtos, tarifação, processo de subscrição, provisionamento de responsabilidades, gestão de sinistros e gestão de resseguro.

A Allianz Portugal tem estabelecido políticas claras de subscrição, tarifação e desenvolvimento dos produtos, tendo definido requisitos mínimos standardizados de risco. Estes requisitos não só são cumpridos no desenvolvimento e aprovação de novos produtos, mas também em mudanças significativas nos produtos existentes.

Relativamente às políticas de subscrição, estão definidos *standards* mínimos de risco para a subscrição, cujo grande objetivo é proteger a Companhia de riscos excessivos e suportar a otimização de risco/retorno, documentando as respetivas responsabilidades. Por sua vez, as tarifas aplicadas são construídas com base em técnicas atuariais e revistas regularmente.

O provisionamento é acompanhado regularmente, reunindo-se trimestralmente o Comité de Reservas com o objetivo de analisar a evolução das reservas e determinar a necessidade de proceder a ajustamentos.

RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS DO SEGMENTO VIDA

O risco específico de Seguros do Segmento Vida é composto pelo risco de mortalidade, longevidade, catastrófico, resgate e despesas. Os riscos de mortalidade, longevidade e catastrófico consistem no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas nos pressupostos de taxa de mortalidade. Enquanto o risco de resgate consiste no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas nas taxas de descontinuidade. O risco de despesas, por sua vez, consiste no risco de perdas originadas por um aumento nas despesas e taxa de inflação consideradas no cálculo das provisões técnicas.

Estes riscos apresentaram no final do ano os seguintes resultados estimados:

Requisito de Capital	Risco Específico de Vida				
	2017	%	2016	%	Δ17/16
Risco Específico de Vida	14.513.552	100,0%	9.385.721	100,0%	54,6%
• Risco de Mortalidade	862.048	5,9%	822.777	8,8%	4,8%
• Risco Catastrófico	4.452.234	30,7%	4.399.303	46,9%	1,2%
• Risco de Longevidade	1.719.152	11,8%	0	0,0%	0,0%
• Risco de Resgate	11.244.062	77,5%	6.034.841	64,3%	86,3%
• Risco de Despesas	1.524.085	10,5%	1.613.816	17,2%	-5,6%
• Diversificação do Risco	-5.288.029	-36,4%	-3.485.016	-37,1%	51,7%

Valores em euros

No final de 2017, o risco específico estimado do segmento Vida sofreu um aumento de 54,6%, explicado em grande parte pelo forte aumento do risco de resgate estimado (aumento de 86,3%). Adicionalmente foi desenvolvida a modelização das rendas vitalícias, incluindo-se assim o risco de longevidade destes produtos.

RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS DO SEGMENTO NÃO VIDA

O risco de prémios e reservas consiste no risco de insuficiência de cobertura de prémios ou de perdas provenientes da utilização de bases de cálculo não adequadas ou insuficientes. O risco de resgate consiste no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas na descontinuidade de certas apólices de seguro. O risco catastrófico consiste no risco de perdas originadas por um evento inesperado de origem natural ou humana.

O quadro seguinte sumariza o consumo de capital estimado relativo aos riscos específicos de seguros de Não Vida:

Requisito de Capital	Risco Específico de Não Vida				
	2017	%	2016	%	Δ17/16
Risco Específico de Não Vida	61.686.993	100,0%	58.003.679	100,0%	6,4%
• Risco de Prémios e Reservas	52.044.034	84,4%	49.620.098	85,5%	4,9%
• Risco de Resgate	367.225	0,6%	332.329	0,6%	10,5%
• Risco Catastrófico	22.567.845	36,6%	20.091.848	34,6%	12,3%
• Diversificação do Risco	-13.292.111	-21,5%	-12.040.596	-20,8%	10,4%

Valores em euros

O risco específico de Não Vida estimado aumentou 6,4% entre os anos de 2016 e 2017, devido a um aumento de 12,3% do risco catastrófico estimado e também, em parte, pelo aumento de 4,9% do risco de prémios e reservas estimado, que corresponde ao risco com maior representação dentro desta categoria de risco.

O aumento observado no risco catastrófico estimado no ano de 2017 é devido a alterações nos tratados de resseguro da Allianz Portugal. Por sua vez, o aumento no risco de prémios e reservas deve-se essencialmente a um aumento no volume de prémios recebidos no segmento Não Vida.

RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS DO SEGMENTO ACIDENTES E DOENÇA

O módulo de risco específico de Acidentes e Doença encontra-se dividido nos submódulos de acidentes e doença STV (semelhante a técnicas de Vida), acidentes e doença NSTV (não semelhante a técnicas de Vida) e risco catastrófico de acidentes e doença.

O quadro seguinte apresenta o consumo de capital estimado por parte destes riscos:

Requisito de Capital	Risco Específico de Acidentes e Doença				
	2017	%	2016	%	Δ17/16
Risco Específico de Acidentes e Doença	41.892.003	100,0%	37.512.875	100,0%	11,7%
• Acidentes e Doença STV	12.228.513	29,2%	11.636.652	31,0%	5,1%
• Risco de Longevidade	7.824.196	18,7%	8.055.065	21,5%	-2,9%
• Risco de Despesas	826.918	2,0%	720.592	1,9%	14,8%
• Risco de Revisão	7.118.078	17,0%	6.154.848	16,4%	15,6%
• Diversificação do Risco	-3.540.679	-8,5%	-3.293.853	-8,8%	7,5%
• Acidentes e Doença NSTV	32.379.159	77,3%	28.092.427	74,9%	15,3%
• Risco de Prémios e Reservas	32.375.506	77,3%	28.090.768	74,9%	15,3%
• Risco de Resgate	486.365	1,2%	305.278	0,8%	59,3%
• Diversificação do Risco	-482.712	-1,2%	-303.619	-0,8%	59,0%
• Risco Catastrófico	5.742.155	13,7%	6.016.644	16,0%	-4,6%
• Diversificação do Risco	-8.457.825	-20,2%	-8.232.848	-21,9%	2,7%

No ano de 2017, verificou-se um aumento significativo de 11,7% no risco específico de acidentes e doença estimado. Este aumento resulta de uma subida do requisito de capital estimado em ambos os módulos de acidentes e doenças STV e NSTV de 5,1% e 15,3% respetivamente, compensada pela diminuição do risco catastrófico estimado em 4,6%. O risco catastrófico foi afetado por melhorias na calibração dos cenários, resultando num decréscimo deste risco. Por sua vez, o aumento no risco de prémios e reservas deve-se essencialmente a um aumento no volume de prémios recebidos no ramo de Acidentes de Trabalho.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como o risco de perdas resultantes da falha ou da inadequação de processos ou sistemas internos, do erro humano ou do comportamento humano inadequado, ou de eventos externos.

Requisito de Capital	Risco Operacional		
	2017	2016	Δ17/16
Risco Operacional	24.848.315	24.024.025	3,4%

O aumento de 3,4% no requisito de capital estimado para o risco operacional em 2017 deve-se ao aumento do valor dos prémios obtidos.

O risco operacional está efetivamente presente em todas as atividades realizadas na Allianz Portugal e, tipicamente, não é possível que seja evitado. No entanto, a Allianz Portugal tem definida uma estrutura para a gestão do risco operacional do qual fazem parte todos os colaboradores e, especialmente, todos os níveis de gestão da Allianz Portugal. Estes riscos são geralmente geridos durante o curso normal das operações, ou seja, os responsáveis dos riscos e dos processos, como parte das suas funções de primeira linha, devem estar sensibilizados para a identificação dos riscos operacionais incorporados nas suas atividades, que ameacem o alcance dos seus objetivos, e devem decidir sobre o nível adequado de tolerância ao risco. Assim, sempre que necessário, deverão pôr em curso ações de mitigação apropriadas até que o nível de tolerância do risco seja obtido.

OUTROS RISCOS

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez, definido como o risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a liquidações de curto ou médio prazo, é monitorizado usando a metodologia ALM. Este tipo de risco surge principalmente da existência de um *mismatch* entre a periodicidade dos fluxos de caixa dos ativos e dos passivos.

O principal objetivo da Allianz Portugal, aquando do planeamento e gestão da posição de liquidez, é garantir que todas as obrigações de pagamento estão asseguradas. Como forma de cumprir este objetivo, a empresa monitoriza e faz uma previsão regular da sua liquidez de curto prazo, submetendo-a ainda a um limite absoluto mínimo de forma a permitir a sua proteção face a eventuais crises de liquidez. A liquidez de curto prazo é ainda gerida através de uma ferramenta central disponibilizada pelo Grupo Allianz chamada *cash pool*. Em último lugar, a Allianz Portugal aplica requisitos de contingência de liquidez que incluem a não capacidade de acesso a mercados de capitais externos e cenários combinados de risco de mercado e catastrófico.

A análise da maturidade dos ativos e passivos é apresentada na nota 6.6.

RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional é descrito como o risco de uma queda inesperada do valor do preço das ações da Allianz, do valor do negócio estabelecido ou do valor do negócio futuro devido a perdas de reputação da marca Allianz. Todos os departamentos da Allianz Portugal trabalham de forma cooperativa na identificação do risco reputacional. A área de Comunicação é responsável pela avaliação e pelas tomadas de decisão sobre os riscos reputacionais, e pela gestão dos problemas reputacionais.

Adicionalmente, a avaliação de riscos reputacionais é feita através de uma metodologia estruturada que disponibiliza uma base consistente para a comparação entre o risco e o prémio, tendo em particular consideração áreas de negócio sensíveis e riscos de conduta durante a elaboração, distribuição e prestação de serviços. Por outro lado, aquando da elaboração, distribuição e venda de produtos e serviços, a Allianz Portugal faz uma análise relativa ao cumprimento das expectativas razoáveis dos clientes quanto ao justo valor e ao resultado esperado dos mesmos. Assim, os impactos de eventos de risco reputacional como, por exemplo, problemas reputacionais, são mitigados utilizando uma abordagem coordenada entre a comunicação e a gestão da crise.

As decisões sobre riscos reputacionais individuais são integradas na estrutura geral de gestão de risco da Allianz Portugal e, assim, estes riscos são identificados e analisados num processo anual interno chamado *Top Risk Assessment* onde a gestão de topo toma decisões face à estratégia de gestão de risco e ações decorrentes deste. Por último, esta análise é complementada trimestralmente e a gestão do risco reputacional é realizada numa base de caso-a-caso.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Allianz Portugal efetua análises regulares de *stress testing* que permitem avaliar com profundidade os seus riscos. Esta análise possibilita a avaliação dos impactos de situações adversas e a medição dos efeitos de várias estratégias de gestão.

No quadro seguinte, apresentam-se as estimativas das análises de sensibilidade dos fundos próprios da Allianz Portugal, em 31 de dezembro de 2017, a alterações de fatores de ordem financeira e não financeira:

Milhões de euros

Análise de Sensibilidade	Choque	Impacto nos Capitais Próprios	
		31.12.2017	31.12.2016
Ações	-30%	-3,0	-0,8
Taxas de Juro	100 pb.	-0,7	-3,8
Taxas de Juro	-100 pb.	-0,4	-5,2
Spread	50 pb	-11,5	-8,5
Ações	-30%	-3,4	-6,0
Taxa de juro	-100 pb.		

* A sensibilidade de *spread* difere da apresentada no relatório anterior, cujo cálculo tem em consideração a qualidade creditícia e a zona geográfica das obrigações soberanas da Zona Euro. No presente relatório, apresenta-se o choque de uma subida do *spread* em 50 pontos básicos, de forma a facilitar a interpretação dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2017, entre as várias análises de *stress testing*, os fundos próprios observam uma maior sensibilidade ao choque de *spread*.

PLANO DE CONTINUIDADE

O Plano de Continuidade identifica as responsabilidades e tarefas necessárias para restabelecer o normal e bom funcionamento da Companhia, no caso de ocorrer um incidente que provoque interrupção por um período de tempo indeterminado. Esta interrupção pode ocorrer na sequência da destruição de instalações ou equipamentos, ou danos em pessoas, impedindo a prestação de serviços a clientes internos ou externos.

O Plano de Continuidade destina-se a assegurar a segurança e bem-estar dos trabalhadores, a manutenção da comunicação interna, a continuidade dos processos críticos de negócio, o cumprimento de obrigações contratuais, a gestão do risco e a manutenção da confidencialidade dos dados e reputação do negócio (via comunicações externas).

No âmbito do Plano, é tido em consideração o edifício onde ocorreu o incidente, o tipo de cenário de desastre, se o tipo de danos provocados foi nas instalações e/ou na infraestrutura tecnológica e sistema informático, e ainda o período em que ocorreu (dentro ou fora do período laboral, com ou sem os sistemas informáticos “abertos”).

O Plano de Continuidade é atualizado regularmente, contendo os procedimentos alternativos para todas as áreas críticas do negócio.

GOVERNAÇÃO DO RISCO

PRINCÍPIOS DE GOVERNAÇÃO DE RISCO

A Allianz Portugal considera o controlo de risco como uma das suas competências centrais. Desta forma, os princípios de governação de risco integram todas as unidades de negócio da Companhia, destacando-se os seguintes:

- > Fomentar uma cultura de gestão de risco sólida, apoiada por uma estrutura de governação de risco robusta;
- > Aplicar de forma consistente um modelo integral de capital de risco sobre todas as unidades de negócio, protegendo a base de fundos próprios e apoiando a gestão de capital efetiva;
- > Integrar considerações do risco e de requisitos de capital na gestão e processo de decisão, pela atribuição do risco e alocação de capital às várias unidades de negócio.

O apetite de risco da Allianz Portugal é definido pela sua estratégia de risco e imposição de limites. O risco é observado e reportado em detalhe, permitindo detetar eventuais desvios à tolerância de risco numa fase inicial do mesmo. Com o intuito de garantir o interesse dos acionistas e os requisitos impostos pelo regulador, os princípios de governação de risco acrescentam valor à Companhia através de quatro componentes principais:

Subscrição e identificação de risco: os princípios sólidos de subscrição e identificação do risco estabelecem as pedras basilares da adequação do risco e das decisões a tomar, tais como a aprovação de transações individuais e alocação estratégica de ativos. Estes princípios incluem a avaliação e os padrões de risco, métodos de avaliação e padrões mínimos de subscrição claros.

Reporte e monitorização de risco: o nosso abrangente reporte de riscos qualitativos e quantitativos e princípios de monitorização fornecem os indicadores de risco e a transparência necessários à tomada de decisões por parte da gestão de topo em relação ao risco geral da Companhia, e se este se encontra dentro dos limites aceites e alocado à equipa certa.

Estratégia e apetite de risco: a nossa estratégia de risco define claramente o nosso apetite de risco. Esta garante que os retornos são apropriados face aos riscos assumidos e que as funções encarregadas estão em linha com a capacidade da Allianz Portugal de suportar o risco. Este perfil de risco e retorno é melhorado a partir de considerações sobre a integração do risco e das necessidades de capital no processo de decisão. Tal permite não só manter uma estratégia de risco e objetivos de negócio consistentes, mas também aproveitar oportunidades dentro dos níveis de tolerância de risco.

Comunicação e transparência: a divulgação transparente e robusta proporciona a base para a comunicação desta estratégia para todas as partes externas e internas interessadas, garantindo um impacto positivo e sustentável na avaliação da Companhia e no seu financiamento. Adicionalmente, esta divulgação fortalece a consciencialização face ao risco e à cultura de risco da Allianz Portugal.

ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO DO RISCO

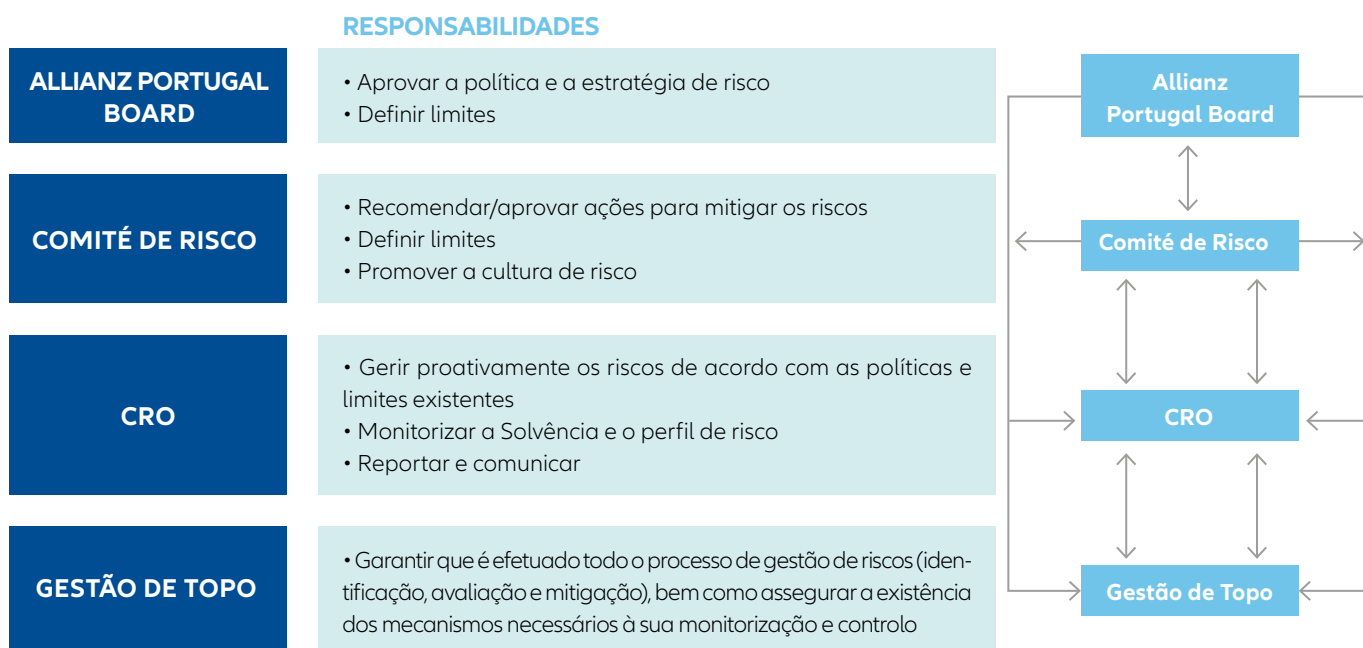
A Allianz Portugal possui na sua estrutura organizacional, desde 2005, um Departamento de Controlo de Risco, sendo que o seu responsável reporta diretamente ao responsável da Direção de Planeamento Estratégico.

Por sua vez, o principal objetivo do Comité de Risco é promover o cumprimento das políticas, limites e *guidelines* e contribuir para a construção de uma forte cultura de risco. A introdução e manutenção de infraestruturas, controlos e processos, que proativamente contribuam para identificar e monitorizar os riscos, são também orientações claramente definidas na estratégia da Companhia e que são monitorizadas neste Comité.

Como uma entidade prestadora de serviços financeiros, a Allianz Portugal considera a aceitação e a gestão de risco como parte integrante nas suas atividades e competências. Como tal, a tomada de decisão da Administração integra as considerações de risco e as necessidades de capital.

Por sua vez, a Administração é responsável pela Estratégia de Risco. Esta é definida anualmente e reflete o risco que a Companhia está disposta a aceitar para cumprir os seus objetivos estratégicos e aproveitar as oportunidades de negócio subjacentes.

Por sua vez, a Política de Risco aplica-se de forma transversal a todas as áreas da Companhia, definindo os seus princípios fundamentais, bem como as responsabilidades dos diversos intervenientes na sua implementação, monitorização e comunicação.



 Nota: Os pontos não indicados neste anexo não têm aplicação, ou não são relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

INVENTÁRIO DOS TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

COMPANHIA DE SEGUROS
ALLIANZ PORTUGAL

Anexo 1 - Consolidado

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Total
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO							
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.1 - Nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
	...							
11	sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
	1.2 - Estrangeiras							
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo							
	...							
12	sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
11+ 12	total	0,00	0,00			0,00		0,00
	2 - OUTROS TÍTULOS							
	2.1 - Nacionais							
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.1.1.1 - De dívida pública							
	...							
PTOTESOE0007	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO PORTUGAL 4,1% 15/04/2037	0,00	6.835.000,00	100%	105,09%	7.182.618,30	118,73%	8.115.332,20
PTOTEAOE0021	PGB4,95 10/23	0,00	20.850.000,00	100%	99,92%	20.833.258,94	123,12%	25.670.103,00
PTOTEBOE0020	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO 4,1% 15.02.2045	0,00	24.925.000,00	100%	98,92%	24.654.917,25	116,50%	29.037.126,50
PTOTECOE0029	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO 4,80% 06/15/2020	0,00	18.950.000,00	100%	101,92%	19.314.518,26	111,73%	21.171.888,96
PTOTEKOE0011	TESOIRO PORTUGAL 2,875% 15.10.2025	0,00	8.650.000,00	100%	99,27%	8.586.906,50	109,94%	9.510.069,50
PTOTEMOE0027	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO 4,75% 06/14/2019	0,00	16.110.000,00	100%	101,38%	16.332.134,95	107,02%	17.240.277,60
PTOTENOE0018	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO MÉDIO PRAZO 4,45% 6/15/2018	0,00	10.400.000,00	100%	96,36%	10.021.839,62	102,10%	10.617.880,00
PTOTEQOE0015	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO 5,65% 15.02.2024	0,00	7.000.000,00	100%	117,12%	8.198.128,77	127,06%	8.894.270,00
PTOTEROE0014	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO PORTUGAL 3,875% 15.02.2030	0,00	12.750.000,00	100%	104,93%	13.378.856,00	115,83%	14.767.687,50
PTOTESOE0013	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO 2,20% 17.10.2022	0,00	15.150.000,00	100%	100,03%	15.155.210,50	108,34%	16.413.055,50
PTOTETOE0012	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO PORTUGAL 2,875% 21.07.2026	0,00	16.900.000,00	100%	98,22%	16.599.912,00	108,88%	18.399.875,00
PTOTEUOE0019	PGB 4,125% 14/04/27	0,00	3.325.000,00	100%	110,87%	3.686.389,75	118,35%	3.935.104,25
PTOTEYOE0007	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO 3.85% 04/15/2021	0,00	11.650.000,00	100%	92,03%	10.721.641,51	112,42%	13.097.279,50
	...							
	sub-total	0,00	173.495.000,00			174.666.332,35		196.869.949,51
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos							
	...							
PTCFPAOM0002	COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17% 10/16/2019	0,00	5.300.000,00	100%	100,01%	5.300.303,94	107,00%	5.670.735,00
PTCPHOM0006	REFER-REDE FERROVIÁRIA 5.875% 2/18/2019	0,00	3.950.000,00	100%	100,63%	3.974.869,74	106,38%	4.201.891,50
PTMTLDM0005	METROPOLITANO DE LISBOA 5.75% 2/4/2019	0,00	6.900.000,00	100%	100,02%	6.901.491,26	106,02%	7.315.587,00
	...							
	sub-total	0,00	16.150.000,00			16.176.664,94		17.188.213,50
	2.1.1.3 - De outros emissores							
	...							
XS0223447227	EDP 4.125% 29/06/2020	0,00	1.200.000,00	100%	109,25%	1.311.000,00	110,13%	1.321.608,00
XS0399353506	EDP 0 12/11/23	0,00	2.000.000,00	100%	78,21%	1.564.279,61	92,89%	1.857.700,00
XS0970695572	EDP 4,875 14/09/2020	0,00	2.300.000,00	100%	104,00%	2.392.000,00	112,84%	2.595.389,00
XS0995380580	EDP 4.125% 20/01/2021	0,00	1.000.000,00	100%	107,55%	1.075.500,00	112,01%	1.120.100,00
XS1057345651	EDP 2,625% 15/04/2019	0,00	2.600.000,00	100%	100,09%	2.602.320,00	103,40%	2.688.374,00
XS1111324700	EDP 2,625% 18/01/2022	0,00	10.500.000,00	100%	99,42%	10.438.920,03	109,07%	11.452.350,00
PTCG2YOE0001	Caixa Geral de Depósitos 4,25% 01/27/2020	0,00	3.000.000,00	100%	99,84%	2.995.150,71	108,91%	3.267.420,00
	sub-total	0,00	22.600.000,00			22.379.170,35		24.302.941,00

211	sub-total	0,00	212.245.000,00			213.222.167,64		238.361.104,01
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.1.2.1 - Acções							
921910012401	FUNFRAP-FUNDIÇÃO PORTUGUESA SA	50.000,00	0,00		4,99	249.398,95	7,65	382.533,50
921910013401	PREVISÃO	17.500,00	0,00		4,28	74.939,89	3,89	68.111,75
921910018101	C. HOSPITALAR S. FRANCISCO	148.842,00	0,00		0,70	104.747,56	2,95	438.583,78
921910003001	AUDATEX PORTUGAL SA	520,00	0,00		249,40	129.687,45	379,48	197.331,74
921910034001	CASTIL PARQUE	200,00	0,00		1295,63	259.125,51	1531,57	306.313,82
921910046401	Lusitania Seguros	191,00	0,00		0,00	0,00	5,11	975,90
PTBPI0AM0004	BANCO BPI SA.- REG SHS	2.190.384,00	0,00		1,06	2.311.536,55	1,18	2.584.653,10
	sub-total	2.407.637,00	0,00			3.129.435,91		3.978.503,59
	2.1.2.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total							
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS - FUNDO	1.349.235,00	0,00		4,90	6.607.910,10	3,78	5.095.520,90
IE00B1TQ1R92	GREFF GLOBAL REAL ESTATE FOF A	8.056,99	0,00		79,30	638.940,41	82,41	664.013,00
IE00B06YB805	PREFP-PAN EUR REAL ESTATE-A	4.116,23	0,00		107,45	442.303,95	83,99	345.722,57
PTNOFCIM0006	LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO - F	300.000,00	0,00		6,24	1.872.880,00	2,97	891.270,00
	...							
	sub-total	1.661.408,23	0,00			9.562.034,46		6.996.526,47
	2.1.2.4 - Outros							
	...							
	sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
212	sub-total	4.069.045,23	0,00			12.691.470,37		10.975.030,06
211+212	total	4.069.045,23	212.245.000,00			225.913.638,01		249.336.134,07
	2.2 - Estrangeiros							
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.2.1.1 - De dívida pública							
AT0000383864	REPUBLIC OF AUSTRIA 6,25% 7/15/2027	0,00	740.000,02	100%	132,25%	978.668,53	154,09%	1.140.251,23
AT0000385745	REPUBLIC OF AUSTRIA 4,65% 1/15/2018	0,00	1.850.000,00	100%	107,65%	1.991.444,38	100,12%	1.852.183,00
BE0000291972	BELGIUM KINGDOM 5,5% 03/28/2028	0,00	200.000,00	100%	115,65%	231.305,01	148,81%	297.610,00
BE0000320292	BELGIUM KINGDOM 4,25 28/03/2041	0,00	400.000,00	100%	158,48%	633.928,00	156,10%	624.400,00
BE0000334434	BGB 0,8 22/06/2025	0,00	20.000,00	100%	103,16%	20.632,00	103,42%	20.684,20
BE0000336454	BGB 1,9% 22/06/2038	0,00	500.000,00	100%	110,35%	551.765,00	109,35%	546.770,00
BE0008063126	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2028	0,00	2.000.000,00	100%	93,19%	1.863.839,18	93,15%	1.862.940,00
BE0008071202	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2035	0,00	2.500.000,00	100%	82,66%	2.066.399,95	79,86%	1.996.375,00
BE0008072218	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2036	0,00	2.400.000,00	100%	80,92%	1.942.031,71	77,32%	1.855.584,00
BE0008074230	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2038	0,00	2.000.000,00	100%	78,80%	1.575.971,67	73,58%	1.471.600,00
BE0008075245	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2039	0,00	2.600.000,00	100%	76,74%	1.995.144,22	71,69%	1.864.044,00
BE0008076250	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2040	0,00	1.900.000,00	100%	75,11%	1.427.033,67	69,89%	1.327.834,00
BE0008077266	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2041	0,00	1.800.000,00	100%	73,87%	1.329.596,30	68,63%	1.235.376,00
BE0008521826	BELGIUM BE STRIP 0% 22/06/2034	0,00	1.600.000,00	100%	84,24%	1.347.849,86	82,01%	1.312.186,21
FR0000189151	ESTADO FR. 4/2019	0,00	1.650.000,00	100%	119,26%	1.967.790,00	106,38%	1.755.187,50
FR0000571085	FRANCE (GOVT OF) 8,5% 4/25/2023	0,00	3.600.000,00	100%	152,85%	5.502.600,00	145,37%	5.233.212,00
FR0010466938	FRANCE (GOVT OF) 4,25% 10/25/2023	0,00	2.600.000,00	100%	107,20%	2.787.071,51	124,58%	3.239.184,00
FR0010670737	FRANCE4,25 1018	0,00	1.785.000,00	100%	118,60%	2.116.976,00	103,85%	1.853.758,20
FR0010776161	FRANCE3,75% 10/19	0,00	2.850.000,00	100%	116,31%	3.314.805,00	107,85%	3.073.810,50
FR0010809533	FRANCE STRIP 25/04/2047	0,00	200.000,00	100%	68,46%	136.914,09	56,58%	113.154,00
FR0010809640	FRANCE STRIP 25/04/2053	0,00	400.000,00	100%	60,21%	240.843,60	47,42%	189.688,00
FR0010854182	FRANCE 3,5% 25/04/2020	0,00	10.700.000,00	100%	114,11%	12.209.320,00	109,23%	11.687.604,63
FR0010871038	FRANCE STRIP 25/04/2056	0,00	400.000,00	100%	56,32%	225.260,92	43,80%	175.208,00
FR0010871079	FRANCE STRIP 25/04/2060	0,00	500.000,00	100%	52,00%	259.985,00	40,75%	203.755,00
FR0010945451	CRH 3,3% 23/09/2022	0,00	1.000.000,00	100%	108,91%	1.089.132,50	115,46%	1.154.630,00
FR0010949651	France 2,5 25/10/2020	0,00	5.000.000,00	100%	106,49%	5.324.500,00	108,23%	5.411.704,90
FR0011059088	Francia 3,25 25/10/2021	0,00	500.000,00	100%	109,46%	547.300,00	113,47%	567.370,00
FR0011178946	CRH 4% 17/06/2022	0,00	2.000.000,00	100%	118,26%	2.365.200,00	117,87%	2.357.460,00
FR0011213453	CRH 3,6% 08/03/2024	0,00	5.000.000,00	100%	108,68%	5.433.920,47	120,50%	6.024.950,00
FR0011337880	FRANCE 2,25% 25/10/2022	0,00	6.800.000,00	100%	100,54%	6.836.521,89	111,34%	7.570.783,70

FR0011962398	FRTR 1,75 25/11/2024	0,00	500.000,00	100%	110,76%	553.790,00	110,60%	553.000,00
IT0001086567	BTPS 7,25 11/2026	0,00	1.800.000,00	100%	127,80%	2.300.400,00	144,47%	2.600.424,00
IT0005172322	BTPS 0,95% 15/03/2023	0,00	100.000,00	100%	101,60%	101.603,00	100,12%	100.116,00
NL0000003556	NETHERLAND GOVT STRIP 0% 15/01/2033	0,00	2.800.000,00	100%	93,08%	2.606.104,87	85,46%	2.392.852,00
NL0000003564	NETHERLAND GOVT STRIP 0% 15/01/2034	0,00	1.000.000,00	100%	91,70%	917.018,51	84,10%	841.020,00
NL0000102275	NETHERLANDS GOVERNMENT 3,75% 1/15/2023	0,00	2.135.000,00	100%	96,06%	2.050.823,88	119,62%	2.553.929,61
NL0006227316	NETHERLANDS GOVERNMENT 4% 7/15/2018	0,00	100.000,00	100%	97,47%	97.470,00	102,50%	102.499,00
ES0000011868	ESTADO6%E/01-29	0,00	400.000,00	100%	144,32%	577.280,00	143,02%	572.064,00
ES00000120N0	ESTADO4,9 07/40	0,00	700.000,00	100%	141,49%	990.397,80	139,83%	978.782,00
ES00000121L2	ESTADO 4,6% 30/07/2019	0,00	3.000.000,00	100%	108,55%	3.256.600,00	107,78%	3.233.310,00
ES00000121O6	ESTADO 4,30% 31/10/19	0,00	7.500.000,00	100%	110,41%	8.280.700,00	108,45%	8.133.607,30
ES00000121S7	ESTADO4,7 07/41	0,00	300.000,00	100%	139,60%	418.797,00	136,75%	410.262,00
ES00000122D7	ESTADO4% 04/20	0,00	2.680.000,00	100%	100,21%	2.685.529,20	109,73%	2.940.817,60
ES00000122E5	ESTADO4,65 0725	0,00	7.500.000,00	100%	106,83%	8.012.233,31	126,40%	9.479.850,00
ES00000122T3	ESTADO4,85 1020	0,00	10.700.000,00	100%	111,70%	11.951.758,44	113,93%	12.190.403,00
ES00000123B9	ESTADO5,5 04/21	0,00	5.700.000,00	100%	119,66%	6.820.636,78	118,04%	6.728.337,00
ES00000123K0	ESTADO5,85 01/22	0,00	19.050.000,00	100%	117,45%	22.374.579,96	123,00%	23.431.309,50
ES00000123U9	SPGB 5,4% 31/01/2023	0,00	5.000.000,00	100%	124,80%	6.240.100,00	124,91%	6.245.350,00
ES00000123X3	SPGB 4,4% 31/10/2023	0,00	2.600.000,00	100%	116,63%	3.032.301,46	121,64%	3.162.588,00
ES00000124I1	ESTADO 5,75% 07/32	0,00	2.500.000,00	100%	153,43%	3.835.824,29	146,56%	3.663.975,00
ES00000124B7	SPGB 3,75% 31/10/2018	0,00	5.000.000,00	100%	101,23%	5.061.395,21	103,49%	5.174.250,00
ES00000124C5	SPGB 5,15% 31/10/2028	0,00	6.700.000,00	100%	133,99%	8.977.318,99	133,83%	8.966.677,00
ES00000124H4	SPGB 5,15% 31/10/44	0,00	400.000,00	100%	145,46%	581.820,00	144,94%	579.768,00
ES00000124V5	SPGB 2,75% 30/04/2019	0,00	5.000.000,00	100%	101,51%	5.075.681,27	104,11%	5.205.400,00
ES00000124W3	SPGB 3,8% 30/04/2024	0,00	7.000.000,00	100%	102,98%	7.208.260,00	118,95%	8.326.220,00
ES00000126B2	SPGB 2,75% 31/10/2024	0,00	1.860.000,00	100%	111,38%	2.071.657,52	112,69%	2.095.978,20
ES00000126C0	ESTADO 1,4 01/20	0,00	350.000,00	100%	101,67%	355.857,89	103,41%	361.928,00
ES00000126Z1	SPGB 1,6 30/04/25	0,00	1.000.000,00	100%	103,01%	1.030.140,00	104,52%	1.045.180,00
ES00000127Z9	SPGB 1,95% 30.04.2026	0,00	500.000,00	100%	106,16%	530.822,50	105,40%	526.995,00
ES00000128C6	ESTADO 2,9% 31.10.2046	0,00	400.000,00	100%	100,52%	402.076,00	100,97%	403.892,00
ES00000128H5	ESTADO 1,3% 31/10/26	0,00	200.000,00	100%	100,54%	201.074,00	99,73%	199.464,00
ES00000128O1	SPGB 0,4% 30/04/22	0,00	50.000,00	100%	101,05%	50.525,10	100,64%	50.318,50
ES00000128Q6	SPGB 2,35% 30/07/33	0,00	500.000,00	100%	103,03%	515.140,00	101,44%	507.205,00
EU000A1G0A16	EFSS 2,25% 05/09/2022	0,00	3.500.000,00	100%	101,14%	3.539.800,00	110,95%	3.883.075,00
EU000A1G0AR0	EFSS 2,625 02/05/2019	0,00	1.000.000,00	100%	107,95%	1.079.500,00	104,19%	1.041.850,00
EU000A1G0DB8	EFSS 2,35% 29/07/2044	0,00	1.000.000,00	100%	131,50%	1.314.980,00	120,58%	1.205.800,00
EU000A1G0DT0	EFSS 1,25% 24/05/33	0,00	700.000,00	100%	98,98%	692.874,00	101,89%	713.209,00
EU000A18Z2D4	EUROPEAN UNION 0,75% 04/04/2031	0,00	3.000.000,00	100%	100,14%	3.004.320,00	98,63%	2.958.840,00
EU000A1GRVV3	CE 3,5% 04/06/2021	0,00	500.000,00	100%	115,21%	576.050,00	112,98%	564.875,00
EU000A1GVVF8	CE 3%04/09/26	0,00	3.000.000,00	100%	106,24%	3.187.113,72	122,24%	3.667.050,00
EU000A1GY6W8	EUROPEAN UNION 3,75% 04/04/2042	0,00	2.000.000,00	100%	161,57%	3.231.442,00	151,09%	3.021.860,00
EU000A1HBXS7	CE 2,5% 04/11/2027	0,00	2.000.000,00	100%	123,16%	2.463.140,00	118,56%	2.371.160,00
EU000A1Z6TV6	EUROPEAN UNION 1,5% 01/10/2035	0,00	200.000,00	100%	108,41%	216.814,80	107,11%	214.216,00
EU000A1ZR7H3	EUROPEAN UNION 1,375% 04/10/2029	0,00	2.850.000,00	100%	110,02%	3.135.570,00	107,17%	3.054.316,50
XS0676294696	EIB 2,75% 15/09/2021	0,00	1.000.000,00	100%	109,47%	1.094.700,00	111,34%	1.113.400,00
XS0692728511	EIB2,5 10/18	0,00	4.000.000,00	100%	99,19%	3.967.440,00	102,40%	4.095.800,00
XS0748631164	EIB 2,625% 16/03/2020	0,00	2.500.000,00	100%	108,66%	2.716.530,00	106,85%	2.671.250,00
XS0832628423	EIB 2,25% 14/10/2022	0,00	3.500.000,00	100%	102,90%	3.601.450,00	111,52%	3.903.340,00

sub-total	0,00	201.270.000,02				221.301.191,96		226.257.111,28
------------------	-------------	-----------------------	--	--	--	-----------------------	--	-----------------------

2.2.1.2 - De outros emissores públicos

FR0010143743	CAISSE D'AMORT DETTE SOC 4% 10/25/2019	0,00	10.150.000,00	100%	103,56%	10.511.269,04	108,10%	10.971.642,50
FR0010198036	CAISSE D'AMORT DETTE SOC 3,75% 10/25/2020	0,00	3.500.000,00	100%	101,50%	3.552.427,50	111,49%	3.902.150,00
FR0011192392	CAISSE AMORT DET CADES 4 15/12/25	0,00	4.000.000,00	100%	99,77%	3.990.720,00	128,23%	5.129.200,00
ES0200002006	ADIFAL 1,875 01/2025	0,00	5.000.000,00	100%	99,35%	4.967.642,80	104,64%	5.232.200,00
ES0200002014	ADIF ALTA VELOCIDAD 1,875% 22.09.2022	0,00	4.000.000,00	100%	103,33%	4.133.291,00	105,88%	4.235.240,00
XS1072141861	ADIFAL 3,5% 27/05/24	0,00	1.000.000,00	100%	115,29%	1.152.900,00	115,32%	1.153.230,00

sub-total	0,00	27.650.000,00				28.308.250,34		30.623.662,50
------------------	-------------	----------------------	--	--	--	----------------------	--	----------------------

2.2.1.3 - De outros emissores

BE6285452460	ANHEUSER-BUSCH 0,875% 17.03.2022	0,00	5.034.000,00	100%	100,04%	5.035.991,00	102,43%	5.156.376,54
XS1090450047	NETGAS 2,5 28/07/21	0,00	3.000.000,00	100%	104,08%	3.122.422,67	107,07%	3.212.100,00
XS0854746343	CARLSBERG 2,625% 15/11/2022	0,00	200.000,00	100%	111,08%	222.160,00	110,47%	220.934,00

XS0951395317	TOTAL 1,875 09/07/20	0,00	1.000.000,00	100%	106,56%	1.065.600,00	104,77%	1.047.680,00
FR0000474983	VEOLIA ENVIRONNEMENT 5,375% 5/28/2018	0,00	1.650.000,00	100%	109,82%	1.812.085,00	102,24%	1.686.976,50
FR0010709451	GDF_SUEZ 6,375% 18/01/2021	0,00	1.000.000,00	100%	128,40%	1.284.000,00	119,25%	1.192.490,00
FR0010920900	ACACB 4% 16/07/2025	0,00	500.000,00	100%	114,42%	572.075,60	125,99%	629.930,00
FR0011001684	SOCGEN 4,25% 03/02/2023	0,00	1.700.000,00	100%	112,50%	1.912.534,99	120,86%	2.054.552,00
FR0011060367	ACACB3,5 06/18	0,00	1.000.000,00	100%	110,07%	1.100.700,00	101,75%	1.017.540,00
FR0011075043	TRANSPORT ET INFRASTRUCTURE GF 4,339 7/07/2021	0,00	1.500.000,00	100%	115,50%	1.732.500,00	113,63%	1.704.420,00
FR0011261924	GDF SUEZ 3,0 1/02/2023	0,00	1.000.000,00	100%	115,06%	1.150.610,00	112,93%	1.129.340,00
FR0011289230	GDF_SUEZ 2,625 07/22	0,00	1.000.000,00	100%	112,05%	1.120.470,00	110,65%	1.106.520,00
FR0011318658	EDF 2,75 10/03/2023	0,00	1.900.000,00	100%	112,18%	2.131.410,00	110,89%	2.106.872,00
FR0011339746	EUTELSAT 3,125% 10/10/2022	0,00	1.500.000,00	100%	112,23%	1.683.450,00	111,51%	1.672.620,00
FR0011508332	ACA 1,875% 07/06/2023	0,00	1.000.000,00	100%	98,98%	989.750,00	109,00%	1.090.010,00
FR0011560333	SANOFI 1,875% 04/09/2020	0,00	1.300.000,00	100%	105,65%	1.373.450,00	104,62%	1.360.060,00
FR0011637586	EDF 2,25% 27/04/2021	0,00	400.000,00	100%	99,56%	398.244,00	106,83%	427.320,00
FR0011694033	FIN DES AUTO 2,95% 17/01/2024	0,00	2.600.000,00	100%	115,16%	2.994.244,00	113,40%	2.948.296,00
FR0011798115	PERNOD RICARD 2,0% 22/06/2020	0,00	1.500.000,00	100%	103,21%	1.548.156,62	104,79%	1.571.835,00
FR0012968931	PER_RICARD 1,875 28/09/23	0,00	1.000.000,00	100%	103,29%	1.032.900,00	107,04%	1.070.410,00
FR0013060209	RTE 1,625% 27.11.2025	0,00	2.500.000,00	100%	99,55%	2.488.800,00	105,39%	2.634.650,00
FR0013155868	CARREFOUR 20/04/2021	0,00	1.500.000,00	100%	100,00%	1.500.000,00	101,24%	1.518.600,00
FR0013184702	EUTELSAT 1,125% 23/06/2021	0,00	500.000,00	100%	99,89%	499.470,00	102,72%	513.580,00
FR0013216900	DANONE SA 0,424% 03/11/2022	0,00	3.000.000,00	100%	100,12%	3.003.640,00	100,20%	3.005.880,00
FR0013216918	DANONE SA 0,709% 03/11/24	0,00	6.500.000,00	100%	98,43%	6.398.245,00	99,98%	6.498.830,00
FR0013241361	RENAULT 1,375 08/03/2024	0,00	2.000.000,00	100%	99,78%	1.995.500,00	102,65%	2.052.960,00
FR0013241676	ORANGE 1,5% 09/09/2027	0,00	600.000,00	100%	99,36%	596.154,00	103,93%	623.556,00
FR0013245859	GDF 0,875% 03/27/24	0,00	4.500.000,00	100%	99,10%	4.459.455,00	101,27%	4.557.285,00
FR0013260486	RENAUL 14/III/2022	0,00	4.000.000,00	100%	100,00%	4.000.000,00	101,21%	4.048.520,00
XS0365094811	FTEL 5,625% 22/05/2018	0,00	800.000,00	100%	118,57%	948.560,00	102,24%	817.928,00
XS0418669429	TOTAL 5,125 26/03/24	0,00	1.000.000,00	100%	131,90%	1.319.000,00	128,24%	1.282.410,00
XS0488101527	SNCF 4,125% 19/02/25	0,00	600.000,00	100%	126,35%	758.106,00	125,69%	754.158,00
XS0499243300	CARREFOUR 4% 09/04/2020	0,00	900.000,00	100%	108,93%	980.370,00	108,90%	980.100,00
XS0500397905	FRTEL3,875% 09/04/2020	0,00	3.500.000,00	100%	109,73%	3.840.600,00	108,76%	3.806.600,00
XS0541453147	FRANCE TEL 3,375% 16/09/2022	0,00	1.100.000,00	100%	105,90%	1.164.900,00	113,96%	1.253.604,00
XS0830194501	TOTAL 2,125 15/03/23	0,00	900.000,00	100%	108,13%	973.145,00	108,97%	980.703,00
XS0905797113	RIC_BANQUE 2,875% 22/01/2018	0,00	1.000.000,00	100%	106,23%	1.062.300,00	100,16%	1.001.580,00
XS0934191114	CARREFOUR 1,75 22/05/2019	0,00	2.000.000,00	100%	104,07%	2.081.330,00	102,55%	2.050.920,00
XS0994990280	TOTAL 2,125 19/11/2021	0,00	2.000.000,00	100%	106,15%	2.123.000,00	107,58%	2.151.500,00
XS1538284230	CRED AGR LOND 1,875% 20/12/2026	0,00	300.000,00	100%	106,35%	319.050,00	105,03%	315.096,00
XS1558472129	SNCF 1,5% 02/02/29	0,00	600.000,00	100%	102,82%	616.926,00	104,57%	627.390,00
XS1584041252	BNP PARIBAS IV 22/09/22	0,00	1.000.000,00	100%	100,36%	1.003.580,00	102,53%	1.025.260,00
XS1588061777	SNCF 1,875% 30/03/34	0,00	500.000,00	100%	99,60%	497.985,00	106,31%	531.535,00
XS1589881785	BMW 0,875% 03/04/25	0,00	100.000,00	100%	99,64%	99.640,00	101,27%	101.274,00
XS1718306050	SOCGEN 0,5% 13/01/2023	0,00	2.000.000,00	100%	99,60%	1.992.080,00	99,19%	1.983.760,00
XS1718316281	SOCGEN1,375% 13/01/2028	0,00	2.500.000,00	100%	100,20%	2.505.000,00	99,35%	2.483.650,00
XS1410582586	AIRBUS 0,78% 13/05/2026	0,00	5.000.000,00	100%	98,13%	4.906.250,00	99,54%	4.976.750,00
DE000A11QSB8	DAIGR 1,875 08/07/24	0,00	600.000,00	100%	103,40%	620.400,00	107,71%	646.248,00
DE000A1R0TN7	DAIMLER_AG 1,75% 21/01/2020	0,00	1.500.000,00	100%	104,88%	1.573.200,00	103,59%	1.553.880,00
DE000A1R0XG3	BASF 2% 05/12/2022	0,00	600.000,00	100%	106,15%	636.900,00	108,69%	652.158,00
DE000A1TNJ97	DAIMLER 2% 06/21	0,00	500.000,00	100%	98,82%	494.107,61	106,37%	531.830,00
DE000CZ40L22	CMBZ IV 08/03/2022	0,00	2.500.000,00	100%	100,00%	2.500.000,00	101,74%	2.543.600,00
DE000CZ40LR5	COMMERZBANK 0,5 13/09/2023	0,00	2.000.000,00	100%	99,22%	1.984.420,00	98,95%	1.978.900,00
DE000DB7XJB9	DEUTSCHE BANK AG 1,25% 08/09/21	0,00	1.000.000,00	100%	100,45%	1.004.500,00	102,54%	1.025.420,00
DE000DB7XJP9	DEUT 1,125 17/03/2025	0,00	1.000.000,00	100%	93,20%	932.000,00	99,58%	995.810,00
XS0883560715	BASF SE 1,875% 04/02/2021	0,00	200.000,00	100%	98,95%	197.900,00	105,82%	211.638,00
XS0347908096	E.ON 5,528 21/02/2023	0,00	900.000,00	100%	126,29%	1.136.610,00	125,50%	1.129.518,00
XS0361244667	E.ON 5,75% 07/05/2020	0,00	3.000.000,00	100%	121,21%	3.636.300,00	113,81%	3.414.150,00
XS0494953820	DTEL 4,25% 16/03/2020	0,00	1.000.000,00	100%	113,76%	1.137.550,00	109,45%	1.094.510,00
XS0850057588	DTEL 2% 30/10/2019	0,00	3.000.000,00	100%	99,72%	2.991.480,00	103,96%	3.118.770,00
XS0873793375	VW 2% 14/01/2020	0,00	1.000.000,00	100%	99,14%	991.400,00	103,86%	1.038.630,00
XS0875796541	DTEL 2.125% 18/01/2021	0,00	1.500.000,00	100%	98,51%	1.477.698,87	106,13%	1.591.980,00
XS0875797515	DTEL 3,25 17/01/28	0,00	2.000.000,00	100%	117,78%	2.355.600,00	118,30%	2.366.040,00
XS0877622034	BMW 2,375% 24/01/2023	0,00	600.000,00	100%	108,08%	648.480,00	110,09%	660.564,00
XS0909788290	VW 2% 26/03/2021	0,00	1.000.000,00	100%	97,22%	972.200,00	105,62%	1.056.180,00
XS0968316256	BMV 2% 04/09/2020	0,00	2.500.000,00	100%	103,46%	2.586.450,00	105,31%	2.632.650,00
XS1015212811	BMW 1,625 17/07/19	0,00	1.000.000,00	100%	104,73%	1.047.300,00	102,76%	1.027.570,00
XS1015217703	BMW 2,625 17/01/24	0,00	1.990.000,00	100%	112,26%	2.233.974,00	112,59%	2.240.541,00

XS1382792197	DTEL_FIN 0,625% 03.04.2023	0,00	4.500.000,00	100%	99,43%	4.474.165,00	100,77%	4.534.830,00
XS1557095459	DTEL_FIN 0,375% 30/10/2021	0,00	5.500.000,00	100%	100,06%	5.503.280,00	100,55%	5.530.085,00
XS1557095616	DTEL_FIN 1,375% 30/01/2027	0,00	500.000,00	100%	99,65%	498.250,00	102,03%	510.125,00
XS1557096267	DTEL_FIN 0,875% 30/01/2024	0,00	4.500.000,00	100%	99,84%	4.492.710,00	101,36%	4.560.975,00
ES0413320054	DEUTSCHE BANK SA ESPAÑOLA 0,625% 25.11.2020	0,00	2.000.000,00	100%	99,87%	1.997.460,00	101,79%	2.035.780,00
XS1077584024	RYANAIR 1.875 17/06/21	0,00	1.000.000,00	100%	105,80%	1.058.020,00	105,22%	1.052.180,00
XS0452187916	ENEL_FIN 5% 14/09/2022	0,00	12.800.000,00	100%	107,36%	13.742.160,00	122,04%	15.620.480,00
XS0647298883	ENEL_FIN 5% 12/07/2021	0,00	2.300.000,00	100%	107,58%	2.474.450,00	117,18%	2.695.048,00
XS0827692269	ENEL FIN 4,875% 11/03/2020	0,00	3.000.000,00	100%	107,29%	3.218.646,61	110,67%	3.320.070,00
XS0842659426	ENEL_FIN 4,875 17/04/2023	0,00	3.000.000,00	100%	98,93%	2.967.975,88	123,08%	3.692.490,00
XS1425966287	ENEL FINANCE INTL NV 1,375% 01/06/2026	0,00	1.150.000,00	100%	98,44%	1.132.004,50	102,09%	1.173.977,50
XS1550149204	ENELIM 1% 16/09/2024	0,00	1.000.000,00	100%	98,73%	987.310,00	101,41%	1.014.060,00
IT0004547409	UNICREDIT SPA 4,375% 01/31/2022	0,00	3.000.000,00	100%	99,72%	2.991.725,83	117,26%	3.517.949,99
IT0004689433	UCIM5.25 04/23	0,00	1.000.000,00	100%	107,62%	1.076.165,00	125,83%	1.258.250,00
IT0004734429	UCIM4.25 07/18	0,00	3.000.000,00	100%	105,60%	3.168.037,50	102,64%	3.079.230,00
IT0004760341	UCIM 5 31/10/21	0,00	3.750.000,00	100%	103,56%	3.883.319,50	118,75%	4.453.162,16
IT0004794142	ENEL SPA 4,875% 20/02/2018	0,00	2.500.000,00	100%	105,75%	2.643.720,00	100,66%	2.516.425,00
IT0004839046	ISPIIM 5 27/01/2021	0,00	2.100.000,00	100%	112,55%	2.363.550,00	115,41%	2.423.673,00
IT0004846793	UCIM 4 01/18	0,00	8.000.000,00	100%	103,30%	8.264.210,94	100,33%	8.026.723,58
IT0004852189	ISPM 3,75% 09/2019	0,00	5.000.000,00	100%	103,62%	5.180.942,22	106,90%	5.345.000,00
IT0004869985	ATLANTIA 3,625% 30/11/2018	0,00	3.500.000,00	100%	105,44%	3.690.237,50	103,38%	3.618.264,99
IT0004872328	ISPIIM 3,625% 03/12/2022	0,00	1.400.000,00	100%	103,75%	1.452.535,00	116,55%	1.631.728,00
IT0004887078	UCIM 2,75% 31/01/2020	0,00	2.000.000,00	100%	100,90%	2.018.000,00	106,11%	2.122.220,00
IT0004889421	ISPIIM 3,375% 24/01/2025	0,00	1.000.000,00	100%	99,00%	990.025,00	119,10%	1.190.990,00
IT0004932619	UCIM 1,875% 31/01/2019	0,00	4.000.000,00	100%	101,64%	4.065.480,00	102,35%	4.094.040,00
IT0004957137	UCIM 2,625% 31/10/2020	0,00	2.000.000,00	100%	100,68%	2.013.600,00	107,59%	2.151.840,00
XS0184373925	TITIM 5,375% 29/01/2019	0,00	6.000.000,00	100%	109,40%	6.563.700,00	105,55%	6.332.704,97
XS0542534192	ATLAN 4.375 16/09/2025	0,00	1.200.000,00	100%	125,10%	1.501.200,00	124,39%	1.492.728,00
XS0605214336	TERNA 4,75% 15/03/2021	0,00	1.000.000,00	100%	115,11%	1.151.100,00	114,67%	1.146.740,00
XS0741137029	ENI SPA 4,25% 3/02/2020	0,00	1.000.000,00	100%	107,65%	1.076.453,95	108,77%	1.087.690,00
XS0794393396	TITIM 6,125% 14/12/2018	0,00	422.000,00	100%	112,65%	475.383,00	105,65%	445.843,00
XS0798555537	ENI SPA 3,75% 27/06/2019	0,00	554.000,00	100%	112,73%	624.524,20	105,57%	584.841,18
XS0829183614	SNAM SPA 3,875% 19/03/2018	0,00	600.000,00	100%	106,10%	636.600,00	100,84%	605.040,00
XS0829190585	SNAM SPA 5,25% 09/2022	0,00	2.500.000,00	100%	125,38%	3.134.620,00	122,88%	3.072.025,00
XS0853682069	SRGIM 3.5 13/02/2012	0,00	1.000.000,00	100%	101,33%	1.013.346,21	107,45%	1.074.490,00
XS0859920406	A2A SPA 4,5% 28/11/2019	0,00	500.000,00	100%	101,95%	509.750,00	108,81%	544.045,00
XS0868458653	TITIM 4% 21/01/2020	0,00	3.200.000,00	100%	102,97%	3.295.110,00	107,50%	3.440.064,00
XS0914294979	SNAM SPA 3,375 29/01/2021	0,00	1.000.000,00	100%	112,52%	1.125.160,00	110,04%	1.100.370,00
XS0996354956	ENI 2,625 22/11/2021	0,00	1.100.000,00	100%	99,96%	1.099.527,00	109,29%	1.202.157,00
XS1004874621	AEMSPA 3,625 13/01/22	0,00	7.700.000,00	100%	115,05%	8.859.007,60	112,94%	8.696.226,00
XS1126183760	SNAM SPA 1,5% 21.04.2023	0,00	900.000,00	100%	102,55%	922.950,00	105,24%	947.160,00
XS1180451657	ENISPA 1,5 02/02/26	0,00	1.000.000,00	100%	101,27%	1.012.660,00	102,48%	1.024.830,00
XS1412593185	ENI SPA 0,75% 17/05/2022	0,00	6.500.000,00	100%	100,28%	6.518.440,00	101,95%	6.626.490,00
XS1508912646	ACEA SPA 1,0% 24/10/2026	0,00	450.000,00	100%	98,38%	442.696,50	97,43%	438.448,50
XS1555402145	SNAM SPA 1,25% 25/01/2025	0,00	4.000.000,00	100%	99,49%	3.979.742,82	102,12%	4.084.840,00
XS1558491855	ATLANTIA SPA 1.625 03/02/2025	0,00	1.000.000,00	100%	99,94%	999.390,00	102,36%	1.023.610,00
XS1568906421	SNAM SPA IV 21/02/2022	0,00	1.000.000,00	100%	100,00%	1.000.000,00	101,27%	1.012.710,00
XS1581375182	A2A 1,25% 16/03/24	0,00	3.000.000,00	100%	99,67%	2.990.220,00	100,74%	3.022.320,00
XS0303426661	ESFG INTERNATIONAL LTD 5,753% 6/6/2018	0,00	1.250.000,00	100%	100,00%	1.250.000,00	0,00%	0,13
XS0767278301	TKA 4% 04/04/2022	0,00	1.000.000,00	100%	118,26%	1.182.590,00	115,21%	1.152.120,00
XS0950055359	TKAVV 3,5 04/07/23	0,00	2.300.000,00	100%	115,63%	2.659.490,00	115,36%	2.653.165,00
XS0999667263	TKAAV 3,125 03/12/21	0,00	1.000.000,00	100%	110,70%	1.106.950,00	111,14%	1.111.430,00
XS1405762805	TELEKOM 1,50% 07/12/2026	0,00	1.500.000,00	100%	100,22%	1.503.240,00	102,64%	1.539.555,00
XS0997484430	PEMEX 3,125 27/11/2020	0,00	4.232.000,00	100%	105,57%	4.467.550,00	107,08%	4.531.752,56
XS0478074924	RABOBANK 4,125% 01/14/2020	0,00	3.000.000,00	100%	108,80%	3.263.944,17	108,50%	3.254.910,00
XS0752092311	KONINKLIJKE KPN 4,25% 1/03/2022	0,00	3.900.000,00	100%	118,55%	4.623.500,00	115,83%	4.517.370,00
XS0758420748	HEINEKEN NV 3,5% 19/03/2024	0,00	5.000.000,00	100%	119,46%	5.973.100,00	116,77%	5.838.653,45
XS0811124790	KONINKLIJKE 3,25% 01.02.2021	0,00	2.000.000,00	100%	112,24%	2.244.890,00	109,21%	2.184.140,00
XS1048529041	SHELL 2,5 24/03/2026	0,00	2.000.000,00	100%	108,31%	2.166.200,00	113,43%	2.268.500,00
XS1135277140	SHELL 1,625 20/01/2027	0,00	2.000.000,00	100%	99,04%	1.980.800,00	106,07%	2.121.440,00
XS1292484323	SHELL 1,25% 15/03/2022	0,00	2.500.000,00	100%	104,89%	2.622.275,00	104,58%	2.614.425,00
XS1411405662	SHELL_INTF 0,75% 12/05/2024	0,00	1.000.000,00	100%	99,90%	998.990,00	101,27%	1.012.660,00
XS1527192485	HEINEKEN NV 29/01/2027	0,00	1.000.000,00	100%	99,65%	996.500,00	102,44%	1.024.350,00
XS1527556192	ASML HOLDING NV 1,625% 28/05/2027	0,00	500.000,00	100%	99,68%	498.390,00	103,65%	518.255,00
XS0733696495	REPSOL 4,875% 19/02/2019	0,00	3.000.000,00	100%	112,46%	3.373.900,00	105,47%	3.164.190,00

XS0767977811	IBESM4,25 10/18	0,00	5.900.000,00	100%	109,39%	6.454.164,00	103,44%	6.102.842,00
XS0831370613	REPSOL 4,375% 02/2018	0,00	1.000.000,00	100%	99,65%	996.540,00	100,59%	1.005.880,00
XS0875343757	GASNAT_FIN 3,875% 17/01/23	0,00	1.000.000,00	100%	99,14%	991.390,00	116,43%	1.164.340,00
XS0879869187	IBERDROLA 3,5% 01/01/2021	0,00	1.000.000,00	100%	102,44%	1.024.400,00	110,33%	1.103.320,00
XS0914400246	GASNAT_FIN 3,875% 11/04/2022	0,00	1.000.000,00	100%	100,72%	1.007.200,00	114,93%	1.149.250,00
XS0933604943	REPSOL 2,625% 28/05/2020	0,00	2.700.000,00	100%	99,30%	2.681.093,98	106,00%	2.862.000,00
XS0940711947	Iberdrola Internacional 2,875 11/11/2020	0,00	5.200.000,00	100%	99,48%	5.172.982,16	107,97%	5.614.440,00
XS0969350999	MRDGF 3,779% 11/09/2018	0,00	2.000.000,00	100%	103,35%	2.067.000,00	102,71%	2.054.160,00
ES0205032016	FERROVIAL 0,375 14/09/2022	0,00	600.000,00	100%	98,44%	590.668,00	99,39%	596.340,00
ES0211845252	ABERTIS 4,75% 25/10/2019	0,00	4.200.000,00	100%	109,52%	4.599.843,50	108,65%	4.563.300,00
ES0211845260	ABERTIS 3,75% 20/06/2023	0,00	2.000.000,00	100%	98,54%	1.970.711,36	115,97%	2.319.360,00
ES0345784013	HIPO HIPO-8 A2 15/3/2038	0,00	453.189,25	100%	99,55%	451.166,87	98,54%	446.565,80
ES0413211071	BBVA 4% 25/02/25	0,00	2.000.000,00	100%	100,20%	2.003.932,93	124,27%	2.485.400,00
ES0413211105	BBVA 3,50 10/20	0,00	1.200.000,00	100%	100,47%	1.205.694,06	110,06%	1.320.720,00
ES0413211121	BBVA 3,5% 24/01/2021	0,00	12.800.000,00	100%	99,79%	12.773.288,00	110,97%	14.204.163,97
ES0413211790	BBVA 3,875% 30/01/2023	0,00	2.500.000,00	100%	102,52%	2.563.043,77	118,51%	2.962.650,00
ES0413211816	BBVA 2,25% 12/06/2024	0,00	900.000,00	100%	111,73%	1.005.570,00	111,68%	1.005.156,00
ES0413211865	BANCO BILBAO VIZCAYA ARG 0,625% 17/05/2021	0,00	1.000.000,00	100%	99,56%	995.550,00	102,16%	1.021.620,00
ES0413790074	POPSM4,125 0418	0,00	13.600.000,00	100%	103,71%	14.104.231,08	101,15%	13.756.399,99
ES0413790231	POPSM 3,75% 22/01/2019	0,00	10.100.000,00	100%	100,15%	10.115.271,10	104,21%	10.525.109,00
ES0413790413	B.POPULAR 0,75 29/09/2020	0,00	1.000.000,00	100%	99,51%	995.060,00	102,11%	1.021.050,00
ES0413790439	BANCO POPULAR ESPANOL 1,0% 3/03/2022	0,00	1.000.000,00	100%	100,00%	1.000.000,00	103,00%	1.029.950,00
ES0413860323	SABSNS 3,375% 23/01/2018	0,00	1.000.000,00	100%	100,82%	1.008.200,00	100,20%	1.002.040,00
ES0413860398	SABADELL 0,875% 12.11.2021	0,00	500.000,00	100%	100,52%	502.600,00	102,65%	513.240,00
ES0413900087	BSCH 4% 07/04/2020	0,00	500.000,00	100%	107,20%	536.000,00	109,60%	547.975,00
ES0413900327	BSCH 2,875% 30/01/2018	0,00	5.600.000,00	100%	98,98%	5.542.900,00	100,23%	5.612.936,00
ES0414970196	CABKSM 4,75 31/10/2018	0,00	2.100.000,00	100%	107,46%	2.256.660,00	103,97%	2.183.370,00
ES0414970402	CAIXAB 4,625% 04/06/2019	0,00	700.000,00	100%	94,75%	663.250,00	106,56%	745.920,00
ES0440609206	CABKSM 3% 22/03/2018	0,00	1.000.000,00	100%	100,14%	1.001.400,00	100,67%	1.006.650,00
ES0440609248	CABKSM 2,625% 21/03/2024	0,00	1.400.000,00	100%	114,81%	1.607.300,00	113,24%	1.585.332,00
ES0440609305	CAIXABANK SA 0,625 12/11/2020	0,00	1.000.000,00	100%	99,59%	995.890,00	101,86%	1.018.610,00
XS0362224841	IBERDROLA FINANZAS SAL 5,625% 5/9/2018	0,00	1.500.000,00	100%	100,86%	1.512.908,90	102,03%	1.530.435,00
XS0436928872	GAS NATURAL 6,375% 09/07/2019	0,00	400.000,00	100%	117,78%	471.120,00	109,76%	439.040,00
XS0458749826	GASNAT 5,125% 02/11/2021	0,00	1.500.000,00	100%	111,32%	1.669.750,00	118,95%	1.784.175,00
XS0462999573	TEF4,693 1119	0,00	700.000,00	100%	107,16%	750.124,72	108,82%	761.740,00
XS0479541699	GASN4,125% 0118	0,00	1.500.000,00	100%	101,23%	1.518.400,00	100,27%	1.504.050,00
XS0479542580	GASNAT 4,5% 27/01/2020	0,00	700.000,00	100%	103,56%	724.900,00	109,25%	764.764,00
XS0494868630	IBERDROLA 4,125% 23/03/2020	0,00	1.000.000,00	100%	107,59%	1.075.900,00	109,13%	1.091.260,00
XS0627188468	GASSM5,375 05/19	0,00	2.700.000,00	100%	107,60%	2.905.270,00	107,52%	2.903.148,00
XS0746276335	TELEFO 4,797 21/02/18	0,00	1.500.000,00	100%	105,60%	1.584.000,00	100,65%	1.509.765,00
XS0829360923	GASSM 6 27/01/2020	0,00	2.500.000,00	100%	112,83%	2.820.850,00	112,36%	2.808.925,00
XS0842214818	TELEF 1,71% 20/01/2020	0,00	6.100.000,00	100%	104,60%	6.380.575,00	109,61%	6.686.271,00
XS0874864860	TEF 3,987% 23/01/2023	0,00	6.500.000,00	100%	100,19%	6.512.669,79	116,82%	7.593.040,00
XS0876289652	REESM 3,875% 25/01/2022	0,00	300.000,00	100%	103,20%	309.600,00	114,77%	344.304,00
XS0879082914	FERROVIAL 3,375% 30/01/2018	0,00	700.000,00	100%	102,56%	717.945,77	100,25%	701.743,00
XS0907289978	TEF 3,961% 26/03/2021	0,00	3.000.000,00	100%	100,10%	3.002.900,00	112,15%	3.364.380,00
XS0934042549	TEF 2,736 05/19	0,00	1.000.000,00	100%	100,00%	1.000.000,00	103,93%	1.039.340,00
XS0935803386	REESM 2,375 31/05/2019	0,00	2.500.000,00	100%	97,81%	2.445.150,00	103,45%	2.586.200,00
XS0940284937	FERROVIAL 3,375% 07/06/2021	0,00	4.600.000,00	100%	106,61%	4.904.025,00	110,62%	5.088.612,00
XS1219462543	REDESA 1,125% 24/04/2025	0,00	1.500.000,00	100%	100,69%	1.510.350,00	102,01%	1.530.135,00
XS1322048619	AMADEUS CAP MARKT 1,625% 17/11/2021	0,00	300.000,00	100%	99,26%	297.780,00	104,81%	314.436,00
XS1403388694	ENGSM 1,375% 05/05/2028	0,00	700.000,00	100%	98,30%	688.107,00	100,29%	702.023,00
XS1501162876	AMADEUS CAP MARKT 0,125% 06/10/2020	0,00	1.000.000,00	100%	99,75%	997.500,00	99,95%	999.500,00
XS1575444622	IBERDROLA 1% 07/03/2025	0,00	3.000.000,00	100%	99,36%	2.980.800,00	100,47%	3.013.950,00
XS1078218218	SANDSS 3 18/06/26	0,00	1.000.000,00	100%	105,04%	1.050.400,00	113,05%	1.130.510,00
XS1150695192	VLVY 4,85 10/03/78	0,00	900.000,00	100%	96,50%	868.500,00	114,57%	1.031.139,00
XS0974877150	GLENOCORE 3.375 30/09/20	0,00	500.000,00	100%	112,54%	562.700,00	108,48%	542.375,00
XS1584884347	NOVART 0% 31/03/21	0,00	4.500.000,00	100%	99,13%	4.460.985,00	99,71%	4.486.856,18
XS0359388690	UBS6 04/18/18	0,00	3.000.000,00	100%	114,79%	3.443.700,00	101,83%	3.054.900,00
XS1291175161	CS 1,125% 15/09/20	0,00	500.000,00	100%	103,00%	514.995,00	102,82%	514.120,00
XS0169888558	VODAFONE GROUP PLC 5% 6/4/2018	0,00	2.500.000,00	100%	103,96%	2.599.037,50	102,18%	2.554.575,00
XS0213499410	BANK OF SCOTLAND PLC 3/16/2020	0,00	1.975.000,00	100%	99,14%	1.958.113,39	105,30%	2.079.604,49
XS0304458051	VODAF5,375%	0,00	3.000.000,00	100%	126,62%	3.798.640,00	121,41%	3.642.210,00
XS0479869744	VODAFONE 4,65 01/22	0,00	2.800.000,00	100%	120,70%	3.379.680,00	117,08%	3.278.100,00
XS0633025977	BP_CM 4,154% 01/06/2020	0,00	1.000.000,00	100%	112,33%	1.123.300,00	110,06%	1.100.600,00

XS0747744232	BP_CM 2,994% 18/02/2019	0,00	1.000.000,00	100%	109,25%	1.092.500,00	103,53%	1.035.310,00
XS0972165681	BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517% 17/02/2021	0,00	1.000.000,00	100%	107,74%	1.077.400,00	107,67%	1.076.720,00
XS1040506112	BPLN 2.177 09/21	0,00	3.610.000,00	100%	105,83%	3.820.380,00	107,48%	3.879.955,80
XS1040506898	BP 2,972 27/02/26	0,00	2.000.000,00	100%	112,20%	2.243.900,00	114,98%	2.299.520,00
XS1109741329	SKYLN 2.5 0926	0,00	4.500.000,00	100%	102,52%	4.613.550,00	109,88%	4.944.555,00
XS1114477133	BP CAPITAL MARKETS 1,526% 26/09/2022	0,00	1.000.000,00	100%	101,77%	1.017.700,00	105,40%	1.054.030,00
XS1116480697	BARCLAYS 1,5 01/04/22	0,00	7.500.000,00	100%	99,12%	7.433.775,00	103,76%	7.782.075,00
XS1141969912	SKYLN 1,875 24/11/23	0,00	2.600.000,00	100%	100,62%	2.616.050,00	106,49%	2.768.818,00
XS1323028479	VODAFONE GROUP 0,875 17/11/2020	0,00	1.000.000,00	100%	99,59%	995.870,00	102,04%	1.020.440,00
XS1372838679	VODAFONE GROUP PLC 1,75% 25.08.2023	0,00	5.500.000,00	100%	101,48%	5.581.185,00	105,61%	5.808.385,00
XS1375956569	BP CAPITAL MARKETS PLC 1,373% 03.03.2022	0,00	1.000.000,00	100%	100,00%	1.000.000,00	104,65%	1.046.510,00
XS1463101680	VODAFONE 1,6% 29/07/2031	0,00	500.000,00	100%	99,79%	498.940,00	94,21%	471.060,00
XS1492671158	BP CM 0,83% 19/09/2024	0,00	1.000.000,00	100%	100,00%	1.000.000,00	100,38%	1.003.800,00
XS1527126772	BP CM 1,117% 25/01/2024	0,00	2.400.000,00	100%	100,00%	2.400.000,00	102,81%	2.467.368,00
XS1721423462	VOD 1,125% 20/11/25	0,00	1.000.000,00	100%	99,17%	991.670,00	99,37%	993.710,00
XS1188094673	NGGLN 0,75 02/22	0,00	1.000.000,00	100%	97,85%	978.500,00	101,48%	1.014.750,00
XS0592505316	MCDONALDS 4,0 17/02/2021	0,00	300.000,00	100%	116,41%	349.230,00	111,67%	334.998,00
XS0883614231	JP Morgan 2,75% 01/02/2023	0,00	500.000,00	100%	114,07%	570.350,00	111,19%	555.955,00
XS0935427970	JPM 2,875% 24/05/2028	0,00	2.000.000,00	100%	116,85%	2.337.000,00	115,19%	2.303.880,00
XS1107731702	BANK OF AMERICA CORP 1,375% 10/09/2021	0,00	1.000.000,00	100%	100,86%	1.008.600,00	104,28%	1.042.770,00
XS1112678559	COCA COLA ENTERP 1,125% 22/09/2022	0,00	800.000,00	100%	103,46%	827.664,00	103,94%	831.512,00
XS1209863254	BANK OF AMERICA CORP 1,375% 26/03/25	0,00	1.000.000,00	100%	100,37%	1.003.690,00	102,58%	1.025.780,00
XS1237271009	MCDONALD'S CORP 1,125% 26/05/2022	0,00	2.000.000,00	100%	102,92%	2.058.400,00	102,99%	2.059.720,00
XS1290850707	BANK OF AMERICA CORP 1,625% 14.09.2022	0,00	1.000.000,00	100%	101,30%	1.013.000,00	105,34%	1.053.380,00
XS1346872580	MONDELEZ INTERN 1,625% 20.01.2023	0,00	2.000.000,00	100%	105,02%	2.100.460,00	105,07%	2.101.380,00
XS1375841159	IBM 0,5% 07.09.2021	0,00	1.000.000,00	100%	99,34%	993.370,00	101,21%	1.012.110,00
XS137595678	IBM 1,75% 07/03/28	0,00	2.300.000,00	100%	106,35%	2.446.050,00	105,67%	2.430.295,00
XS1403264374	MCDONALD'S CORP 1,0% 15/11/2023	0,00	3.700.000,00	100%	99,89%	3.695.979,00	101,54%	3.756.906,00
XS1457608013	CITI 0,75% 26/10/2023	0,00	2.000.000,00	100%	99,63%	1.992.680,00	100,16%	2.003.260,00
XS1458408306	GOLDMAN SACHS IV 27/07/2021	0,00	1.980.000,00	100%	101,58%	2.011.244,40	102,40%	2.027.421,00
XS1485643610	COCA COLA ENTERP 1,1% 2/09/2036	0,00	800.000,00	100%	90,69%	725.492,00	90,51%	724.056,00
XS1529838085	MS 1,00 02/12/22	0,00	2.000.000,00	100%	99,68%	1.993.520,00	102,03%	2.040.520,00
XS1574672397	COCA COLA ENTERP 0,5% 08/03/2024	0,00	4.000.000,00	100%	98,29%	3.931.520,00	99,19%	3.967.640,00
XS1619312686	AAPL 1,375% 24/05/2029	0,00	1.000.000,00	100%	99,38%	993.760,00	102,18%	1.021.790,00
XS1718480327	UPS 0.375% 15/11/23	0,00	2.000.000,00	100%	99,70%	1.993.960,00	98,76%	1.975.260,00
	sub-total		498.200.189,25			520.597.248,57		532.118.789,28
221	sub-total	0,00	727.120.189,27			770.206.690,87		788.999.563,06
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.2.2.1 - Ações							
	...							
	sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total							
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
FR0010654913	AMUNDI ETF EURO	2.120,00	0,00		48,05	101.870,17	73,56	155.936,60
DE0008475070	ALLIANZ RCM INTERGLOBAL-A	284,01	0,00		155,29	44.103,83	288,61	81.967,92
IE00B28D5Z40	PIMCO DIVERSIFIED INCOME FUND	197.843,84	0,00		10,41	2.058.789,58	10,24	2.025.920,90
IE00B3D1YW09	PIMCO GLOBAL INVESTMENT GRADE CREDIT	420.211,18	0,00		12,41	5.215.074,47	12,46	5.235.831,32
IE00BF4VRR96	PIMCO Socially Responsible EM	303.204,09	0,00		9,96	3.019.952,71	9,98	3.025.976,81
ES0133877003	EUROVALOR PARTIC VOLUMEN-I	94.594,19	0,00		93,56	8.850.639,92	94,19	8.909.826,46
DE0008007998	DEGI INTERNATIONAL	8.374,62	0,00		51,00	427.101,47	3,45	28.892,43
DE000A0ETSR6	DEGI GLOBAL BUSINESS	5.982,29	0,00		100,30	599.995,11	3,09	18.485,27
IE00B0M62Q58	ISHARES MSCI WORLD UCITS ET	34.242,00	0,00		36,90	1.263.547,02	37,29	1.276.884,18
IE00B9M6SJ31	ISHARES GL CORP BD EU HEDGED	35.831,00	0,00		105,89	3.794.190,81	105,80	3.790.919,80
	sub-total	1.102.687,21	0,00			25.375.265,09		24.550.641,69
	2.2.2.4 - Outros							
	...							
222	sub-total	1.102.687,21	0,00			25.375.265,09		24.550.641,69
221+222	total	1.102.687,21	727.120.189,27			795.581.955,96		813.550.204,75
	3 - TOTAL GERAL	5.171.732,44	939.365.189,27			1.021.495.593,97		1.062.886.338,82

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

COMPANHIA DE SEGUROS
ALLIANZ PORTUGAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Senhores Acionistas:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar a V.Exas o relatório da nossa atividade e o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., referentes ao exercício findo em 31 dezembro de 2017.

O Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração, completo no seu conteúdo, contém uma exposição que cumpre todas as regras legais.

É nesse documento feita uma análise à situação económica global do país, ao setor segurador e à atividade da própria Companhia, bem como da sociedade que entra no seu perímetro de consolidação. Fazem-se considerações de natureza macro-económica, procedendo ao respectivo enquadramento, bem como uma concreta e comparativa análise da evolução económica da empresa e do mercado nacional ao longo do ano.

O relatório expressa os aspetos mais importantes verificados no decurso do exercício e analisa, numa perspectiva de médio prazo, possíveis desenvolvimentos futuros, confirmando as políticas empresariais assumidas.

Encontra-se também cumprido o aviso do regulador quanto a políticas de remuneração dos órgãos sociais.

Este Conselho Fiscal, ao longo do exercício, procurou exercer a sua atividade de supervisão sobre a administração da sociedade e os seus serviços, bem como sobre a atividade do revisor de contas.

De igual modo, analisou os documentos mais importantes da prestação de contas e tomou conhecimento da certificação legal de contas emitida pelo revisor oficial de contas, que mereceu a sua inteira concordância.

Analisadas e verificadas, do modo considerado adequado, as políticas contabilísticas, foi considerado que as mesmas são adequadas.

Das reuniões havidas, pudemos acompanhar as contas intercalares e demais instrumentos de gestão significativos na empresa, e confirmámos tudo o que nos foi apresentado, tendo obtido os esclarecimentos pedidos quando algumas dúvidas eram levantadas.

Dentro da atividade desenvolvida, salientamos que não encontramos qualquer incumprimento das principais obrigações legais, designadamente para com o regulador.

Não tivemos conhecimento de qualquer espécie de irregularidades ou inexactidões com materialidade, pelo que nos cumpre inclusivamente agradecer todo o apoio que nos foi concedido para o desenvolvimento da nossa missão, sendo de salientar toda a colaboração

que nos foi prestada pelo Conselho de Administração, Auditor e demais quadros da empresa em tudo quanto respeita ao nosso trabalho.

Realça-se, de qualquer modo que o Conselho Fiscal reuniu com os Auditores da Companhia, a KPMG, tendo tomado conhecimento da atuação exercida e critérios adotados, bem como das conclusões a que se chegou.

A empresa não tem ações próprias e não há notícia de negócios entre a sociedade e os seus administradores, não tendo também havido as chamadas operações de cobertura.

Analisada a proposta de aplicação de resultados incluída no relatório de gestão, verificamos que a mesma se encontra fundamentada, e de acordo com as disposições legais e estatutárias, sendo de realçar os critérios de prudência dão origem aos resultados.

O Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras consolidadas que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017, as demonstrações consolidadas dos resultados, a demonstração consolidada dos rendimentos e gastos reconhecidos, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, elaborados pelo Conselho de Administração. Existe uma aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação e apresentação com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

Conclusões

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual emitido pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, com o qual manifesta a sua concordância, e que não apresenta qualquer reserva nem ênfase.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspetos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afetem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira dos resultados e dos fluxos de caixa, quer no âmbito individual, quer no conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

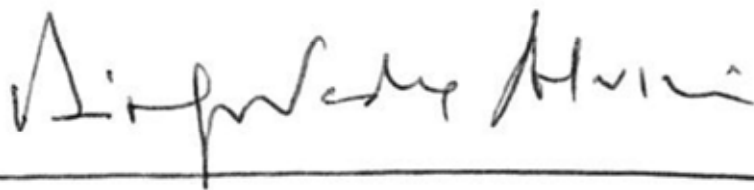
Avalia-se, também, de forma positiva o trabalho desenvolvido pelo ROC e pelo Auditor Externo, continuando cada vez mais consistente o seu relacionamento com o Conselho Fiscal.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos do parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:

- O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
- A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal expressa finalmente o seu agradecimento ao Conselho de Administração, em particular à sua Comissão Executiva, e aos diversos responsáveis e demais colaboradores da Empresa com quem teve a oportunidade de contactar.

Lisboa, 5 de Março de 2018

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Zuzka'.A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Dimitry M...'.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'João...'.

RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA 2017

COMPANHIA DE SEGUROS
ALLIANZ PORTUGAL

I – A COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL

A Companhia de Seguros Allianz Portugal é uma empresa de seguros com sede em Portugal, que faz parte do Grupo Financeiro Internacional Allianz.

A empresa tem a sua sede em Lisboa e escritórios comerciais em todo o território nacional e ilhas, trabalhando em Vida e em Não Vida e assentando o seu modelo de negócio na venda através de intermediários e nos princípios da focalização no cliente, da proximidade aos seus parceiros de negócio, da meritocracia inclusiva, da excelência técnica, da inovação e da qualidade de serviço.

Sendo uma empresa de seguros, a Confiança é o valor fundamental da Allianz Portugal, bem como do Grupo Allianz onde se integra. Para o sucesso empresarial na área dos serviços financeiros e em particular na atividade seguradora, a Allianz entende que a Confiança de todos aqueles com quem se relaciona é um fator verdadeiramente indispensável.

E essa Confiança ganha-se e mantém-se através de uma forma de atuar e de fazer negócio baseada na ética e na integridade, e através de um conjunto de princípios e de políticas que devem concretizar esses mesmos valores éticos.

II – OS RECURSOS HUMANOS

1 – POLÍTICA GERAL E CLIMA INTERNO

A gestão dos Recursos Humanos da empresa assenta numa Política de Meritocracia Inclusiva. Isso significa que não conta apenas a *performance* de cada um, mas também a forma como essa *performance* é alcançada. Se é importante que os colaboradores da Allianz atinjam os objetivos que estão definidos, tão ou mais importante é a forma como se atingem, os princípios que há que respeitar e as características que cada empregado deve revelar na sua atividade profissional. Meritocracia porque se quer uma Cultura de Recursos Humanos baseada no mérito das pessoas, reconhecimento àqueles que mais se esforçam e que mais aportam à empresa, mas Inclusiva porque não se quer deixar ninguém de fora, porque se quer uma política de inclusão e não de discriminação, porque se quer um ambiente de ética e de confiança.

E a Meritocracia Inclusiva foi concretizada em quatro Atributos que deverão constituir o ADN dos colaboradores Allianz.

Esses Atributos são:

- > a Liderança Participativa, que implica envolver as pessoas e dar-lhes orientação e objetivos, desenvolvê-las e dar-lhes feedback contínuo e colaborar transversalmente, partilhando as boas práticas;
- > o Empreendedorismo, que implica correr riscos de forma profissional, promovendo uma cultura onde os erros são permitidos, desenvolver o espírito de iniciativa individual e coletivo e assumir as responsabilidades das suas decisões;
- > a Excelência face ao Cliente e ao Mercado, que implica criar um ambiente que promova a inovação e o desenvolvimento de soluções simples, centradas no cliente, ser excelente em todos os pontos de contacto com o cliente e continuamente comparar-se com os melhores do mercado;
- > a Confiança, que significa garantir que a Diversidade e a Inclusão são promovidas, que a Integridade é a base de atuação, honrando os compromissos assumidos e sendo verdadeiros, e atuando sempre com transparência, comunicando de forma abrangente.

É pois com base nestas características que se desenvolvem os Planos de Formação da Companhia, mas também as avaliações de desempenho e os próprios processos de recrutamento.

Anualmente é realizado um Inquérito do Grupo Allianz a todas as suas empresas no mundo, referente a estes Atributos, não só para avaliar o conhecimento e a compreensão que os colaboradores têm dos mesmos, mas especialmente para perceber até que ponto os colaboradores sentem que os referidos Atributos já estão a ser vividos no dia a dia da empresa.

No Inquérito de 2017, a Allianz Portugal atingiu um nível de Conhecimento dos referidos Atributos de 81%, enquanto a média do Grupo Allianz foi de 61%. Ao nível da Compreensão dos mesmos, a Allianz Portugal atingiu 95%, quando a média do Grupo foi de 81%. Mas o mais importante indicador é o da Vivência, que mede até que ponto os colaboradores sentem que os referidos valores já são aplicados e vividos no dia a dia da empresa, onde a Allianz Portugal atingiu 76%, quase 20 pontos acima da média do Grupo Allianz, que se quedou pelos 57%.

Ao mesmo tempo, também todos os anos é realizado um Questionário de Clima Organizacional, anónimo, através de meios eletrónicos e conduzido por uma empresa externa e independente. Tal Questionário é comum a todo o grupo Allianz, e procura medir o ambiente que se vive nas empresas ao nível dos Recursos Humanos, através de três Índices Principais: o Índice de Empenho e Compromisso, o Índice de Meritocracia e o Índice de *Work Well* (condições de equilíbrio da vida profissional e pessoal). Adicionalmente, o Questionário integra ainda um conjunto muito alargado de questões divididas por Dimensões como a Colaboração e Comunicação Interna, a Inovação, o Superior Hierárquico, a Focalização no Cliente, a Orientação Estratégica e Gestão de Topo, a Diversidade e Integridade, a Função e os Processos, a Aprendizagem e Desenvolvimento e a própria Compensação.

Em termos de participação, a Allianz Portugal atingiu em 2017 uma taxa de 94%, igual à do ano anterior e superior em 10 pontos à média do Grupo Allianz, de 84%.

Quanto aos principais índices, no Índice de Empenho e Compromisso, a Allianz Portugal atingiu 84%, subindo 3 pontos face ao ano anterior, com 12 pontos acima da média do Grupo, de 72%.

No Índice de Meritocracia, a Allianz Portugal atingiu 79%, tendo subido também aqui 3 pontos face aos 76% obtidos em 2016 e ficando 7 pontos acima do Grupo, que obteve 72%.

E no Índice de *Work Well*, a Allianz Portugal atingiu 69%, 4 pontos acima dos 65% de 2016, e 3 pontos acima da média do Grupo, de 66%.

Para além disso, é de salientar que em todas as 12 Dimensões em que se divide o Questionário, a Allianz Portugal melhorou os seus resultados face ao ano anterior.

Todos estes indicadores revelam um excelente ambiente de trabalho com um forte empenho e compromisso da grande maioria dos colaboradores, uma boa colaboração interna, um bom conhecimento da estratégia da Companhia, uma avaliação muito positiva dos superiores hierárquicos, satisfação com as funções desenvolvidas e com os recursos à disposição, satisfação com os níveis de formação disponibilizados, entre outros.

Apesar dos bons resultados, e com base nos mesmos, cada Direção da Allianz Portugal desenvolve Planos de Ação para o ano seguinte, procurando manter os níveis de empenho e de satisfação e melhorar os indicadores onde os resultados foram menos bons.

2 – DIVERSIDADE

A Allianz Portugal tem uma estrita política de não discriminação, seja de género seja de qualquer outro tipo, aplicando a igualdade no tratamento de homens e mulheres.

Como melhor indicador, o facto de o cargo de topo da empresa ser ocupado por uma mulher, a única Administradora-Delegada da atividade seguradora em Portugal.

Adicionalmente, o Grupo Allianz impõe como objetivo que cada empresa tenha no seu Comité Executivo uma percentagem de 20% de mulheres. A Allianz Portugal já tem hoje 40% do seu Comité Executivo constituído por mulheres.

Ao nível dos Responsáveis de segunda linha da empresa, 54,8% são mulheres e, no total dos colaboradores, 50% são do género feminino.

Todas as Políticas de Recursos Humanos são por isso totalmente neutras em termos de género, sendo o critério base o do mérito, seja para os recrutamentos, seja para as promoções ou evoluções salariais.

3 – INDICADORES

A Allianz Portugal terminou o ano com 644 colaboradores, uma subida de 33 colaboradores face ao ano anterior.

Estes apresentam uma média etária de 45,6 anos, duas décimas mais baixa do que no ano anterior, fruto da política de recrutamento de jovens com potencial, especialmente através do programa de estágios. Assim, da totalidade dos colaboradores, 13,2% têm menos de 30 anos, 51,6% estão entre os 30 e os 50 anos e 35,2% estão acima dos 50 anos.

A média de antiguidade na empresa é de 18,7 anos contra os 19,1 de 2016.

Em termos de habilitações literárias, 54,9% dos colaboradores possuem cursos superiores (uma subida de 3,4% face ao ano anterior), 42,3% possuem o ensino secundário e 2,8 possuem menos do que o ensino secundário.

Durante o ano de 2017, verificaram-se 52 entradas e 19 saídas. Foi lançado mais um Programa de Estágios que englobou 24 estagiários, especialmente para as áreas de Vendas e de Sinistros.

A Allianz tem vindo a realizar estes Programas de Estágios todos os anos, de há 6 anos para cá, apostando em jovens de alto potencial recrutados diretamente junto das Universidades e proporcionando-lhes um programa de integração muito abrangente, que lhes permite conhecer as diferentes áreas da empresa antes de se focarem na área onde o período principal de estágio se realizará. Ao longo destes anos, a taxa de passagem destes estagiários ao quadro da empresa tem sido sempre superior a 90%.

4 – FORMAÇÃO

Durante o ano de 2017, registaram-se 1924 participações em ações de formação, uma subida de 8,2% relativamente ao ano anterior. No total, foram realizadas 12.973 horas de Formação, o que resulta numa média de 20,1 horas de formação por colaborador.

Deste total de horas, 8328 (64%) foram realizadas em Formação Interna, para o que muito contribui o total de mais de 150 colaboradores com Certificação Oficial de Formadores, uma aposta muito forte da empresa no desenvolvimento das capacidades de transmissão de conhecimento dos seus colaboradores.

Das ações de Formação realizadas, de destacar o programa de Gestão de Executivos organizado com a Universidade Católica para 35 Responsáveis Intermédios da empresa, numa clara preocupação de desenvolvimento das capacidades de gestão e de visão estratégica do *middle management* da empresa.

Ainda muito importantes, a participação de mais de 25 jovens colaboradores nas Ações de Certificação Técnica realizadas com o Grupo Allianz, para assegurar o melhor *know-how* técnico de seguros para os jovens a iniciar a sua carreira.

5 – EQUILÍBRIO DA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL

A Allianz Portugal desenvolve todos os anos o seu Programa de *Work Well* que procura promover um melhor equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Para isso, foram realizadas, em 2017, ações de Formação específicas de Gestão do Tempo e Gestão do Stress com a participação de 63 colaboradores.

Simultaneamente, a equipa de Dinamização da empresa realiza um conjunto de eventos, denominados “Dias Allianz” onde se procura disponibilizar aos colaboradores diferentes tipos de eventos e ações onde possam conviver fora do ambiente de trabalho. Assim, ao longo do ano foram realizados o Dia do Cinema, o Dia do Desporto, o Dia da Música e o Dia do Teatro, com um total de participações de 415 empregados (64% do total de colaboradores).

Todos os anos se realiza ainda o Jantar de Natal da Allianz, onde os colaboradores de todo o país se juntam para confraternizar na época natalícia e onde se entregam ainda os prémios de reconhecimento aos colaboradores que perfazem 25, 35 e 40 anos de empresa. Em 2017, estiveram presentes 518 colaboradores, mais de 80% do total da empresa.

6 – SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Para além dos serviços de Medicina do Trabalho obrigatórios por Lei, a Allianz Portugal realiza ainda ações de saúde e bem estar aos seus colaboradores, onde são efetuados diversos exames e testes médicos adicionais, aulas de nutrição, de relaxamento corporal, de gestão de stress, entre outras, e que contaram em 2017 com um total de 636 participações de um conjunto de 296 colaboradores.

Ainda durante o ano de 2017, mais 64 colaboradores realizaram ações de Formação na área da Segurança e Higiene no Trabalho. Adicionalmente, os Serviços de Segurança e Higiene realizam as suas inspeções às instalações da companhia todos os anos, com análise das condições de higiene e de segurança mas também das próprias condições de trabalho, como a iluminação natural e artificial, o equipamento e o espaço de trabalho.

O ano de 2017 destacou-se ainda pela realização nas instalações da Companhia da *Security Arena*, um evento onde participaram mais de 200 colaboradores e dedicado à sensibilização dos mesmos para os temas da Segurança Informática, com atividades relacionadas com acessos informáticos, gestão de *passwords*, confidencialidade da informação, mensagens eletrónicas maliciosas, etc. As atividades eram realizadas em grupo, de uma forma lúdica e a resposta dos colaboradores foi muito positiva.

Ainda em 2017, foi realizado um simulacro de incêndio para testar os procedimentos de evacuação e de organização da empresa nestas situações.

III – SUSTENTABILIDADE

1 – RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Allianz Portugal tem uma Política de Responsabilidade Social, sob o lema *Be the Change*, em que se procura promover, através de diversas ações de voluntariado, a participação dos colaboradores na vida da Sociedade, ajudando as faixas da população mais carenciadas e promovendo simultaneamente, com essas mesmas atividades, o espírito de equipa e o sentimento de auto-satisfação dos colaboradores.

A Allianz Portugal tem uma colaboração, há já 5 anos, com a Associação EPIS (Empresários Pela Inclusão Social), através da qual apoia com donativos financeiros um conjunto de jovens de populações carenciadas, realizando ainda com eles diversos tipos de ações que procuram ajudar a estimular o seu sucesso escolar, bem como a proporcionar-lhes eventos que de outra forma lhes seriam inacessíveis. Em todas essas ações participam colaboradores da Allianz em regime de voluntariado. Em 2017, realizaram-se sessões de Cinema com 54 alunos apoiados pela EPIS, foi efetuada nas instalações da Allianz uma Aula sobre Socorrismo a 28 alunos da Escola Secundária Dr. Azevedo Nunes e, finalmente, mais 25 alunos participaram numa Ação de Plantação de Árvores, em parceria com a Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente (ANEFA).

Para além da colaboração com a EPIS, em 2017 a Allianz Portugal continuou a sua parceria com as Aldeias SOS, tendo realizado uma limpeza de terreno com 23 participantes e uma Palestra sobre Segurança Infantil às crianças da Aldeia SOS de Rio Maior.

A Allianz Portugal colabora ainda com a ReFood, com a participação de colaboradores nas Rotas ReFood de ajuda aos Sem Abrigo, num total de 15 participantes da Companhia, e desenvolveu-se ainda em Abril de 2017 uma Campanha de recolha de artigos para a mesma instituição.

Ainda neste âmbito, a Allianz realizou Ações de Dádiva de Sangue e de Medula Óssea, em maio e setembro de 2017, com um total de 68 dadores.

Finalmente, a Allianz realizou ainda em junho de 2017 uma Campanha de Recolha de artigos para ajudar as populações afetadas pelos Incêndios de Pedrogão Grande e os bombeiros envolvidos no combate àquele flagelo.

2 – POLÍTICAS AMBIENTAIS

A Allianz Portugal tem uma política de responsabilidade ambiental que passa pela redução do consumo de energia, do consumo de papel e da produção de resíduos.

Em termos de emissões de gases com efeitos de estufa, em 2017 atingiu-se um total de 1913 kg de CO₂ por empregado. Com um total de 1148 toneladas de CO₂, conseguiu-se uma redução de emissão de CO₂ de 29% face ao ano anterior.

Ao nível do consumo de energia, registou-se um decréscimo de 30% no consumo de energia, atingindo uma média de 10.132 MJ por empregado, resultado alcançado através das obras de remodelação dos edifícios da empresa, com sistemas de iluminação e de ar condicionado muito mais eficientes e de baixo consumo.

Em termos de consumo de água, a redução foi de quase 50%, mas tal devem-se muito ao elevado nível de consumo de água durante o ano anterior face às obras de remodelação do edifício sede. Ainda assim, em 2017 atingiu-se uma média de 7.275 litros de água por colaborador, quase metade da média do Grupo Allianz, com um total de 13,5 litros por empregado.

Ao nível da produção de lixo, a Allianz realizou uma redução muito significativa, de quase 90%, atingindo uma média de 17 kg por empregado. No entanto, mais uma vez, estes valores são resultado do elevado nível de lixo produzido no ano anterior com as obras de

remodelação total do edifício sede. Neste âmbito, o que importa destacar é a percentagem de lixo que foi reciclada em 2017 e que atingiu os 56%.

Finalmente, ao nível do consumo de papel, a Allianz Portugal tem continuado a sua Política de *Paperless*, que promove a diminuição do uso de papel sempre que possível, substituindo-o pelos novos meios de comunicação eletrónica, seja internamente, seja com os seus clientes ou parceiros de negócio. Em 2017, atingiu-se uma média de 260 kg por empregado, uma redução de 14% face ao ano anterior.

Em conclusão, a Política Ambiental da Allianz Portugal encontra-se na direção correta, com um contínuo decréscimo de consumo de energia, água e papel, com um contínuo decréscimo de produção de gases com efeito de estufa e de lixo e com uma forte aposta nas novas tecnologias como formas menos poluentes de trabalhar. Nesse âmbito, são de destacar os projetos de *Paperless* e de "Digital por Defeito".

IV – DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS DE INTEGRIDADE

A Allianz Portugal tem como documento base da sua atuação o seu Código de Conduta, uma verdadeira Consolidação com os valores e princípios fundamentais que regem a atividade da empresa e o desempenho dos seus colaboradores.

Cada colaborador tem o Código de Conduta anexo ao seu Contrato de Trabalho e regularmente são efetuadas ações de formação e de sensibilização referentes ao Código de Conduta.

Este Código de Conduta integra o Pacto Global das Nações Unidas e os seus 10 Princípios Básicos. Desta forma, a empresa deve:

1 – Apoiar e respeitar a proteção internacional e nacional dos direitos humanos na sua esfera de influência. 2 – Garantir que os seus serviços não são cúmplices com abusos dos direitos humanos. 3 – Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento do direito à negociação coletiva. 4 – Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado. 5 – Apoiar a efetiva abolição do trabalho infantil. 6 – Apoiar a eliminação da discriminação relativamente ao emprego e ocupação. 7 – Apoiar uma abordagem de prevenção relativamente aos desafios ambientais. 8 – Promover iniciativas que estimulem uma responsabilidade ambiental cada vez maior. 9 – Encorajar o desenvolvimento de tecnologias ambientais favoráveis. 10 – Trabalhar contra todo o tipo de corrupção, incluindo a extorsão e o suborno.

Ao longo do seu texto, o Código de Conduta da Allianz Portugal determina ainda um conjunto de princípios básicos que são de cumprimento obrigatório para todos os colaboradores e que incluem:

- > o cumprimento de toda a legislação e regulamentação aplicáveis;
- > uma atuação assente na honestidade, integridade e dignidade;
- > a não discriminação por qualquer critério;
- > a Confidencialidade dos Dados Pessoais dos seus clientes, parceiros de negócio ou quaisquer outros terceiros com quem se relacione;
- > a cooperação com as autoridades públicas e de supervisão;
- > a exigência de exatidão, compreensibilidade e abrangência da informação fornecida ao público e à comunicação social;
- > o respeito pela independência da comunicação social e a recusa em remunerar qualquer tipo de conteúdo editorial;
- > a prestação de informações corretas e completas aos clientes, para que possam tomar uma decisão fundamentada;
- > regras de identificação de potenciais Conflitos de Interesses e formas de resolução dos mesmos;
- > a exigência de prontidão e integridade no tratamento das reclamações dos clientes ou terceiros;
- > a proibição estrita da corrupção e do suborno;
- > a exigência de uma política estrita de prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- > a proteção dos recursos naturais.

Através destas regras, e conforme referido na introdução, a Allianz Portugal quer ser uma referência de ética e integridade na sua atuação e no respeito pelos Direitos Humanos. O Código de Conduta é assim um documento de conteúdo obrigatório, cujo incumprimento sujeita os colaboradores a procedimento disciplinar.

Adicionalmente, a Allianz Portugal tem incluídas no seu sistema informático as listas de entidades sancionadas emitidas pela Organização das Nações Unidas e pela União Europeia, que permitem controlar e evitar qualquer pagamento a essas entidades ou pessoas e controlar se as mesmas são ou não clientes da empresa.

Se o Código de Conduta é a pedra base do normativo interno da empresa, este é constituído por vários outros documentos.

Neste âmbito, importa destacar as Políticas de Combate à Corrupção e Suborno, de Combate à Fraude e de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

A Allianz Portugal, através do seu Programa de *Compliance*, tem publicadas Políticas sobre estas matérias, desenvolve ações de Formação regular sobre as mesmas e mantém uma constante sensibilização dos colaboradores para estes temas através de uma página específica da sua Intranet.

A Política de Combate à Corrupção determina como regra base a estrita proibição de qualquer forma de corrupção ou suborno. Mas adicionalmente explicita um conjunto de situações que podem levantar dúvidas e impõe um conjunto de regras para evitar quaisquer tipos de potenciais problemas. Desta forma, estabelecem-se regras estritas sobre a aceitação de ofertas ou outros benefícios por parte de clientes, parceiros de negócio ou outros, definindo-se claramente o que pode ser entendido como cortesias comerciais habituais e outras práticas de mercado, sobre as ofertas que podem ser feitas pela Allianz, sobre a participação em quaisquer tipos de eventos, sejam técnicos, sejam de entretenimento a convite de terceiros, e o especial cuidado a ter no relacionamento com quaisquer organismos públicos e representantes estatais, para evitar qualquer tipo de situações eventualmente dúbias.

Todos os pagamentos efetuados pela Allianz Portugal são por transferência bancária ou cheque, através de regras claramente definidas sobre poderes de autorização e sempre sujeitas à regra do “Duplo Visto” para evitar que qualquer colaborador possa sozinho efetuar pagamentos.

Importa destacar, dentro da Política de Combate à Corrupção, o Programa de Controlo de Integridade dos Prestadores (CIP). Através deste Programa do *Compliance*, qualquer prestador de serviços contratado pela Allianz Portugal passa por um processo de Controlo de Integridade, com o preenchimento de determinados questionários e recolha de determinada informação, do que resulta uma avaliação global que permite ou não a contratação do mesmo.

No âmbito do Combate à Fraude, a Política da Allianz Portugal assenta na regra “Tolerância Zero” e inclui um conjunto de regras de prevenção, de controlo e de deteção. O sistema faz monitorizações contínuas para analisar dados e controlar quaisquer situações suspeitas e provocar os alertas necessários.

Também aqui, a Companhia realiza com os seus colaboradores várias ações de Formação ou sensibilização.

Ao longo de 2017, 144 colaboradores realizaram ações de formação nas áreas de Combate à Corrupção e Combate à Fraude.

Relativamente ao Controlo da aplicação destas Políticas e da sua efetividade, o *Compliance* da Allianz Portugal que abrange estas situações foi objeto de uma Auditoria em 2017, da qual resultou uma classificação de “Satisfatório”, a classificação mais alta numa escala de quatro graus. A Auditoria concluiu que as Políticas do *Compliance*, onde se encontram as de Combate à Corrupção e Suborno e de Combate à Fraude, estão bem desenhadas e a ser bem implementadas, com sistemas eficazes de monitorização e de atuação nos casos necessários.

Lisboa, 14 de março de 2018.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

COMPANHIA DE SEGUROS
ALLIANZ PORTUGAL



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.303.220.461 euros e um total de capital próprio 179.132.297 euros, incluindo um resultado líquido de 6.425.058 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das variações do capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3 916 000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 -
Inscrito na C.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 20161469
Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT
502 161 078



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de dezembro de 2017, as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação totalizavam 1.075.271.057 euros, 5.894.831 euros e 519.461 euros, respectivamente, conforme nota 6.1 anexa às demonstrações financeiras, representando cerca de 83%, 0,5% e 0,04% do total do ativo, respetivamente.

O risco

A mensuração destes ativos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 3 anexa às demonstrações financeiras. O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

O justo valor para maioria dos ativos que compõem a respetiva carteira de ativos é determinado directamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*, cujos valores dependem de factores como a liquidez, condições económicas e taxas de juro praticadas no mercado.

A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efetuados pelo Grupo ao nível da mensuração da sua carteira de ativos;
- Análise da classificação dos instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39;
- Teste à valorização da carteira de ativos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pelo Grupo;
- Testes para avaliar perdas por imparidade;
- Confirmação da titularidade dos ativos financeiros;
- Revisão das divulgações efetuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

 2



Provisão para sinistros – Ramos Reais

Em 31 de dezembro de 2017, a Provisão para sinistros (Ramos Reais), no valor de 321.992.489 euros, representa cerca de 29% do Passivo à mesma data. Deste montante, 122.681.323 euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 4.1 anexa às demonstrações financeiras.

(i) Provisão para sinistros – Ramos Reais (Outros ramos, incluindo Acidentes de Trabalho)

O risco

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo, conforme mencionado na nota 3 anexa às demonstrações financeiras.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, o Grupo calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Reconciliação do inventário de sinistros com as demonstrações financeiras e verificação para uma amostra da existência dos respetivos processos;
- Testes, os quais compreenderam, entre outros, nomeadamente e para as principais linhas de negócio de Ramos Reais, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (análises *run-off*) na estimativa do valor da provisão para sinistros, com o apoio dos nossos especialistas;
- Avaliação, para as restantes linhas de negócio de Ramos Reais da metodologia e pressupostos utilizados pelo Grupo na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros, bem como análise de tendência com o objectivo de identificar inconsistência com períodos anteriores, com o apoio dos nossos especialistas;
- Revisão das divulgações efetuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



(ii) Provisão para sinistros – Ramos Reais (Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho)	
<p>O risco</p> <p>A estimativa das provisões matemáticas de Acidentes de trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e de negócio usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento, conforme mencionado na nota 3 anexa às demonstrações financeiras</p>	<p>A nossa resposta ao risco identificado</p> <p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;▪ Reconciliação do inventário de provisões matemáticas com as demonstrações financeiras e verificação para uma amostra da existência dos respetivos processos;▪ Avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos económicos e não económicos utilizados pelo Grupo na projeção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos;▪ Revisão das divulgações efetuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisões matemáticas Ramo Vida

Em 31 de dezembro de 2017, as provisões matemáticas do ramo vida (incluindo a provisão para compromissos de taxa), ascendem a 241.874.335 euros e representam, cerca de 22% do passivo.

O risco

O Grupo procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades associadas aos contratos de seguro, que estão refletidas nas provisões matemáticas, tendo por base métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 3 anexa às demonstrações financeiras.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e de negócios usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afectos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento, conforme mencionado na nota 3 – Estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento.

A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento técnico;
- Avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos económicos e não económicos utilizados pelo Grupo na projeção dos seus passivos e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos;
- Revisão das divulgações efetuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
-



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecido pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas



circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido publicado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do Grupo pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de março de 2009 para um mandato compreendido entre 2009 e 2011. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 24 de março de 2015 para um segundo mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 19 de março de 2018.



- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

19 de março de 2018

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)



www.allianz.pt

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

R. Andrade Corvo, 32 | 1069-014 Lisboa | Telefone: +351 213 165 300 | Telefax: +351 213 165 570
e-mail: info@allianz.pt | Capital Social 39.545.400 € | CRC Lisboa 2977 | Pessoa Coletiva 500 069 514